

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL

PAULA CARINA MAYER DA SILVA

**O DISCURSO FUNDADOR SOBRE O TURISMO NO MUNICÍPIO DE CANELA/RS:
RESSIGNIFICAÇÕES NA PAISAGEM E NO ARTESANATO**

CAXIAS DO SUL/RS

2014

PAULA CARINA MAYER DA SILVA

**O DISCURSO FUNDADOR SOBRE O TURISMO NO MUNICÍPIO DE CANELA/RS:
RESSIGNIFICAÇÕES NA PAISAGEM E NO ARTESANATO**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Orientadora Profa. Dra. Luciene Jung de Campos

CAXIAS DO SUL/RS

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS - BICE - Processamento Técnico

S586d Silva, Paula Carina Mayer da, 1988-
O discurso fundador sobre o turismo no município de Canela/RS :
ressignificações na paisagem e no artesanato / Paula Carina Mayer da
Silva. – 2014.
140 f. : il. ; 30 cm

Apresenta bibliografia.
Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa
de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade, 2014.
Orientadora: Profa. Dra. Luciene Jung de Campos.

1. Turismo - Canela (RS). 2. Turismo - Aspectos econômicos. 3.
Hospitalidade. 4. Recursos naturais. 5. Artesanato. 6. Análise do
discurso. I. Título.

CDU 2.ed.: 338.48(816.5CANELA)

Índice para o catálogo sistemático:

1. Turismo - Canela (RS)	338.48(816.5CANELA)
2. Turismo - Aspectos econômicos	338.48
3. Hospitalidade	338.483.13
4. Recursos naturais	338.483.11
5. Artesanato	334.72
6. Análise do discurso	81'42

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Roberta da Silva Freitas – CRB 10/1730

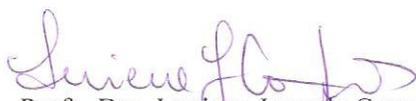
**“O discurso fundador sobre o turismo no município de Canela/RS:
ressignificações na paisagem e no artesanato”**

Paula Carina Mayer da Silva

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Turismo, Área de Concentração: Desenvolvimento Regional do Turismo.

Caxias do Sul, 11 de julho de 2014.

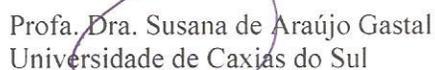
Banca Examinadora:



Profa. Dra. Luciene Jung de Campos (Orientadora)
Universidade de Caxias do Sul



Profa. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
Universidade de Caxias do Sul



Profa. Dra. Susana de Araújo Gastal
Universidade de Caxias do Sul



Profa. Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho a minha mãe, Alzira, e aos meus irmãos, Maurício e Alexandre. Meus exemplos de vida e meus portos seguros. Amo vocês eterna e incondicionalmente!!!

AGRADECIMENTOS

A minha mãe, Alzira e aos meus irmãos, Maurício e Alexandre, pelo incentivo constante na busca e na construção do conhecimento.

A minha orientadora, Profa. Dra. Luciene Jung de Campos, pela atenção e dedicação despendidas durante a construção dessa dissertação e por me apresentar a Análise do Discurso.

Ao Prof. Dr. Eurico de Oliveira Santos, pelo apoio durante todas as etapas do mestrado.

A todos os Professores Doutores do Mestrado em Turismo e Hospitalidade, da Universidade de Caxias do Sul e aos de outras instituições, com os quais tive a oportunidade de aprender mais, em sala de aula, em palestras, em eventos, obrigada pelos valiosos ensinamentos de vida e de profissão.

As Professoras Doutoras, Susana de Araújo Gastal e Maria Cristina Leandro Ferreira, pelas valiosas contribuições, elogios e apontamentos durante a apresentação do meu projeto de qualificação.

Ao Zé do Passarinho, pela confiança, mas, principalmente, por sua arte.

Aos colegas, em especial das turmas XI, XII e XIII, sem esquecer os antigos da turma X e os novos da turma XIV, pela convivência e amizade.

Aos colegas do grupo de pesquisa e ao colega de estágio docente, pelas descobertas feitas em conjunto.

A turma de Psicologia do Trabalho 2012/4, por tudo que aprendemos juntos.

A secretária e amiga, Regina de Azevedo Mantesso, pela dedicação e companheirismo.

Aos funcionários e professores do curso de Bacharelado em Turismo e a todos os funcionários do Bloco 46, pelos momentos compartilhados.

A Dona Assunta e a sua família, pela calorosa acolhida em Caxias.

A Cia. de Flamenco La Cueva, pelos momentos de descanso, dança e arte, olé.

Aos demais amigos que fiz em Caxias, pelas horas convividas.

A todos que de alguma forma contribuíram para que essa caminhada pudesse se concretizar e para que essa trajetória pudesse ser também de crescimento pessoal.

Muito Obrigada a todos!!!

“Não sei se aprendi o que devia, mas aprendi que ainda não parei de aprender.”

José Clemente Pozenato

RESUMO

Esta pesquisa busca analisar a relação do município de Canela/RS com o turismo a partir dos seus vínculos com o artesanato. Tem como objetivo geral contribuir para a emergência de outros sentidos na resignificação do município de Canela/RS, enquanto destino turístico. A Análise do Discurso (AD) Francesa pecheutiana é o dispositivo teórico-analítico que embasa essa discussão. O conceito de discurso fundador é norteador para analisar a historicidade da relação entre Canela e o turismo. O discurso fundador possibilitou identificar aspectos de memória e de esquecimento na abordagem dos ciclos sociais, econômicos e políticos, tendo início com os indígenas, os tropeiros, os senhores, as madeireiras, o turismo e a chegada do trem. O que também possibilitou identificar diferentes posições-sujeito na disputa de sentido no jogo de forças no município e com o turismo. O conceito de paisagem é pertinente para abordar o atrativo turístico, Cascata do Caracol, cujos sentidos instituem-se e modulam-se em polissemia. O artesanato em madeira, produzido com raízes de araucárias, retratam pássaros, e articula-se com a memória social ligada ao desmatamento, carregando em si os vestígios do ciclo das madeireiras. Porém, com a iconografia de pássaros retornam à natureza e à paisagem, assim como, transformam-se em souvenirs, viajam com os visitantes e afirmam a autoria do sujeito artesão.

Palavras-chave: Turismo. Discurso Fundador. Paisagem. Artesanato. Canela/RS.

ABSTRACT

This research aims to analyze the relationship of the municipality of Canela/RS with tourism from their links with the craft. General objective contribute to the emergence of other senses in resignification of the municipality of Canela/RS, as a tourist destination. The Discourse Analysis (DA) French pecheutiana is the theoretical and analytical device that reinforces this discussion. The concept of discourse founder is guiding to analyze the historicity of the relationship between Canela and tourism. The discourse founder possible to identify aspects of memory and forgetting in addressing the social, economic and political cycles, beginning with the Indians, the drovers, the lords, timber, tourism and the arrival of the train. What also made it possible to identify different subject-positions in contention for meaning in the power game in the municipality and tourism. The concept of landscape is pertinent to address the tourist attraction, Cascata do Caracol, whose senses establishing themselves and modulate in polysemy. The wooden handicrafts, produced with roots of araucarias, depict birds, and articulates with the social memory linked to deforestation, carrying in itself the traces of the logging cycle. However, with the iconography of birds return to nature and landscape, as well as turn into souvenirs, traveling with visitors and claim authorship craftsman subject.

Keywords: Tourism. Discourse Founder. Landscape. Handicraft. Canela/RS.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estrada das Tropas	50
Figura 2 – Passarinhos (lado direito).....	119
Figura 3 – Passarinhos (vista aérea).....	119
Figura 4 – Passarinhos (lado esquerdo).	121

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Nó Borromeano: Discursivizando o turismo	32
Quadro 2 – Nó Borromeano: Para ler Canela	33
Quadro 3 – Conceitos para o Discurso Fundador	34
Quadro 4 – Conceitos para a Paisagem	35
Quadro 5 – Conceitos para o Artesanato	36

LISTA DE SIGLAS

AAD69	Análise Automática do Discurso 1969
ACIC	Associação Comercial Industrial de Canela
AD	Análise do Discurso
Assecan	Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias
CEEE	Companhia Estadual de Energia Elétrica
CHAPEC	Centro Histórico Ambiental do Parque Estadual do Caracol
Cia. Florestal	Companhia Florestal Rio-Grandense
CNFCP	Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CRTUR	Companhia Rio-Grandense de Turismo
FACELPA	Fábrica de Celulose e Papel S.A.
FEE	Fundação de Economia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MARGS	Museu de Arte do Rio Grande do Sul
NUCAN	Núcleo Universitário de Canela

ONG	Organizações Não Governamentais
PACA	Programa de Apoio a Comunidades Artesanais
PPGTur	Programa de Pós-Graduação em Turismo
RS	Rio Grande do Sul
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SETUR	Serviço Estadual de Turismo
Setur/RS	Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul
UCS	Universidade de Caxias do Sul

SUMÁRIO

1 PARA LER CANELA	15
2 DISCURSIVIZANDO O TURISMO	21
2.1 A CONJUNTURA INTELECTUAL DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	21
2.2 O DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO: PONTUANDO AS DIFERENÇAS.....	25
2.2.1 O dispositivo de interpretação.....	27
2.2.2 O dispositivo de análise	28
2.3 CONSTRUINDO O DISPOSITIVO NOS LIMITES DA INTERPRETAÇÃO	30
2.3.1 O diálogo entre a análise do discurso e o turismo.....	31
3 NARRATIVIZANDO CANELA	38
3.1 O DISCURSO FUNDADOR	38
3.1.1 Presença indígena: cicatrizes na terra	43
3.1.2 Os tropeiros e a caneleira: de passagem à referência.....	49
3.1.3 A conquista da propriedade particular: fixam-se os primeiros senhores.....	53
4 CANELA E AS VEREDAS DO TURISMO	61
4.1 UM NOVO MOMENTO: AS MADEIREIRAS	61
4.2 O INÍCIO DO TURISMO NO CARACOL	63
4.3 A CHEGADA DO TREM E SEUS IMPACTOS	65
5 ESTETICIZAÇÕES E SIMBOLISMOS NO INTERJOGO COM O TURISMO.....	78
5.1 DO EFEITO DE SENTIDO NATUREZA À PAISAGEM DO ATRATIVO TURÍSTICO CASCATA DO CARACOL.....	78
5.1.1 Da natureza à paisagem.....	78
5.1.2 A Família Wasem e a Cascata do Caracol: sentidos em deslizamento	92
5.2 A OBRA DE ZÉ DO PASSARINHO: EXPRESSÃO E SÍNTESE	103
5.2.1 O artesanato	104
5.2.2 O artesanão.....	111
5.2.2.1 Zé do Passarinho: seus antepassados e seus feitos	112
5.2.2.2 Zé do Passarinho: o cidadão.....	113

5.2.2.3 O sujeito artesão na função-autor	115
5.2.2.4 A obra e seus sentidos	118
6 REAPRESENTANDO CANELA, O TURISMO E O ARTESANATO	125
REFERÊNCIAS.....	131
APÊNDICE A – Documento de Consentimento Livre e Informado	139

1 PARA LER CANELA

Meus laços acadêmicos com o turismo se iniciaram no ano de 2006 quando ingressei no Curso de Bacharelado em Turismo, ofertado pela Universidade de Caxias do Sul (UCS), no então Núcleo Universitário de Canela (NUCAN).

Ao iniciar minha trajetória acadêmica tinha em mente poder contribuir e impulsionar o turismo do município de Canela/RS, local onde moro e com o qual me identifico, pois lá estão minhas raízes.

As disciplinas oferecidas no curso eram bastante diversificadas e abrangentes, abordavam o turismo a partir de seus diversos segmentos, e foi justamente, por esse leque de possibilidades, que tive ao longo do curso diferentes interesses despertados e a maioria deles possuía relação direta com a cultura, o meio ambiente e o rural.

E, indo a busca do meu primeiro objetivo, aliado aos interesses despertados nas disciplinas, elaborei durante o Estágio I em Turismo (estágio na área pública) a pesquisa intitulada “A preservação ambiental no Parque Estadual do Caracol em Canela/RS” e no Estágio II em Turismo (estágio na área privada) o estudo intitulado “A busca da excelência no Hotel Fazenda Pampas”, ambos desdobrados, posteriormente, em dois artigos científicos.

Com eles fui apresentada a outra vertente do turismo, a pesquisa. E assim, após os bons resultados obtidos com os relatórios de estágio, elaborados no ano de 2011, concluí a graduação.

Todavia, o desejo de continuar pesquisando o turismo, levou-me ao Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado (PPGTur), e foi assim que no ano de 2012, ingressava no curso, tendo como principal intuito seguir os estudos do segmento turismo rural, porém, algumas mudanças mais tarde, mas principalmente, por uma grata surpresa, estaria empenhada e, totalmente, debruçada sobre a pesquisa que hoje apresento.

Foi em um encontro informal com a Profa. Dra. Susana de Araújo Gastal, no Espaço *Gourmet* do PPGTur que o tema dessa pesquisa fez sentido: repensar o vínculo existente entre o município de Canela e o turismo, buscando encontrar no artesanato os possíveis elos dessa relação. O artesanato se apresentou para fechar, amarrar e simbolizar esse encontro. O tema sugerido já vinha sendo discutido com

minha orientadora, entretanto, naquele momento tive certeza de que meu projeto deveria se delinear nessa conjuntura.

As reflexões iniciais sobre o assunto me possibilitaram lembrar momentos da minha infância que estavam esquecidos. Cresci rodeada por peças de madeira, que ao tomarem forma possuíam alguma utilidade cotidiana, como por exemplo, utensílios para a cozinha como tábuas para o corte de carnes e saleiros. Com isso, percebi o quanto estava familiarizada com o objeto, artesanato e assim, aos poucos, pude ir percebendo um novo universo sendo descoberto, descortinado.

Com intuito de melhor apresentar o município de Canela, faz-se necessário contextualizá-lo e para tanto, exponho sucintas informações a seu respeito.

Canela é um município integrante da Região das Hortênsias, região turística tida como referência no país, localiza-se no Planalto Meridional, arenito basáltico, denominado, erroneamente, sob o ponto de vista geomorfológico, de Serra Gaúcha (CASTROGIOVANNI, 2002). Situa-se “na extremidade sul da Serra Geral e Alto da Serra” (CARDOSO, 2004, p.32), “na encosta inferior do nordeste sul-rio-grandense” (STOLTZ, 1992, p.15). Está a 830 metros acima do nível do mar e a 124 km de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul (RS).

Sua população atual é estimada em aproximadamente 40.520 habitantes (FEE, 2013). Faz divisa com os municípios de São Francisco de Paula a leste, Caxias do Sul ao norte, Gramado a oeste e Três Coroas ao sul (ACIC, 2012). Apresenta também, um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,748, considerado alto em uma escala entre 0,700 e 0,799. Seus componentes alcançaram os seguintes resultados: renda – 0,738; longevidade – 0,849 e educação – 0,667. Diante desses números, Canela ocupa a 583^a posição em relação aos demais municípios brasileiros (ATLASBRASIL, 2014).

Canela sempre se destacou por suas belezas naturais, contudo, o município possui ainda outros atrativos que podem ser admirados. Ressalto, entre eles, os culturais, como a gastronomia, com a presença de churrascarias, vinícolas, café colonial e cachaçaria; os eventos, como Páscoa em Canela, Semana do Bebê, Temporada de Inverno, Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Canela, Sonho de Natal e ainda, o artesanato.

O teatro, muito expressivo no município, firmou-se pelo Festival Internacional de Teatro de Bonecos de Canela, uma expressão da arte bonequeira. Muitos dos bonecos apresentados ao público neste festival são artesanalmente confeccionados,

ou melhor, recebem vida pelas mãos habilidosas dos artesãos, os artistas, que os manipulam. Sua 26ª edição ocorreu no ano de 2014, de 26 a 29 de junho. É uma idealização da Fundação Cultural de Canela, que nasceu pelo esforço de Nydia Guimarães¹ de fazer de Canela um local reconhecido e frequentado, principalmente, pela sua arte, em especial, o teatro. Apesar dessa ligação da cultura canelense com o teatro, o artesanato, também será valorizado e incentivado por Nydia.

E assim, procurando formas de aprofundar a pesquisa, detive-me no artesanato em madeira. Essa arte que consegue manter viva a história do município através das suas heranças e que, ao mesmo tempo, se renova, nas peças feitas pelas mãos dos artesãos locais. Com base nesses princípios, tomo a obra do artesão Zé do Passarinho, que foi contatado pelo projeto de extensão universitária, Artesanato e Identidade Social, em 2004, uma parceria da UCS, através do NUCAN, com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Deste projeto, desdobrou-se a pesquisa “Artesanato e Turismo: Saberes e Trocas Simbólicas”, vinculada ao PPGTur, na qual esta dissertação se insere. O artesão Zé do Passarinho produz esculturas com as raízes das araucárias que encontra na mata, suas raízes recebem a forma de pássaros.

A partir dessas reflexões iniciais construí as primeiras análises através do dispositivo teórico-analítico adotado para a pesquisa. O dispositivo é o da Análise do Discurso (AD) Francesa. Fundada por Michel Pêcheux, no final da década de 1960, na França, é sustentada pelo tripé Linguística, Psicanálise e Materialismo Histórico. No Brasil, Eni Puccinelli Orlandi foi responsável por introduzir e apresentar essa nova teoria aos pesquisadores.

Consoante a esse direcionamento, optei por construir a pesquisa utilizando verbos e pronomes na primeira pessoa do singular. Assumindo a responsabilidade da escritura, ousando ao articular os conceitos da AD com o turismo, buscando uma aproximação entre esses dois campos do saber, num esboço de autoria.

Para apresentar a história de Canela, consultei a obra literária, de Roger Stoltz, “Primórdios de Canela/Nascente Turístico do RGS”, uma das principais literaturas disponíveis sobre o município.

¹ Nydia Guimarães, viúva do escritor gaúcho Josué Guimarães, mudou-se para Canela em 1989 e, juntamente com a filha Adriana, fundou a Fundação Cultural de Canela, principal órgão incentivador da cultura da cidade (FRANZOSI, 2012).

Para melhor compreender a obra literária em análise e a sua relação com o turismo, consultei as demais obras literárias produzidas sobre o município que são: “Câmara Municipal de Vereadores de Canela – RS. Monografia histórica”, de autoria de Maria Aparecida Wolff Cardoso, publicada em 2000; “Canela – a reconquista de um horizonte: memórias e estratégias do sucesso”, de autoria de Suzana Vellinho Englert, publicada em 2002; “Projeto Turístico Cultural. Canela: O tempero da Serra. Guia Turístico Ambiental e Cultural”, sob a coordenação de Gilberto Werner, publicada, aproximadamente, em 2003; “Vamos passear por Canela. História e Geografia”, de autoria de Maria Aparecida Wolff Cardoso, publicada em 2004; “Canela: por muitas razões”, de autoria de Antônio Olmiro dos Reis, Marcelo Wasem Veeck e Pedro Oliveira, segunda edição, 2009, essa edição traz a atualização dos dados políticos e novas ilustrações; e “Canela passado a limpo”, de autoria de Antônio Olmiro dos Reis, publicada em 2014.

E mais, a dissertação intitulada “Expansão urbana e gestão turística: políticas e práticas públicas no município de Canela entre 1988 e 2002”, de autoria de Norberto Hoffmann, apresentada ao PPGTur, sob a orientação da Profa. Dra. Susana de Araújo Gastal, defendida no ano de 2004.

Como vias de acesso para melhor compreender a obra do artesão Zé do Passarinho, foram analisadas ainda, duas entrevistas do artesão, uma concedida a Nelson Haas e a Fábio Goulart Andrade, do Grupo Só Rindo Produções e a outra concedida a mim, enquanto pesquisadora; mais, um guia produzido pela Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias (Assecan), intitulado “Guia da Mata Atlântica de Canela”, a qual o artesão está filiado; e, por fim, um capítulo de livro, intitulado O desbravamento de Canela, da obra literária “Raízes de Canela”, de autoria de Pedro Oliveira e Véra Lucia Maciel Barroso, escrito pelo próprio artesão.

Em minhas buscas, a vinculação natureza/paisagem apareceu com muita frequência, se mostrando um elemento marcante e constituinte do município. Essa vinculação também abriu espaço para que as relações fossem pensadas como base de sustentação à noção da natureza estetizada e mercantilizada enquanto paisagem.

Sendo assim, os primeiros questionamentos para o projeto surgiram após a leitura das obras que produziram a história do município de Canela, pois à medida que avançava, as leituras faziam com que me deparasse com informações importantes, prendendo minha atenção e instigando minha curiosidade. As maiores

inquietações possuíam forte ligação com o turismo, uma vez que estava em busca de respostas para o que teria desencadeado a atividade turística no município. Dessa forma, parti do questionamento, quais os sentidos que contribuíram para a significação do município de Canela/RS?

Posso arriscar dizer, que foi a partir de todas as considerações feitas e principalmente da questão de pesquisa, quais os vínculos existentes entre o município de Canela e o turismo, a partir da sua história, da paisagem e do artesanato, que a pesquisa começou a ser desencadeada. Desse modo, no estudo proposto, defini como objetivo geral, contribuir para a emergência de outros sentidos na ressignificação do município de Canela/RS, enquanto destino turístico, através do observatório da Análise do Discurso.

Esse objetivo geral foi definido, em razão do destaque que o município de Canela tinha no cenário turístico regional. Canela era reconhecida como a primeira estação de veraneio do RS, antes mesmo de Gramado, seu município vizinho, conquistar *status* de destino turístico. Entretanto, com o passar dos anos e dos sucessivos ciclos vividos por Canela, Gramado tomou a frente turística da região, restando à Canela apenas os resquícios de seu passado e um apagamento enquanto referência.

Com isso, propus os objetivos específicos que são problematizar a obra de Stoltz a partir do conceito de discurso fundador na sua relação com o turismo; identificar as condições de produção de sentidos sobre o atrativo turístico natural, Cascata do Caracol; analisar o artesanato de Zé do Passarinho na contingência memória-atualidade do destino turístico.

É importante salientar, que o referencial teórico dessa construção articula fatos e conceitos que permeiam todos os capítulos. Sendo assim, a AD e o turismo, se transpassam do início ao fim do estudo. Para que se possa observar a relação existente entre o turismo e o município de Canela proposto nessa pesquisa, o estudo foi dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo, apresento o dispositivo teórico-analítico que embasa a análise, a partir da relação linguagem/história/sujeito. Abordo o momento histórico de seu surgimento e sua constituição enquanto teoria. Exponho os conceitos que serão trabalhados para a construção da análise, que leva em conta também, meus gestos de interpretação dos fatos. E ainda, indico um possível diálogo entre a AD, a partir dos conceitos de historicidade, memória discursiva, paráfrase, polissemia, relações de força, autoria; e o turismo, e os

conceitos de destino turístico, atrativo turístico, paisagem cultural, paisagem turística e artesanato.

O segundo capítulo traz como ponto central, o discurso fundador, conceito chave trabalhado a partir da obra literária de referência analisada, juntamente, com as demais vias de acesso consultadas para a construção da releitura histórica do município. Diante dos fatos analisados, coloco em discussão a discursivização da terra, descrevo os processos de identificação dos sujeitos com sua memória social e apresento os vestígios dos ciclos deixados pelos indígenas, pelos tropeiros e pelos senhores.

Dando continuidade aos capítulos anteriores, o terceiro capítulo apresenta a nova fase que começa a despontar nesse município em formação, me refiro ao turismo e a todos os demais momentos iniciados a partir de então, pelas madeiras, pelo início da atividade turística e pela chegada do trem. Alguns dos conceitos postos em relação nesse capítulo são memória discursiva, paráfrase, destino turístico e atrativo turístico.

O quarto capítulo traz a vinculação que se construiu entre a natureza, a paisagem, a cultura e o turismo, em que a natureza ao ser ressignificada pela cultura e pelo turismo recebeu novos sentidos que em deslizamento a constituíram em paisagem. Trata-se de uma construção ideológica em que os sentidos disputam forças e a natureza é apresentada como um produto turístico com valor econômico através de sua estetização em paisagem.

Esse capítulo está dividido em duas partes. A primeira parte aborda o atrativo turístico natural, Cascata do Caracol, cujos sentidos instituídos apresentam-se em deslizamento, o que demanda a abordagem dos conceitos de polissemia, relações de força na ideologia, paisagem cultural e paisagem turística. Já, a segunda parte se volta ao artesanato de Zé do Passarinho, na qual os conceitos de historicidade e autoria são trabalhados para analisar a obra em escultura de madeira, cuja estética rearticula os sentidos do discurso fundador no interjogo com o turismo.

2 DISCURSIVIZANDO O TURISMO

Nas próximas páginas, apresento a Análise do Discurso (AD), dispositivo teórico-analítico que serve de base para a minha pesquisa. Sua explanação está estruturada com vistas a mostrar um panorama a respeito do momento histórico de sua origem, bem como, sua constituição enquanto teoria. Além disso, exponho também, os principais conceitos que acionei para a elaboração de minha análise. E, apresento ainda, um diálogo entre a AD e o turismo.

2.1 A CONJUNTURA INTELECTUAL DA ANÁLISE DO DISCURSO

Durante os séculos XIX e XX, realizaram-se diversos estudos sobre o texto, no entanto, conforme observa Orlandi (2010), nenhum deles conseguiu se aproximar do que seria a verdadeira abordagem do texto para a AD, que buscava um novo olhar mais direcionado às discursividades.

Os estudos referidos, anteriormente, ainda estavam em andamento quando, no final da década de 1960, segundo Maldidier (1997, p.15), intensificaram-se as “atividades ligadas à linguística”, e se pôde, então, atribuir à AD uma origem própria. Havia se fundado “uma nova disciplina: a análise de discurso” (MALDIDIER, 2003, p.22).

Logo, a AD designava o objeto de uma dupla fundação (MALDIDIER, 2003), resultado do encontro intelectual que ocorreu entre Jean Dubois e Michel Pêcheux, em um “contexto da conjuntura teórico-política” (MALDIDIER, 1997, p.16) que, nos anos seguintes, desempenharia um papel importante nos acontecimentos.

Os dois estudiosos elaboraram, de forma individual, o que mais tarde se denominaria de AD com uma forte base constituída pela Escola Francesa, que pôde, então, estruturar-se enquanto uma teoria.

Dubois, linguista e universitário, foi um dos grandes nomes da linguística francesa. Se destacou em empreendimentos que continham manifestações para que se alcançasse “o espírito de conquista da linguística” (MALDIDIER, 1997, p.17).

Pêcheux era filósofo e se encontrava envolvido nos debates teóricos em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia, situando-se, inicialmente, “no terreno da história das ciências” (MALDIDIER, 1997, p.17) mais, especificamente,

das ciências humanas. Uma figura marcante para a construção do seu pensamento foi Michel Foucault.

Para Malidier (1997) mesmo os estudiosos vivenciando terrenos, situações e preocupações que os distinguiam, ambos foram

[...] tomados em um espaço comum: aquele do marxismo e da política. Na contramão das ideias dominantes, eles partilham as mesmas evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social (MALDIDIER, 1997, p.17).

Sendo assim, supõe-se que “o projeto da AD nasce dentro desse contexto” (MALDIDIER, 1997, p.17). Um contexto de diversidade em que os trabalhos são diversos, mas também o são, seus autores, a época e as tendências do momento em que o estudo estava em desenvolvimento. Além disso, foi através do interesse na linguagem e nos seus múltiplos sentidos, que teve origem a AD. Considera-se que foi a partir desse momento que “a AD passa a existir na França” (MALDIDIER, 1997, p.23).

Constituída através de três campos diversos do saber, conseguiu romper barreiras em pleno século XX, apresentando questões referentes à Linguística, ao Materialismo Histórico (Ideologia) e à Psicanálise.

Com a Linguística, não positivista, reafirmou a “não transparência da linguagem” (ORLANDI, 2010, p.19), uma vez que ela possui seu próprio objeto, a língua, e essa, sua própria ordem. Estabeleceu também relações mais amplas e completas para o triângulo linguagem, pensamento e mundo, buscando as especificidades existentes nessa relação, que se manifesta através da linguagem nos textos, sejam eles verbais ou imagéticos.

De vertente marxista, a Ideologia traz consigo a noção do real da história, enfatizando que os sujeitos constroem sua história, porém, essa “não lhe é transparente” (ORLANDI, 2010, p.19). Portanto, para trabalhar língua e história conjuntamente para a produção de sentidos, temos o que se pode chamar de forma linguístico-histórica, em que a ideologia se apresenta como disputa de forças que definem e dão sentido à linguagem.

E, por fim, a Psicanálise, que apresenta o “deslocamento da noção de homem para a de sujeito” (ORLANDI, 2010, p.19) constituído na relação entre o

simbólico e a história, trabalhando também o inconsciente, em relação aos desejos, lapsos e esquecimentos.

Conforme Malidier (1997, p.18) é a partir desse momento que a teoria ganha consistência “tanto do lado de J. Dubois quanto de M. Pêcheux, sob o signo da ciência linguística”, tomada agora, como um modo de leitura.

Nesse estágio, Dubois considerava que a AD deveria substituir a subjetividade do leitor unicamente pelo aparelho da gramática, rompendo com a prática do comentário literário, enquanto que, Pêcheux dispendendo maior destaque à questão da leitura, acreditava que deveria haver “uma teoria não-subjetiva, numa ruptura tanto com as práticas de explicação de texto, quanto com os métodos estatísticos em vigor nas ciências humanas” (MALDIDIER, 1997, p.18), a partir da qual, o sujeito passaria a ser visto como resultado da interpelação ideológica e do inconsciente (PÊCHEUX, 1988).

Malidier (1997) destaca ainda a dupla emergência da AD, que não poderia apagar as diferenças fundamentais existentes entre os protagonistas. Pois, elas se atêm essencialmente ao modo de se posicionar em relação à teoria.

Consoante a esse direcionamento, Malidier (1997) ainda menciona que para Dubois,

[...] a instituição da AD é pensada dentro de um *continuum*: a passagem do estudo das palavras (lexicologia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é ‘natural’, é uma extensão, um progresso permitido pela linguística. A AD, em suma, não terá sido senão um lance de seu caminho científico (MALDIDIER, 1997, p.18, grifo do autor).

Já, para Pêcheux, “a análise do discurso é pensada como ruptura epistemológica com a ideologia que domina nas ciências humanas (especialmente a psicologia)” (MALDIDIER, 1997, p.19).

Desse modo, é visível que a AD só poderia ser pensada em relação a uma teoria do discurso, pois, o que as diferencia segundo Malidier (1997, p.19) “é a maneira de teorizar a relação da linguística”.

Em Dubois, isso “significa relacionar dois modelos: o modelo linguístico e um modelo outro, sociológico (ou histórico), psicológico (ou psicanalítico)” (MALDIDIER, 1997, p.19). E, em Pêcheux, significa que desde a Análise Automática do Discurso (AAD69), em 1969, o objetivo teórico articula a questão do discurso aquelas do sujeito e da ideologia.

Levando em consideração o momento em que foi instituída, a teoria propunha um objetivo ambicioso, mas, além dela ainda haviam diferenças a serem estabelecidas para que assim, pudesse se constituir enquanto um estudo.

Diante disso, Dubois, parecia, por vezes, oscilar entre duas posições, uma posição estruturalista estrita e uma posição integracionista. Pêcheux, por sua vez, “desenvolve um questionamento crítico sobre a linguística e as extensões da ‘ciência piloto’” (MALDIDIER, 1997, p.19-20). E é a partir desse momento, que “o objeto discurso é pensado ao mesmo tempo que o dispositivo construído para a análise” (MALDIDIER, 1997, p.19-20).

De acordo com Mالدیدیر (1997), para Dubois,

[...] as regras de constituição de corpus contrastivos acabam por levar a um dispositivo operacional concebido sobre um princípio estrutural: relacionar um modelo relevante da linguística com um outro modelo, controlar variáveis e invariantes (MALDIDIER, 1997, p.20).

Enquanto que Pêcheux voltava suas preocupações para o modo como poderia ser pensado “um domínio de conhecimento novo sem se interrogar sobre os instrumentos de sua análise” (MALDIDIER, 1997, p.20). Buscando atingir esse objetivo, ele formalizou através da AAD69, a máquina discursiva, algo revolucionário para a época, que deu “à teoria um objeto novo, ao mesmo tempo em que os procedimentos informatizados permitiam alcançá-lo” (MALDIDIER, 1997, p.20).

E mesmo trabalhando as diferenças em sua constituição, houve escolhas teóricas comuns aos iniciados da AD, como “a escolha de produzir uma análise da superfície discursiva” (MALDIDIER, 1997, p.21). Em Dubois isso significa dizer que, as regularidades significativas dos discursos aparecem contrastadas pelo corpus. Já, em Pêcheux, “a deslinearização permite perceber os traços dos processos discursivos” (MALDIDIER, 1997, p.21).

Diante dos fatos, não posso deixar de mencionar que mesmo que a AD tenha sido, inicialmente, constituída por essa dupla fundação, coube a Michel Pêcheux delinear e definir sua forma final que incluiu, portanto, como suporte, a teoria do sujeito (GADET, 1993).

E, considerando a abordagem feita sobre a origem da AD, enquanto disciplina, sabe-se que essa se estabeleceu em um momento turbulento, tanto para a sociedade francesa daquela época, então, dominada pelo estruturalismo, quanto

se apresentou de forma complexa também para os estudiosos que a escolheram como objeto de estudo. Causou estranhamentos, mas ao mesmo tempo, possibilitou a formulação de um novo modo de trabalhar e estudar a linguagem, que acionada desde o início como um dispositivo, colocou em relação língua, sociedade e história, sustentadas a partir das relações de força e da dominação ideológica (GADET, 1993).

Até o presente momento foi possível compreender como a introdução dessa então, nova disciplina, denominada AD, se estruturou na França, no final da década de 1960. Entretanto, para a sequência proposta, é importante, ressaltar algumas diferenças referentes ao dispositivo.

2.2 O DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO: PONTUANDO AS DIFERENÇAS

O surgimento da AD possibilitou que seu objeto, o discurso, ganhasse novo *status*, e mais ainda, um interesse renovado, direcionado para a “língua funcionando para a produção de sentidos” (ORLANDI, 2010, p.17). Ou seja, começava a se produzir um conhecimento a partir do próprio texto, considerando que, a linguagem não é transparente e que possui uma espessura semântica própria, que pode ser concebida em sua discursividade. E indo além, procura assimilar como a língua faz sentido através do trabalho simbólico, apresentando-se como alicerce na produção da existência humana, fazendo “parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2010, p.15) para que esse possa se significar e significar-se.

Dessa forma, será através da análise que se poderá observar a “relação estabelecida pela língua com os sujeitos que a falam” (ORLANDI, 2010, p.16) e as situações em que é produzido o dizer, destacando a exterioridade na busca pelas regularidades da linguagem, transformando a prática das ciências sociais, mas também, os estudos da linguagem.

“Os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Linguística” (ORLANDI, 2010, p.16), que se apresenta no trabalho desenvolvido com o discurso, como um objeto sócio histórico que possui o linguístico como pressuposto, refletindo sobre a maneira como a linguagem se materializa na ideologia e como essa se manifesta na língua. Sem esquecer que, “a

materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”, conforme destaca Orlandi (2010, p.17).

Sob a perspectiva althusseriana, Pêcheux e Fuchs (1993, p.167) acrescentam ainda que “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”, pois, não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 2010).

Dessa maneira, o discurso relaciona língua e ideologia, compreendendo “como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2010, p.17). E, tomando o discurso enquanto “efeito de sentido entre locutores” (ORLANDI, 2010, p.21), está se partindo do princípio que a AD não é apenas uma mera transmissão de informações, mas vai além, ao relacionar sujeitos e sentidos, sendo seus efeitos, múltiplos e variados tendo como base o funcionamento da linguagem.

Consoante a esse direcionamento, Orlandi (2010) enfatiza que a AD, em seu entendimento discursivo, coloca a noção de leitura em discussão, abordando como questão fundamental, o sentido. Apontando para a linguagem enquanto linguagem, somente a partir do momento em que essa passa a fazer sentido. E esse instante só se torna visível quando a linguagem se inscreve na história.

Segundo Pêcheux (2002, p.50), esta perspectiva, “não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica”, pois, “a análise do discurso confronta-se com a noção tradicional (hermenêutica) da interpretação e produz um deslocamento” (ORLANDI, 1996a, p.41).

E vai além, de acordo com Orlandi (1996a) recusando

[...] o conteudismo (a separação forma/conteúdo) e, insistindo sobre o fato de que o sentido é produzido, vai restituir a opacidade, a espessura semântica, aos objetos simbólicos: a compreensão, na análise de discurso, é *política* (ORLANDI, 1996a, p.41-42, grifo do autor).

Sendo assim, para Orlandi (1996a) a AD

[...] não vem contemplar a relação entre a linguística e as ciências das formações sociais (ela não costura o entremeio entre língua e história), ela trabalha, isso sim, as contradições emergentes da própria constituição desses dois espaços disciplinares; ela trabalha a necessidade que relaciona essas disciplinas – a linguística e as ciências sociais – enquanto territórios distintos (ORLANDI, 1996a, p.42).

A partir desse momento, a AD toma para si a responsabilidade que lhe é imposta. Assume sua denominação e se constitui enquanto um dispositivo teórico-analítico.

Os subsídios teóricos reunidos até aqui, nos fazem compreender o quanto a denominação do dispositivo foi crucial para a teoria e nesse instante, passamos a entender como a AD se estruturou, enquanto uma teoria do discurso. Entretanto, para dar continuidade ao texto, algumas considerações pontuais quanto ao dispositivo se fazem necessárias.

2.2.1 O dispositivo de interpretação

Segundo Orlandi (2010, p.25) “nessa conjuntura, toda leitura precisa de um artefato teórico para que se efetue”, porém, a leitura nunca será transparente, uma vez que estará se articulando em dispositivos teóricos. Diante disso, conseguiu-se abrir um espaço para que a AD possa existir como disciplina, tendo em vista que ela teoriza a interpretação, colocando-a em questão.

Seguindo sua dinâmica, a AD tentará compreender como os objetos simbólicos, enunciado, texto, pintura, música etc. produzem sentidos. Analisando, assim, os próprios gestos de interpretação, que estarão relacionando sujeitos e sentidos. Ou seja, ela irá trabalhar, de acordo com Orlandi (2010, p.26) “seus limites, seus mecanismos, como parte dos processos de significação”. Pois, para isso, há método, há construção de um dispositivo teórico, há gestos de interpretação, que irão constituir o que o analista, com seu dispositivo, deverá ser capaz de compreender.

Diante do dispositivo teórico da interpretação, haverá uma parte que será construída pelo analista, que é a questão que irá desencadear a análise e outra parte que estará sustentada “no alcance teórico da Análise do Discurso” (ORLANDI, 2010, p.27). Essa que, estará mediando “o movimento entre a descrição e a interpretação” (ORLANDI, 2010, p.28). Com isso, será a partir da questão formulada que se poderá mobilizar os diversos conceitos.

Faz-se necessário, nesse momento, uma distinção entre o dispositivo teórico da interpretação, aquele do qual estou falando e o dispositivo analítico, esse que é construído pelo analista a cada análise. É importante lembrar que ambos se inter-relacionam, mas, o dispositivo teórico subentende a individualização já feita pelo

analista em uma análise específica. Embora, se possa dizer que, o dispositivo teórico seja o mesmo, os dispositivos analíticos não o são, tendo em vista que, “o que define a forma do dispositivo analítico é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2010, p.27). Ou seja, é a partir da questão, que a relação do analista com o discurso será estreitada, podendo levá-lo “à construção do ‘seu’ dispositivo analítico” (ORLANDI, 2010, p.27), cabendo a ele, então, a mobilização dos conceitos e procedimentos. Sua prática de leitura e seu trabalho com a interpretação tem a forma de seu dispositivo analítico.

Após esses processos, Orlandi (2010) ressalta que

[...] os resultados vão estar disponíveis para que o analista os interprete de acordo com os diferentes instrumentais teóricos dos campos disciplinares nos quais se inscreve e de que partiu (ORLANDI, 2010, p.28).

Ao analista, caberá por fim, a partir da construção do seu dispositivo analítico, o alcance de suas conclusões. E para alcançá-las, o analista deverá retornar para sua questão inicial, uma vez que ela estará presente, “no início, como elemento desencadeador da análise e da construção do dispositivo analítico correspondente” (ORLANDI, 2010, p.28), para no final retornar, novamente, “gerindo a maneira como o analista deve referir os resultados da análise a compreensão teórica do seu domínio disciplinar específico” (ORLANDI, 2010, p.28).

Aqui está a riqueza da AD, pois trabalhando suas relações com o simbólico, essa não apaga as diferenças, mas sim, as significa teoricamente “no jogo que se estabelece na distinção entre o dispositivo teórico da interpretação e os dispositivos analíticos que lhe correspondem” (ORLANDI, 2010, p.28). Em linhas gerais, o dispositivo teórico, é aquele que a constitui enquanto teoria.

E assim, até o momento, grande parte do que constitui a AD foi apresentada, na sequência, a última parte teórica, será explanada, finalizando a compreensão do dispositivo.

2.2.2 O dispositivo de análise

“A Análise de Discurso não procura o sentido ‘verdadeiro’, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica” (ORLANDI, 2010, p.59-60), uma

vez que o dispositivo que estará se formando possui como característica colocar os diferentes em relação. Por isso, ao trabalhar relações diversas, o analista deverá “poder explicitar os processos de identificação pela sua análise” (ORLANDI, 2010, p.59-60). No entanto, é necessário compreender que, o próprio analista também estará envolvido na interpretação. Sendo assim, o dispositivo do analista deverá lhe permitir trabalhar não numa posição neutra, mas em relação à face da interpretação.

Durante a construção do corpus, por não estar se levando em conta critérios empíricos positivistas, mas sim teóricos, muitas vezes, eles já resultam de uma construção do próprio analista. O que torna a análise, intimamente, ligada ao corpus, pois ao decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas, que em consonância com o método e os procedimentos, não visa à demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo efeitos de sentidos (ORLANDI, 2010).

Aliás, conforme Orlandi (2010) a análise, visa justamente isso, deslocar o sujeito em face desses efeitos. Esse que já é um movimento de compreensão que se sustenta em uma primeira etapa de análise praticada pelo dispositivo analítico.

Após esse processo, tendo isso em conta, finalmente, é construído o dispositivo analítico, que se apresentará, segundo Orlandi (2010) a partir da questão colocada frente aos materiais de análise que constituem o corpus e que visam compreender, em função do domínio científico, como esses estarão vinculados no trabalho. Com esse dispositivo, se poderá praticar a análise e a partir dele interpretar os resultados para se chegar à AD que se pensou empreender.

Por isso mesmo, ao concluir a análise, o que se poderá avaliar de acordo com Orlandi (2010, p.64) é a capacidade analítica do pesquisador, seja pela habilidade com que ele praticou a teoria, face a sua responsabilidade teórica, seja pela “sua capacidade de escrita – explicitação da análise – para interpretar os resultados de seu processo de compreensão do discurso que analisou”. Em suma, o dispositivo analítico é o que permite a análise, levando em consideração, seus conceitos.

A apresentação do dispositivo foi finalizada e agora temos uma visão geral de seus elementos, mas o dispositivo pede ainda a explanação dos seus conceitos, e essa, pode ser lida nas próximas páginas.

2.3 CONSTRUINDO O DISPOSITIVO NOS LIMITES DA INTERPRETAÇÃO

Consoante às palavras de Orlandi (2010), retorno à análise para enfatizar que ela trabalha nos limites da interpretação. Não havendo, portanto, como se colocar fora da história, do simbólico ou da ideologia, mas sim, em uma posição deslocada que permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

Diante do que explanei sobre o dispositivo teórico-analítico, devo reforçar a possibilidade de construção dos processos da pesquisa simultaneamente. Ou seja, com a leitura e a interpretação ocorrendo durante todo o processo de instituição do corpo teórico, desde a seleção das referências até a finalização da pesquisa. E é porque o analista tem um objeto a ser analisado que a teoria vai-se impondo. Pois, não há uma teoria já pronta que sirva de instrumento para a análise (MALDIDIER, 2003).

Por isso, é consentido também, que se acrescente à análise que estará sendo construída, fatos atuais importantes para que o fio condutor da pesquisa não se perca. Uma vez que no desenrolar dos acontecimentos, ao analisar as obras literárias disponíveis, pode-se perceber trechos em que há repetições de informações e fatos, assim como, trechos em que há inconformidades em relação às datas. É o real da história que se apresenta nas paráfrases e nos equívocos.

Sendo assim, ao mesmo tempo em que faço a releitura da história do município, com base nos fatos históricos, vou além, buscando compreender também a historicidade que está em cada fato, buscando nos processos de produção discursiva, já construídos, reconhecer os sentidos atribuídos a cada período relatado.

De forma resumida, abordo os conceitos que mobilizei para a construção do dispositivo. Para tanto, inicio com a noção de sujeito, lembrando que o sujeito para a AD é o sujeito psicanalítico, da falta, do desejo, “um sujeito dividido” (INDURSKY, 2008, p.16). Porém, essa relação somente aparece, efetivamente, quando o sujeito fala, pois é dessa maneira, que ele se situa no discurso, através das formações discursivas. Essas se definem a partir do conjunto de formações discursivas nas quais o sujeito transita e que constituem sua memória discursiva. É a partir de uma formação social, que o sujeito fala, assumindo os efeitos de sentido que delas derivam e que condicionam a produção do discurso.

As formações sociais, além disso, também posicionam o sujeito quanto as suas formações ideológicas, que se reportam através da ideologia às posições de classe que se mantêm em conflito. Desencadeando assim, as relações de força que se estabelecem no discurso dos sujeitos, a partir das posições-sujeito que por eles serão assumidas. Porém, além dessas, ainda se manifestam as representações imaginárias, isto é, representações que os sujeitos projetam sobre si, os lugares e os discursos que estão a sua volta.

Dessas relações, surgirão marcas que estarão referindo a língua à história para que possa haver significações (ORLANDI, 2010). É a partir dessas que se estabelecem retornos à memória discursiva, através da polissemia, que causa ruptura de processos e deslocamentos, mas é também, através da paráfrase, que em uma retomada ao mesmo há a possibilidade de um novo. Esse é o jogo da repetição e do diferente, que estarão diretamente relacionados ao enunciado, como a ferramenta que constitui o discurso, e que se modifica de acordo com as tomadas de posições efetuadas pelos sujeitos. E que remetem, portanto, ao acontecimento, enquanto, o ponto em que o rompimento se torna possível, dando ao sujeito a possibilidade do novo.

Interligando todos esses conceitos, temos a historicidade, que se constitui na história pela linguagem, trabalhando os sentidos que são produzidos nos textos. Contudo, a relação mais visível que pode se estabelecer através da historicidade, é a autoria, que se mostra representativa da função-autor e, a partir dela reserva “um lugar de interpretação no meio dos outros” (ORLANDI, 1996b, p.70). E assim, seguindo essas relações, consegui construir através desta teoria, a base que sustenta minha análise.

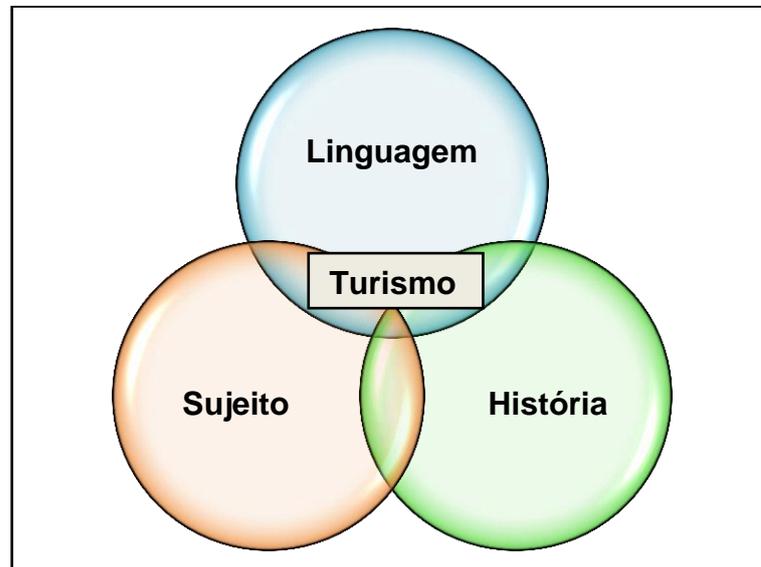
E, para finalizar o capítulo, apresento alguns quadros que se referem aos conceitos acionados por mim para a análise das materialidades selecionadas, a partir das relações construídas com o tema maior dessa dissertação, o turismo.

2.3.1 O diálogo entre a análise do discurso e o turismo

Para que se possa exhibir, posteriormente, o diálogo existente entre a AD e o turismo, primeiro é necessário, explicitar de onde parti e para isso, apresento no Quadro 1, os conceitos que se tornaram pertinentes para ler os textos turísticos

consultados para essa pesquisa, todos eles se relacionam e se interseccionam de maneira ampla.

Quadro 1 – Nó Borromeano: Discursivizando o turismo



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva (2014).

Considerando o exposto, notamos que há um elo entre a linguagem, a história e o sujeito. Podemos observar esses entrelaçamentos através da linguagem nos textos turísticos, por esses se constituírem e se construírem como aquilo que pode ser dito sobre o turismo, isto é, diante de um destino turístico, o que interessa é o que se diz sobre ele, suas significações.

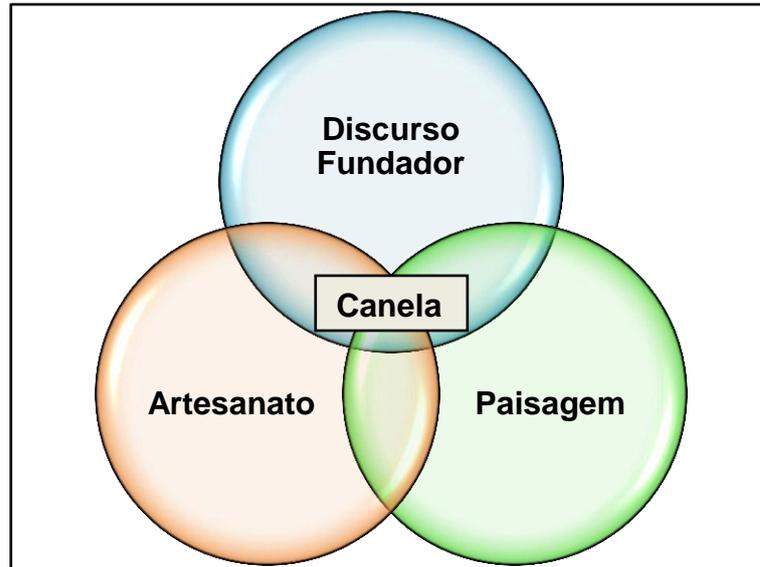
A partir da história, temos a circulação dos sentidos em torno desse destino turístico, que é produzido e transformado, ao longo da história, através da política e do social e que passa a ser reproduzido ideológica e imaginariamente, pelos habitantes daquele município.

E, por fim, com o sujeito, notamos o turismo sendo construído para o sujeito e pelo sujeito. O sujeito do turismo, nesta perspectiva, pode ser pensado como o sujeito da falta e do desejo, que busca tamponar um vazio, preencher um furo.

Diante disso, devo salientar que, nessa pesquisa, os sujeitos não são os residentes ou visitantes empíricos, mas, sim, os sujeitos conceitualmente construídos pela ideologia na história real e no simbólico, apresentados nas figuras do narrador e do artesão.

Além dessas relações mais gerais que foram pensadas, outras mais específicas também podem ser estabelecidas e uma delas, se apresenta na interseção das noções, que serão abordadas nesse estudo e que possuem como elo principal, o município de Canela, essa representação pode ser observada no Quadro 2.

Quadro 2 – Nó Borromeano: Para ler Canela



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva (2014).

Cada uma dessas esferas apresenta múltiplas interrelações possíveis. E sob o dispositivo teórico-analítico da AD, para discursivizar Canela foram mobilizadas as seguintes noções-chave: discurso fundador; paisagem e artesanato.

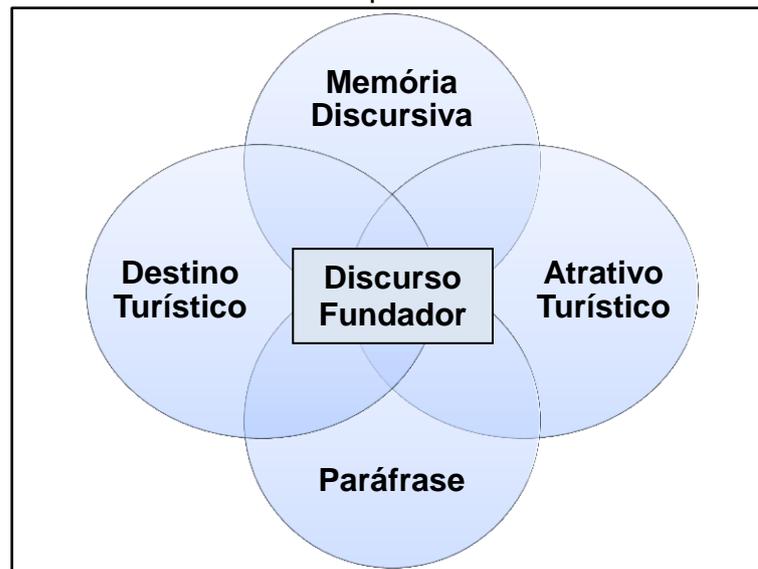
Em referência aos entrelaçamentos propostos, selecionei no campo da AD, os conceitos de Historicidade; Memória Discursiva; Paráfrase; Polissemia; Relações de Força e Autoria.

Já, para apresentar o turismo, os conceitos trabalhados foram: Destino Turístico; Atrativo Turístico; Paisagem Cultural; Paisagem Turística e Artesanato.

Os conceitos expostos acima tecem suas relações a partir do discurso fundador, da paisagem e do artesanato, assim como, expressam suas ligações com a AD e com o turismo.

No Quadro 3, pode-se verificar a exposição dos conceitos mobilizados a partir da noção de discurso fundador.

Quadro 3 – Conceitos para o Discurso Fundador



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva (2014).

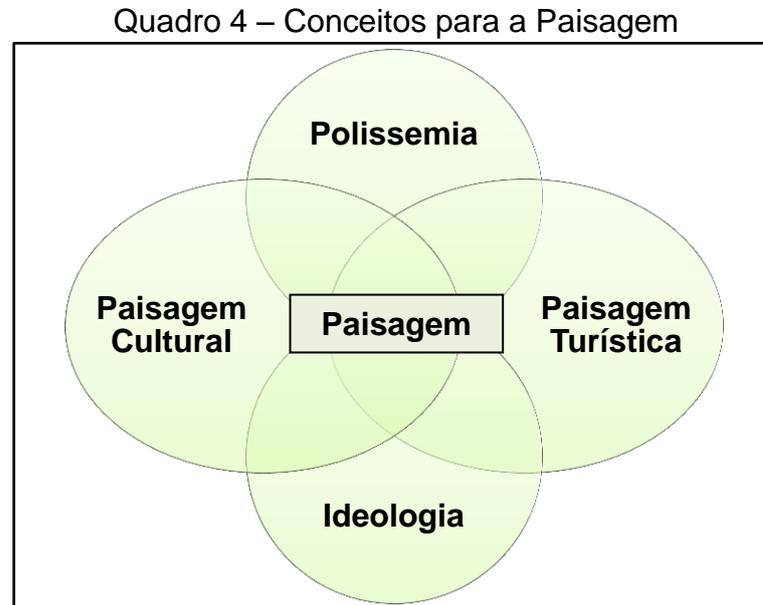
Para pensar o discurso fundador sob a perspectiva da AD, devemos retomar a memória discursiva, essa que carrega em si os já-ditos e, principalmente, os esquecidos, que podem ser, novamente, retomados, significados ou ressignificados. Os já-ditos que nos acompanham durante toda a construção desse destino turístico e que deixa marcas nos diversos ciclos que nele foram vividos.

Outro conceito marcante para o discurso fundador é a paráfrase, essa que através do mesmo, se significa de variadas maneiras. Essa que retorna, aparentemente, igual, para significar diferente, para significar de uma nova forma. Essa que se renova através das palavras ditas por outros autores. À memória discursiva e à paráfrase engendram-se também os conceitos de ideologia, relações de força e polissemia.

O discurso fundador não foge do seu objetivo de produzir um destino turístico, acumulando e fixando significados e sentidos, tanto para os residentes do município, quanto para os visitantes, em que ambos, residentes e visitantes, identificam-se e atualizam-se junto ao município, junto ao destino turístico.

E o atrativo turístico, conceito do turismo, irá se vincular aos demais conceitos, pois, muito dos atrativos que o município de Canela possui hoje, como o Parque Estadual do Caracol e o Parque Municipal do Pinheiro Grosso, se construíram pela necessidade de preservação, conservação e comercialização das belezas naturais ali encontradas.

Para dar continuidade ao estudo, apresento a noção de paisagem através dos conceitos e das relações de força que podem ser observadas no Quadro 4.



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva (2014).

Pensando a paisagem a partir da AD, retomo o conceito de polissemia. Esse conceito que se apresenta pelo diferente, pelos novos significados e pelo deslizamento de sentidos. Significados e sentidos construídos na relação residente-visitante, consolidando-se pela prática do turismo em um atrativo turístico, que fixa, imaginariamente, uma marca, uma época, adquirindo importância.

Entretanto, para que esses significados e sentidos possam ser reproduzidos, necessitamos do suporte do conceito de ideologia, constituído e orientado pelos discursos dos sujeitos envolvidos nesse acontecimento. Ou seja, quanto maior a posição ocupada por aquele que possui o poder, maior também será a chance do que for instituído por ele, se tornar dominante, isto é, compartilhado por todos. A polissemia e a ideologia também podem se relacionar, diretamente, com a paráfrase.

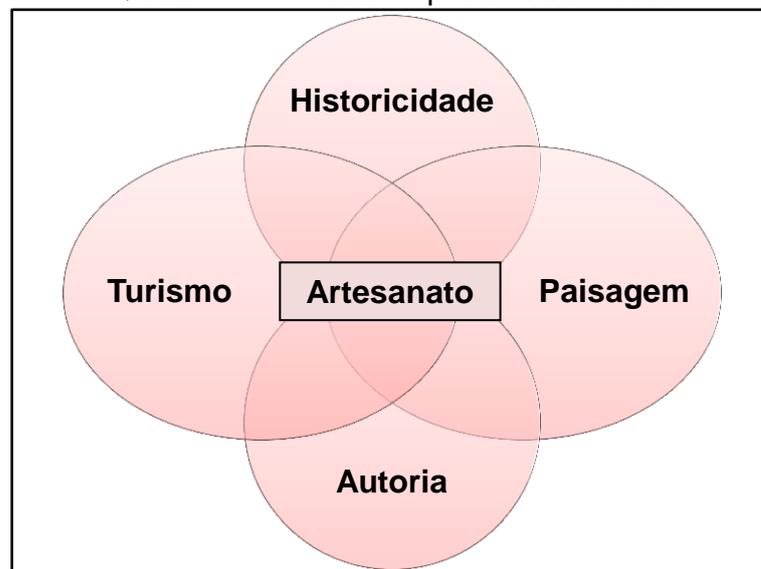
Já, o turismo se relaciona com a paisagem cultural, enquanto uma construção humana que pressupõe marcas. E essas marcas estão, diretamente, relacionadas às passagens da história do município de Canela, expressas, primeiramente, pela caneleira e, posteriormente, pela cascata. Marcas deixadas pelos sujeitos, que as usufruíram e as modificaram, mas que também, apresentaram

as significações e ressignificações, tanto deles, os sujeitos, quanto da própria paisagem.

Paisagem, que no turismo passa a ser turística, quando o que interessa é a motivação que leva os visitantes a contempla-la e a utiliza-la. Porém, essas motivações, muitas vezes, são significadas a partir dos residentes e ressignificadas pelos visitantes. São paisagens que, no decorrer dos tempos, têm a capacidade de se reinventarem, de se modificarem, de se atualizarem.

E, por fim, temos ainda a noção de artesanato, que pode ser observada no Quadro 5.

Quadro 5 – Conceitos para o Artesanato



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva (2014).

A noção de artesanato para a AD traz em si a historicidade. Traz em si a história e os sentidos construídos ao seu redor e que hoje, podem ser lidos e interpretados. A historicidade vai além do que os olhos podem ver e do que os dedos podem tocar, ela é aquilo que Walter Benjamin (1990) chama de aura, isto é, algo que talvez os sentidos humanos não consigam apreender, mas que os sentimentos, com certeza, conseguem abraçar com muita facilidade.

O artesanato é a expressão do sujeito na função-autor, a partir dos seus gestos de interpretação que podem ser lidos num texto produzido. Sob a ótica da AD, o conceito de autoria, permite observar o artista que se inscreve na história e na cultura através da sua produção. E, vai além, pois o sujeito que produz a peça

artesanal imprime sobre ela, sentidos que serão distintos daqueles impressos pelos sujeitos que irão adquiri-la.

No turismo, o artesanato, em especial, o artesanato em madeira, tomado enquanto texto se apresenta como elo entre a história do município de Canela e a atividade turística e se renova representando a síntese da natureza, no *souvenir*. E, além disso, carrega consigo as marcas e as lembranças de uma época, o ciclo das madeireiras.

E, temos ainda a paisagem, que compartilha com o conceito de cultura, algumas de suas noções que são entendidas, no contexto turístico, tanto como ações praticadas pelos sujeitos em seu cotidiano, que são reproduzidas ideologicamente, quanto como acúmulo de conhecimento, que se mostram em constante atualização, que no caso do artesanato, se apresenta através das peças artesanais que tentam manter vivas as tradições de uma região, sendo seus ensinamentos passados de geração a geração.

Devo salientar ainda, que as relações conceituais expostas, não são estáticas e estão abertas para outras combinações conceituais que possam ser efetuadas.

3 NARRATIVIZANDO CANELA

Para este capítulo, exponho como conceito chave, o discurso fundador, conceito que foi trabalhado a partir da obra literária analisada (Stoltz, 1992), juntamente, com as demais obras literárias (Cardoso, 2000, 2004; Englert, 2002; Werner, 2003; Hoffmann, 2004; Reis, Veeck, Oliveira, 2009; Reis, 2014) consultadas para a construção da releitura da história do município de Canela. Diante dos fatos apresentados, coloco em discussão a discursivização da terra, descrevo os processos de identificação dos sujeitos com sua memória e menciono os vestígios dos ciclos deixados pelos indígenas, pelos tropeiros e pelos senhores.

Considero importante ressaltar nesse momento, que a obra de Stoltz não se utiliza de citações diretas como, normalmente, encontramos nas pesquisas acadêmicas, exceto quando o autor cita algum documento histórico. Por essa razão, a tomo como um discurso memorialista, pois lida com referentes reais situados no passado (VASCONCELOS, 2011).

Essa obra literária também foi utilizada como base de referência para a construção do histórico do município pelos demais autores referenciados nessa pesquisa, que conseguem estabelecer redes parafrásticas.

A narrativização neste trabalho consiste na narrativa sobre um espaço, uma demarcação do território, uma sementeira de sentidos efetuada pelas significações atribuídas pelos autores a essa história, que passa a ser contada e recontada, abrindo espaço para que novos sentidos possam ser a ela atribuídos, agora por seus residentes, e por que não, por seus visitantes.

E, para melhor compreendermos a análise que se seguirá, primeiro é necessário, entendermos como o conceito de discurso fundador foi abordado nessa pesquisa.

3.1 O DISCURSO FUNDADOR

A obra literária, em questão, é a matéria, ou melhor, é a materialidade simbólica que serve exemplarmente na construção de uma outra origem (ORLANDI, 2001). E “desse modo dá uma função heurística ao fato de que a história ‘aparenta’ o movimento da interpretação do homem diante dos ‘fatos’. Por isto a história está ‘colocada’” (PÊCHEUX, 2002, p.9), pois, “a história é busca, portanto escolha”

(BLOCH, 2001, p.24). A partir do diálogo entre Pêcheux e Bloch, parto do princípio, de que a história é inventada.

Afinal, de acordo com Meneses (2006),

[...] o passado não está dado. Não podemos assegurar a exatidão do acontecido. Temos de construir fatos a partir das pistas deixadas pelos homens que viveram em um tempo anterior ao nosso e, a partir dessa construção, evidenciar a base lógica da nossa construção. Esse parâmetro põe por terra a ideia de verdade dos fatos ou o fetichismo do fato dos historiadores positivistas (MENESES, J. N. C., 2006, p.45).

E, ainda justificando a consideração feita, levo em conta também, as exigências de legitimação propostas por Thompson (2002) para a narrativização, que visam, sobretudo, que essas exigências estejam inseridas em histórias que contem o passado e tratem o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável. “De fato, as tradições são, muitas vezes, *inventadas* a fim de criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão” (THOMPSON, 2002, p.83, grifo do autor).

Com isso, observo que a partir de Thompson (2002), a simbolização pressupõe uma ligação com “o processo de narrativização, na medida em que símbolos de unidade podem ser uma parte integrante da narrativa das origens que conta uma história compartilhada e projeta um destino coletivo” (THOMPSON, 2002, p.86).

A AD trabalha no lugar desse aparentar, criando um espaço teórico em que se pode produzir o deslocamento dessa relação, desterritorializando-a (PÊCHEUX, 2002).

Com isso, analiso a obra de Stoltz a partir do discurso fundador. E, para essa afirmação, tomo como ponto de partida, o que foi definido segundo Orlandi (2001) como discurso fundador, uma vez que são esses discursos que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo de um município.

O discurso fundador é aquele em que a comunidade se reconhece, enquanto personagem, a partir das suas significações, sendo capaz de produzir sentidos. E, para produzir sentidos, ele deve ser entendido, inicialmente, enquanto um fio de instauração do novo, como menciona Orlandi (2001). Afinal, é a partir da “instauração de uma nova ordem de sentidos” (ORLANDI, 2001, p.13), que se

poderá caracteriza-lo como fundador, pois assim, estará se criando uma nova tradição, ressignificando o que veio antes e instituindo uma outra memória. Sendo esse, “um momento de significação importante, diferenciado” (ORLANDI, 2001, p.13).

Assim, o discurso fundador, enquanto tal, estabelecerá uma estreita relação com a filiação de sentidos, sendo essa, uma das suas características, pois, ao criar uma tradição de sentidos que se projetam “para a frente e para trás, trazendo o novo para o efeito de permanente” (ORLANDI, 2001, p.13-14), esse se instala, inevitavelmente. Sendo talvez esse efeito que o identifica como fundador, ou seja, a eficácia em produzir o efeito do novo que se arraiga, no entanto, na memória permanente (sem limite). Produzindo “desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim” (ORLANDI, 2001, p.13-14).

Contudo, para que se produza esse deslocamento de sentidos, deve haver “um outro lugar de sentidos estabelecendo uma outra região para o repetível (a memória do dizer), aquela que a partir de então vai organizar outros e outros sentidos” (ORLANDI, 2001, p.15). E é a essa região do repetível, essa memória do dizer, que a AD chama de discurso fundador. Uma vez que “dar sentido é construir limites, é desenvolver domínios, é descobrir *sítios de significância*, é tornar possíveis *gestos de interpretação*”, conforme observa Orlandi (2001, p.15, grifo do autor).

Nesse momento, acrescento ao conceito de discurso fundador, a noção de historicidade, que, mostrando sua especificidade, seu aspecto paradoxal, constrói o gesto de interpretação e, ao mesmo tempo, é ela própria interpretativa, porque sua matéria é simbólica.

Orlandi (2001) salienta que, em uma situação de linguagem, como no discurso fundador, já não conta nem mesmo a noção de verossímil. Com isso, não se pode “deixar de acentuar que a inadaptação é essencial para fundar o novo, para assim se reconhecer como dominante” (ORLANDI, 2001, p.16). Para que o discurso fundador exista, deve haver um mal-estar que conduza as ressignificações.

“O fundador busca a notoriedade e a possibilidade de criar um lugar na história, um lugar particular. Lugar que rompe no fio da história para reorganizar os gestos de interpretação” (ORLANDI, 2001, p.16). Para isso, o fundador se desloca em um terreno fértil que confunde a realidade, a imaginação (a ficção, a literatura) e o imaginário (a ideologia, o efeito de evidência construído pela memória).

E é exatamente aí que a marca discursiva do discurso fundador irá aparecer, pois se institui na construção do imaginário necessário para dar uma cara a um município em formação, para constituí-lo em sua especificidade como um objeto simbólico. A noção de discurso fundador é o que liga a formação do município à formação de uma ordem de discurso que lhe dá uma identidade.

Entretanto, para bem avaliar a função fundadora dessa obra literária é interessante observar uma das suas características, que deve indicar que os discursos sobre ela o apontam como tal. São outras obras literárias que a definem nesse lugar: como primeira obra literária, que é o que ocorre com a que conta a história de Canela. Desse modo, passo a expor as características desses discursos sobre os “Primórdios de Canela/Nascente turístico do RGS” como parte da sua instituição como discurso fundador da territorialidade, pois o discurso sobre ele estabelece o lugar interpretativo da sua fundação.

Tomando como base o que foi dito sobre a noção de discurso fundador, proponho que se pense essa obra literária também, enquanto, um processo de discursivização da terra, do território. E, para tanto, faz-se necessário considerar a materialidade da obra literária, em sua relação com a terra, que se significa a partir do autor, enquanto agente ideológico, que passa a imaginá-la, erguê-la, administrá-la, alocá-la em seus discursos (ORLANDI, 2012).

A terra se significou a partir do momento em que o autor, enquanto sujeito, a projetou como um corpo e, com isso, a interpelou, através de um processo de identificação. Ao observar o modo como a terra estava investida de sentidos, na materialidade da obra literária, identifiquei que sua textualidade somente se expressaria por meio de marcas, essas, que remetem aos vestígios deixados em um passado próximo, pela presença dos indígenas, dos tropeiros, da caneleira, dos senhores, da madeira, do trem.

Observo a terra como discurso, como sentido. Sentido que se dá no espaço e no movimento, fazendo a textualidade funcionar através dessas relações, ligando sujeito, sentido e história. A terra passa a ser a formulação do sujeito, pois coube a ele produzir seus sentidos. Entretanto, sua significação não é evidente. Ela vem atravessada de discursividade, que são efeitos de sentidos constituídos pelo confronto do simbólico com o político em um processo de memória que tem sua forma e funciona ideologicamente. O que redundaria em dizer que, assim como as nossas palavras, essa terra já vem sendo significada, antes mesmo que não a

tenhamos, conscientemente, significado através de sentidos já dados, estabelecidos e estabilizados (ORLANDI, 2012).

Contudo, os sentidos atribuídos a essa terra, sempre podem ser outros. A partir daqui, volto a mencionar o discurso fundador, uma vez que ele se liga de maneira intrínseca ao que construí, pois, o que me interessa, nesse momento, é a cenografia discursiva (ORLANDI, 2001), que tem ligação direta com a “situação que define as condições de enunciador e co-enunciador, mas também o espaço (topografia) e o tempo (cronografia) a partir dos quais se desenvolve a enunciação” (MAINGUENEAU apud FERNANDES, 1998, p.33). Ou seja, a encenação aqui representa o tempo, o espaço, e finalmente os personagens (o agora, o aqui e o eu) canelenses: é uma conversa encenada em Canela e isso lhe dá seu sentido, pois ambos, sujeitos e sentidos põem-se em relação, sendo afetados pela língua e pela história.

Embora o que defina o discurso fundador seja uma ruptura, essa ruptura é apenas um deslocamento para que a metáfora se instale, como um modo de ir ao encontro do mesmo. “Isso porque no discurso fundador o opositor não existe: a história é no *agora*” (ORLANDI, 2001, p.22, grifo do autor).

Nesta pesquisa, a obra “Primórdios de Canela/Nascente turístico do RGS”, de Stoltz é tomada como um discurso fundador, pois é este que instala as condições de formação de outros sentidos, filiando-se à sua própria possibilidade, instituindo em seu conjunto um complexo de formações discursivas, uma região de sentidos, um sítio de significância que configura um processo de identificação para o município, no presente.

Os subsídios reunidos até aqui, abrem espaço para que na sequência do capítulo a releitura da história do município de Canela seja apresentada e, principalmente, observada a partir de outro ponto de vista, o da AD.

Agora, estou pronta para mergulhar nos sentidos produzidos por Stoltz para Canela e construir minhas ressignificações, buscando compreender essa causa maior, que é o Turismo. Parafraseando Stoltz (1992, p.15) para poder retratar Canela, primeiro é necessário voltar no tempo em terra gaúcha, há mais ou menos 385 anos, quando os Guaianás percorriam a região.

3.1.1 Presença indígena: cicatrizes na terra

Há mais de 10 mil anos, iniciou-se a ocupação do atual território brasileiro. Com a chegada dos europeus em 1500, “havia povos espalhados do Planalto das Guianas ao Pampa gaúcho, do interior da Amazônia ao litoral” (KNEIP; MELLO, 2013, p.21). Embora todos fossem chamados genericamente de indígenas, pertenciam a povos distintos.

Depois do desembarque, os portugueses tentaram estabelecer contato com os grupos indígenas que ali estavam. Após essa primeira aproximação, iniciou-se o carregamento das embarcações com as mercadorias extraídas da terra recém-alcançada, “entre elas, pau-brasil, animais exóticos e... índios” (GARCIA, 2013, p.27) que tinham como destino a Europa. Os indígenas daqui levados tornaram-se escravos em Lisboa e arredores e uma de suas principais funções eram os trabalhos domésticos.

Conforme Gomes (2013) nossos primeiros habitantes causaram tanta estranheza e curiosidade, no continente europeu, que serviram de inspiração para diversas publicações, dentre as quais se destacam “Cartas”, de Américo Vespúcio (1512); “Utopia”, de Thomas Morus (1516); “Dos canibais”, de Michel de Montaigne (1560).

Estudar a história dos povos indígenas ajuda não somente a entender suas origens, “mas também os caminhos que esses povos percorreram para se espalhar pelo território” (KNEIP; MELLO, 2013, p.21).

O grupo indígena “que daria origem aos guaranis, teria de início subido o rio Madeira para o interior da Amazônia e, então descido pelo rio da Prata” (KNEIP; MELLO, 2013, p.22-23), alcançando áreas “na região central da América do Sul (Bolívia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul), em direção aos estados do sul do Brasil, e que chega ao litoral” (KNEIP; MELLO, 2013, p.22-23).

Os dados sobre os grupos indígenas que possam ter se estabelecido no território, onde hoje se localiza Canela, datam do período em que os tropeiros percorriam esses espaços, em meados do século XVII.

Acredita-se que um grupo denominado Guaianás ou Guayanás, também conhecido como caaguás, botocudos, xoklengs, coroados ou mesmo “chovas, bates, pinarés, caáguas, conforme as localizações geográficas e fontes” (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009, p.29) tenha habitado a região serrana.

Os guaianás são classificados no grupo dos Jês e não faziam parte dos primitivos habitantes do Rio Grande do Sul. Eles teriam vivido em Cima da Serra onde ocupavam os campos e pinheirais de São Francisco de Paula, Caxias do Sul e arredores (STOLTZ, 1992, p.21), em uma grande área do planalto (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009, p.27).

“Tinham aparência mongoloide, rosto levemente oval, nariz achatado, olhos pretos, estatura mediana e cabelo preto liso, em geral cortado em forma de coroa e depilavam as pestanas” (STOLTZ, 1992, p.21). Possuíam hábitos e costumes próprios, porém, ao entrarem em contato com o grupo indígena Guarani, que continua a habitar a atual Região das Missões², nos idos dos anos de 1633 (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009), agregaram ao seu dia a dia certos hábitos e costumes desse grupo, como por exemplo, o uso de vestimentas, pois, anteriormente, os Guaianás andavam nus.

No inverno, segundo Stoltz (1992), os indígenas

[...] cobriam-se com um tecido que as mulheres faziam, de formato retangular de 150 cm de comprimento por 130 cm de largura. No meio era feita uma abertura para poder passar a cabeça que, sob o nome de pala até hoje faz parte da indumentária gaúcha (STOLTZ, 1992, p.21).

Durante essa estação era muito comum também alimentarem-se “com a coleta do pinhão (fruto do pinheiro brasileiro) abundante em toda a região. Provavelmente, comiam-no assado” (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009, p.27). Além dos pinhões, os indígenas sobreviviam com uma agricultura muito primitiva, cultivavam milho, feijão, mandioca e abóbora e “dependiam basicamente da caça e pesca” (CARDOSO, 2000, p.17).

Suas casas eram subterrâneas em formato circular “com uma cobertura rudimentar” (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009, p.27) eram escavadas dentro do solo, ou na rocha que estava em decomposição. “Tinham tamanhos variáveis entre 5m e 28m de diâmetro e profundidade entre 3,5m a 6,5m” (STOLTZ, 1992, p.22).

Excelentes artesãos, os indígenas brasileiros possuíam diversos conhecimentos sobre a transformação dos materiais encontrados na natureza por objetos e produtos utilizados desde a alimentação até o transporte. Os recursos utilizados poderiam “ser de origem mineral (pedras, barro para fabricação de

² Localizada na Região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, é composta por 46 municípios (Setur/RS, 2012; REGIÃO DAS MISSÕES, 2012).

cerâmica), vegetal (fibras, folhas, raízes, sementes, troncos) e animal (penas, pelos, unhas, dentes, escamas, ossos)” (ATHAYDE, 2013, p.31), encontrados “nos rios, nas florestas, nos campos, nas roças, nas capoeiras (roças antigas) e em outros ecossistemas” (ATHAYDE, 2013, p.31). Os objetos produzidos podem ser classificados, conforme Athayde (2013),

[...] de acordo com as matérias-primas, as técnicas usadas em sua fabricação ou segundo o seu uso em diversas categorias: adornos ou enfeites, arte plumária, brinquedos infantis, caça, pesca, transporte, cerâmica, cestaria, instrumentos musicais, tecelagem, habitação e uso ritual (ATHAYDE, 2013, p.31).

Cada objeto construído “possui um conjunto de valores, técnicas e conhecimentos” (ATHAYDE, 2013, p.32) e está de acordo com suas tradições culturais, interrelações com a natureza, com a língua e com a história. Todos os conhecimentos foram, ao longo dos anos, sendo “adquiridos na guerra e no contato com outros povos indígenas, e transmitidos de geração a geração por observação direta ou por via oral, através de mitos e histórias” (ATHAYDE, 2013, p.32). E assim, foi possível tecer a ligação desses povos com a natureza, a cultura e a sociedade.

Apesar das inúmeras virtudes apresentadas pelos indígenas sua situação não era fácil, mas esse cenário se modificaria ao findar da década de 1750, quando o então futuro Marquês de Pombal declararia “a absoluta e definitiva liberdade indígena” (GARCIA, 2013, p.29). Com isso, os indígenas passariam a integrar a sociedade colonial adquirindo condições de igualdade com os demais habitantes daquele território.

Gomes (2013) ressalta que, nas publicações do Brasil do século XIX, os indígenas surgem como heróis no romance “O Guarani”, de José de Alencar (1857) e também, no poema épico “Os timbiras”, de Gonçalves Dias, publicado no mesmo ano.

Em 1882, é introduzido o nome kaingang (kaa – mato, ingang – morador) para designar indígenas não guaranis pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, mas em geral, eram chamados “de bugres” (STOLTZ, 1992, p.24).

Acredita-se que “dificilmente houve habitantes indígenas dentro dos limites da atual cidade de Canela, pois não era um local adequado” (STOLTZ, 1992, p.24).

Entretanto, Stoltz (1992) comenta que

[...] a poucos quilômetros dali, hoje pertencentes ao município, foram localizadas casas, subterrâneas no Parque do Saiqui. Estudado em 1973, este sítio arqueológico pertencente a Fase Taquara registrado e identificado pelo sistema Pronapa sob a sigla RS-348 (STOLTZ, 1992, p.24).

Além das casas, descobriram-se também túmulos (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009). Ainda sobre o território denominado Saiqui, sabe-se que essa denominação em língua indígena significa “saí” ou “sa-i” – nome comum a várias aves das famílias dos pardais e “quy” ou “quyra” – novo, verde, imaturo. Logo vem o significado, o filhote de saí ou o saí novo. Essa parte da região já era assim denominada.

Diz-se também que os indígenas encontrados na Região das Hortênsias se deslocaram para o noroeste do Estado, e é possível que alguns grupos tenham permanecido nos arredores dos locais denominados, Caracol e Banhado Grande (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009), “percorrendo as matas como nômades até um dia simplesmente sumirem” (STOLTZ, 1992, p.26).

Contudo, há diversas evidências que nos fazem crer que os indígenas que, possivelmente, habitavam esse território não o tenham deixado. Um exemplo pode ser visto na rodoviária de Caxias do Sul, quando algumas famílias indígenas de lá se deslocam levando consigo os artesanatos que produzem para que sejam vendidos nos períodos de grandes eventos nos municípios de Canela e Gramado.

Outro exemplo, já ocorre há algum tempo em Canela, em frente a uma churrascaria, na área central. Aos finais de semana, quando os visitantes almoçam nesse local com maior frequência, aparece uma índia que com a ajuda dos filhos vende pequenos artesanatos, possivelmente, para garantir o sustento da família.

E assim, é fácil irmos, “naturalmente convergindo para sentidos que parecem óbvios, repetindo aquilo que parece evidente sem questionar a historicidade que sustenta essa evidência” (MARIANI; MAGALHÃES, 2011, p.131). Afinal, assim como a grande maioria, apagamos a presença e a existência desse povo, porém, ao fazermos isso, retomamos o sentido de memória discursiva, que “é da ordem do saber discursivo, memória afetada pelo esquecimento” (ORLANDI, 2010, p.33-34), enquanto um “conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (ORLANDI, 2010, p.33-34) e, que nos remetem ao esquecimento ideológico, que segundo Pêcheux (1988, p.173, grifo do autor), é

denominado, “*esquecimento nº 1*”. De natureza inconsciente e ideológica, esse esquecimento faz com que o sujeito se coloque como origem do que diz, dando-lhe a ilusão de ser o criador do seu discurso.

Isto é, quando nos referimos aos indígenas e os descrevemos mediante sua aparência, ou ainda, como mercadoria, ou quando delegamos a eles tarefas domésticas, estamos retornando um já-dito, uma memória escravista com todas as suas práticas, que prezava, principalmente, pela desvalorização.

Por isso, devemos tomar cuidado, pois o tempo pode ter passado e a vida se modificado, mas a presença indígena no território de Canela não pode ser simplesmente apagada como se não tivesse existido, afinal, esse território ainda guarda as marcas desse povo, que assim, reafirmam que suas presenças continuam vivas, tão vivas quanto às cicatrizes que seus descendentes carregam.

É interessante observar que os indígenas pertencentes a grupos que não são Guaranis foram, ao longo dos anos, sendo excluídos das narrativas oficiais. Dessa forma, suas vidas são lembradas como resquícios do passado e confirmando essa passagem. Relembremos o trecho escrito por Stoltz, quando o autor se refere aos indígenas e utiliza tempos verbais no passado como faziam, teriam e ocupavam. Isso se deve ao papel que as reduções jesuíticas assumiram, pois no princípio, elas existiam para proteger os grupos indígenas de serem escravizados por espanhóis e portugueses. Porém, ao receberem visibilidade, as reduções passaram por um processo de mitificação, e hoje, passando por outro processo, agora de ritualização, conseguiram maior credibilidade ao seu episódio histórico (informação verbal)³.

Contudo, não podemos nos esquecer de que “é índio aquele que se reconhece como tal, e é reconhecido por uma comunidade indígena como seu membro” (COHN, 2013, p.20).

Sendo assim, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação foi de fundamental importância, na década de 1970, quando publicou a primeira lista de povos, de terras e de línguas indígenas, reunindo informações coletadas por missionários e antropólogos espalhados pelo Brasil (CAMARA, 2013).

É importante considerar que a instalação da Constituinte de 1987, apresentou-se como um divisor de águas, pois, pela primeira vez, pressupôs-se que os indígenas fariam parte do futuro do país (CAMARA, 2013), tendo direito à terra e

³ SANTOS, Rafael José dos. Anotações de aula. Disciplina Turismo e Cultura. PPGTur/UCS. 04 abr. 2013.

à cidadania plena reconhecidas, porém, devemos salientar que nem sempre esses direitos são respeitados, prevalecendo ainda, “a visão de que os índios são um empecilho ao desenvolvimento nacional” (COHN, 2013, p.19-20) e que continuam a ser atingidos por ideais de crescimento e colonização do território.

Com isso, devemos lembrar que houve um apagamento do sentido da posse da terra na Região das Hortênsias, pois mesmo comprovando a existência desses grupos indígenas, a eles foram negadas a moradia e a terra, enquanto, donos legítimos desses campos, em detrimento dos posteriores habitantes dessa região, os proprietários rurais portugueses. Houve uma transição de posses, ou melhor, um apoderamento forçado, pois todo o território por eles utilizado, em teoria a eles pertenceriam.

Porém, para os poderosos donos de terras, que aos poucos começavam a chegar à região, que se diziam ocupantes primários, e mesmo para o Império, os indígenas não passavam de ocupantes. Apesar da não legitimação da propriedade, os indígenas, para o Império, não eram donos do território em que viviam. Assim, eles deixam a propriedade, mas não deixam o território e nem deixam de por ele transitar.

Atualmente, segundo Mendes e Sasso (2013) essas concepções se reapresentam, pois assim como nossos antepassados, o governo ainda entende que em terras habitadas por indígenas não tem ninguém, afinal, indígena não é alguém. Ainda mais que os indígenas, no sul do Brasil, se encontram em situação deplorável, uma vez que a terra deles foi devastada, reduzida.

Todavia, “o novo panorama legal, porém, não impede que velhos problemas continuem ameaçando esses povos” (CAMARA, 2013, p.40), pois, se antes estavam em busca dos seus direitos, hoje, buscam a permanência dos mesmos.

Este capítulo abala a ideia da inexistência de indígenas em Canela, assim como desconstrói o sentido de que não haviam e de que não há indígenas no município.

Na sequência, continuo a apresentar as histórias e as pessoas que vivem ou viveram no campo de Canela, agora chegou à vez de apresentar os tropeiros e a caneleira.

3.1.2 Os tropeiros e a caneleira: de passagem à referência

Além da presença indígena, pensa-se que os segundos indícios de possíveis informações a respeito do território que um dia viria a se tornar o município de Canela tenha tido início no século XVII, mais precisamente, em 1634, quando grupos de tropeiros começaram a levar gado bovino e cavalos para São Paulo e Minas Gerais ou trazê-los para as reduções jesuíticas, hoje, Região das Missões.

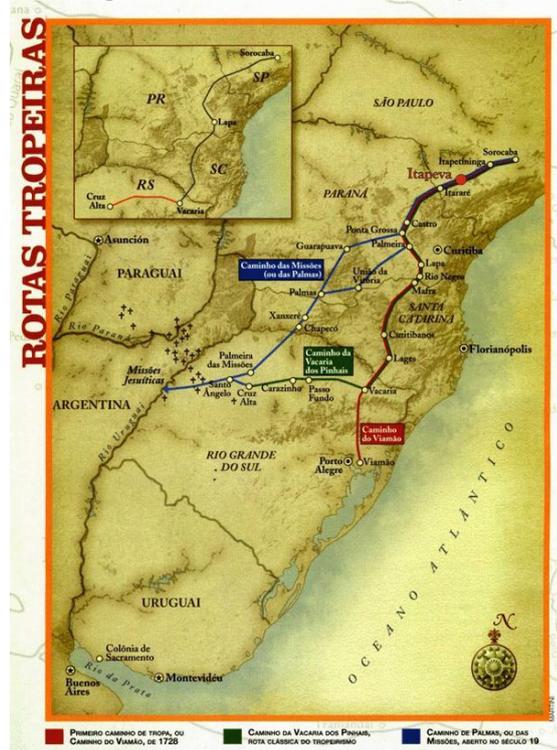
Para esses deslocamentos, os tropeiros utilizavam a estrada existente, que vinha do norte do país, passando por Laguna e Araranguá em Santa Catarina, seguindo pelo litoral da Província do Tape (designação do Estado do Rio Grande do Sul na época) (SILVA, 1968), até alcançar o município de Rio Grande, seguindo para Colônia do Sacramento, no Uruguai.

Porém, a estrada era praticamente intransitável em seu trecho litorâneo em virtude de suas inúmeras escarpas. Assim, no ano de 1727, em São Paulo, se autoriza a abertura de uma estrada pelo planalto, essa ligaria Araranguá a Lages, e foi concluída em 1729 (STOLTZ, 1992; HOFFMANN, 2004), entretanto, “não foi aprovada pelos tropeiros” (STOLTZ, 1992, p.16). Por esse motivo, a Estrada da Serra ou Estrada das Tropas, que em partes já existia e era mais transitável, foi concluída em 1736.

Em mapas da época, demonstra que vindo desde a Colônia de Sacramento pelo litoral, passava por Viamão (distante da atual cidade) até Santo Antônio da Guarda Velha, (hoje Santo Antônio da Patrulha), passando ainda pelo vale do Rolante e daí subia até o alto da serra. Seguindo norte até o local denominado São Francisco de Paula de Cima da Serra, e dali até Vacaria (para ser mais exato, seria atualmente entre as cidades de Vacaria e Bom Jesus) até passar pelo Registro de Santa Vitória no rio Pelotas, limite entre Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e dali seguia ao norte (STOLTZ, 1992, p.17).

Nessa estrada, que pode ser vista na Figura 1, os tropeiros podiam encontrar alguns estabelecimentos que ofereciam espaços para o trato dos animais. Sendo a partir dessa estrada que os povoados de Vacaria, São Francisco de Paula e Santo Antônio da Patrulha tiveram início.

Figura 1 – Estrada das Tropas



Fonte: ALF, 2011.

Com a melhoria da estrada, os tropeiros começaram a transportar em seus deslocamentos, tropas de mulas, carroças, varas de porcos e até mesmo carretas com madeiras (CARDOSO, 2000).

“Acredita-se que o local conhecido por Canela servia de passagem aos tropeiros com seus animais” (STOLTZ, 1992, p.18). “Aqui, era o lugar ideal para os tropeiros pernovernarem, porque as boas pastagens mantinham as tropas reunidas” (CARDOSO, 2000, p.17).

O local era um largo campestre (campo entre matas) alguns quilômetros distante da estrada principal, a noroeste de São Francisco de Paula. Por ali não havia nenhum caminho que ligasse ao principal [...]. É pouco provável o campo ter servido de passagem a tropas de animais. Mais fácil é acreditar ali ter havido atividades ou servido de pastagem [...]. Pelo menos não dos tropeiros que constantemente vinham usando a estrada serrana. Houve passagem de gado entre moradores da região, mais tarde, como consta em documento de 1874, onde um lavrador alega ter passado várias vezes com tropas de gado pelo campo denominado Canela (STOLTZ, 1992, p.18).

Nesse campo havia uma frondosa caneleira⁴, que se localizava em um ponto de destaque, servindo como “ponto de encontro e pousada de tropeiros” (STOLTZ,

⁴ Família das *Lauraceae*, do gênero *Cryptocarya* existente no Rio Grande do Sul principalmente em cima da serra. Há duas espécies nativas: *Cryptocarya aschersoniana* e *Cryptocarya moschata*,

1992, p.18; HOFFMANN, 2004, p.70). Dessa forma, “esse determinado ponto tinha de ser lembrado” (STOLTZ, 1992, p.19), e para isso, supõe-se que o município recebera deles o nome de Campestre Canella em razão da caneleira, que no século XX, foi derrubada e em seu lugar construída a estação de trem de Canela.

O acontecimento ocasionado pelo corte da caneleira nos remeterá a novos dizeres, pois, segundo Pêcheux (2002) somente

[...] por sua existência, [...]: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho [...] de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 2002, p.56).

Ou seja, o acontecimento é o ponto de encontro de uma atualidade e uma memória (PÊCHEUX, 2002), instaurando assim, um marco.

A atualidade se mostra aqui, a partir do momento em que a caneleira é cortada, passando a representar a extração da madeira que aparecerá em anos próximos, abrindo espaço ao que Stoltz chamará de progresso. Enquanto, a memória, é expressa pela caneleira, que estando viva e de pé, representa a exaltação à natureza, o nome do município, sua sinalização.

Assim, percebemos o trabalho discursivo efetuado pelo acontecimento enquanto ruptura, deslocamento e desestruturação, instaurando um novo momento, novos sentidos. Além das relações já estabelecidas, há outras que vêm permeá-las e completá-las, como os espaços de fluxos e espaços de lugares, estudados por Castells (1999).

Abordar as interações existentes entre os espaços fez-se necessário, já que espaço e tempo se constituem enquanto dimensões materiais da vida humana, interligando natureza e sociedade. O espaço pode ser aqui entendido como uma expressão da sociedade. Um produto material em relação a outros produtos materiais, inclusive pessoas, que se envolvem em relações sociais historicamente determinadas e que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social.

A trajetória dos tropeiros é construída em torno de fluxos. Os fluxos representam apenas um elemento da organização social, expressão dos processos que dominam nossa vida econômica, política e simbólica, e que, fazem parte da

ambas encontradas em certa abundância em torno da Região das Hortênsias, chegando a uma altura de 25 a 30 metros de altura. Em termos de nomes-vulgares existem: canela-fogo, canela-puruca, canela-de-porco, canela-cinza, canela-batalha e outras (STOLTZ, 1992, p.19).

“organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos” (CASTELLS, 1999, p.436, grifo do autor), e que podem ser entendidas, de acordo com Castells (1999) como

[...] as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômicas, política e simbólica da sociedade (CASTELLS, 1999, p.436).

Com isso, observamos um espaço de poder e riqueza que está muito bem demarcado e “projetado pelo mundo, enquanto a vida e a experiência das pessoas ficam enraizadas em lugares, em sua cultura, em sua história” (CASTELLS, 1999, p.440). Cria-se um estilo de vida e se projetam formas espaciais para unificar o ambiente simbólico em todo o mundo, conseqüentemente, substituindo a especificidade histórica de cada local.

Porém, não se deve esquecer que, “a grande maioria das pessoas das sociedades tradicionais, bem como nas desenvolvidas vive em lugares e, portanto, percebe seu espaço com base no lugar” (CASTELLS, 1999, p.447). Em que, “*um lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras de contigüidade física*” (CASTELLS, 1999, p.447, grifo do autor).

Lugar esse, que deve ser “claramente identificável tanto na aparência quanto no conteúdo” (CASTELLS, 1999, p.448). Lugar em que, culturas e histórias em uma urbanidade múltipla interagem no espaço, se ligando aos municípios de memória coletiva. Portanto, “lugares não são necessariamente comunidades, embora possam contribuir para sua formação” (CASTELLS, 1999, p.448-449), assim como, ainda segundo Castells (1999),

[...] nem todos os lugares apresentam interação social e riqueza espacial. É exatamente porque suas qualidades físicas/simbólicas os tornam diferentes que eles são lugares (CASTELLS, 1999, p.448-449).

Além disso, Castells (1999) salienta que

[...] as pessoas ainda vivem em lugares. Mas, como a função e o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, a dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares. A experiência, por estar relacionada a lugares, fica abstraída do poder, e o significado é cada vez mais separado do conhecimento (CASTELLS, 1999, p.450-451).

Nessa passagem, retomo os tropeiros, que aqui estão representando os fluxos, o compartilhamento de caminhos, porque, ser tropeiro significava atender às exigências econômicas e políticas da época, pois, provavelmente, submetiam-se as ordens de um superior, pessoa à qual prestavam seus serviços e dedicavam sua força de trabalho e, significava também, cumprir os prazos estipulados, afinal, a tropa de animais que estava sob sua responsabilidade deveria ser entregue à pessoa designada dentro do prazo combinado.

A caneleira tornou-se um lugar para os tropeiros que trabalhavam nos fluxos com os animais que transportavam, tornou-se um espaço de descanso, de repor energias, de alimentar os animais, de convívio com os outros tropeiros e de narrativas junto ao fogo de chão⁵.

Do outro lado, o campo, local por onde os tropeiros passavam e que por eles foi denominado de Campestre Canella, que aqui representa o lugar, e ainda, a cultura e as histórias vividas por esses sujeitos em suas andanças. E que pôde tanto os significar enquanto sujeitos daquele lugar, pois eles se identificavam com o campo e com a caneleira que sob a sua sombra repousavam, quanto significar o espaço, atribuindo-o marcas decisivas para o futuro daquele então, imenso campo, pois, aos tropeiros coube marcar uma época que até hoje, recordamos como um período de grande importância para o município.

Os tropeiros se foram e a caneleira também, mas nesses campos muita história ainda haveria de ser vivida: chegam os senhores.

3.1.3 A conquista da propriedade particular: fixam-se os primeiros senhores

Os próximos parágrafos são dedicados às extensões de terra que foram alvo de disputas de posses no município de Canela, ao longo de sua história.

Na atual Região das Hortênsias, no ano de 1781, próximo ao campo conhecido como Canela, se instala o português Apolinário de Almeida Roriz, tropeiro, fazendeiro e militar, vindo de Vacaria, juntamente com sua esposa, Teresa de Jesus.

⁵ Lugar, nos galpões das estâncias, onde se faz fogo para o churrasco e o chimarrão (OLIVEIRA, 2005).

Receber denominações como tropeiro, fazendeiro ou militar, nos remete à formação social, ou seja, ao modo como cada sujeito é “*conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar*” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p.166, grifo do autor) em uma classe social.

Ao ocupar “um certo *lugar* no interior de uma formação social dada” (PÊCHEUX, 1993, p.77, grifo do autor), o sujeito determina as condições de produção do seu discurso, isto é, pronuncia seu discurso a partir de condições específicas e identificáveis (PÊCHEUX; FUCHS, 1993) que “compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação” (ORLANDI, 2010, p.30) que está posta, abrangendo o contexto social, histórico e ideológico, em que é possível, verificar as mudanças de sentidos que podem ocorrer e se manifestar através da linguagem no discurso.

Dessa maneira, os dizeres passam a apresentar efeitos de sentidos que estarão em análise no discurso de cada sujeito, produzidos em certas condições e que aparecem “de alguma forma no modo como se diz” (ORLANDI, 2010, p.30).

A ideologia se apresenta na posição-sujeito heterogênea, representada pelo tropeiro, fazendeiro, militar, como “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos” (ORLANDI, 2010, p.46). Uma vez que “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 2010, p.46). Nesse contexto, o sujeito é entendido como aquele que é sujeito de e é sujeito à, ou seja, sujeito afetado pela língua e pela história, “pois para se constituir, para (se) produzir sentidos ele é afetado por elas” (ORLANDI, 2010, p.49), pois sem elas, ele não fala. Deste modo, é através da língua que a ideologia se ganha forma, mas também, do discurso, pois esse, “é o lugar do trabalho da língua e da ideologia” (ORLANDI, 2010, p.38). “Desse modo, é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*” (PÊCHEUX, 1988, p.159-160). “É a ideologia que fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é” (PÊCHEUX, 1988, p.159-160) um tropeiro, um fazendeiro, um militar.

E é a partir de um lugar social, indicado pela posição-sujeito tropeiro, fazendeiro ou militar, ocupado pelo sujeito, que ele poderá conquistar seu espaço perante a sociedade, isto é, poderá requerer seus direitos e, em contrapartida, terá seus deveres a cumprir. Lembrando que, alguns lugares sociais conquistados dão ao sujeito que o possui maior visibilidade diante da comunidade.

“Acredita-se que Apolinário obteve as terras por ocupação primária” (STOLTZ, 1992, p.28), pois, não há documentos que comprovem a posse da sesmaria expedida pelo Império, nem mesmo o pedido de requerimento para legalização da mesma, o que indicaria serem eles os donos dessas terras, portanto, eles tomaram “posse de muitas matas e campos onde tudo era denominado Fachinal [6]; incluindo o ‘Campestre Canella’ e o local denominado Saiqui” (STOLTZ, 1992, p.28). Nesse pedaço de terra ocupado, criou gado e teve diversas culturas.

Contudo, em 1782, um ano após se estabelecer, o casal recebe a visita do capitão paulista Joaquim da Silva Chaves, morador de São Francisco de Paula, que pretende comprar o Fachinal. Um documento de compra é feito, porém, a compra não é efetuada e Joaquim da Silva Chaves entra com um pleito judicial para obter do Império a posse das terras. A decisão que viria do Rio de Janeiro demora a sair. Nesse período de espera, em 1784, Apolinário falece, deixando a posse dos seus bens para sua esposa.

É importante lembrar que, durante o período relatado, as mulheres só poderiam se tornar proprietárias, isto é, receber e possuir a posse de terras em três situações, por herança, pela morte do pai ou do marido, por abandono, “as abandonadas pelos maridos” (GIRON, 2008, p.55) e por fim, por doença, “pela incapacidade física ou mental do marido” (GIRON, 2008, p.55). Demais casos eram raros de ocorrer.

Um tempo depois, Teresa de Jesus e Joaquim da Silva Chaves chegam a um acordo e escrituram a venda das terras. Assim, a viúva cede “lugar para o mais novo senhor do Fachinal” (STOLTZ, 1992, p.29).

Ao longo dessa construção, diversas marcas irão aparecer e uma delas se mostra através dos pronomes de tratamento utilizados para nomear a autoridade adquirida por alguém, como no exemplo, “senhor do Fachinal”, que traz consigo uma forma material, que lhe permite chegar às suas propriedades discursivas, que referem a língua à história para significar (ORLANDI, 2010), constituídas através da memória e da discursividade, capazes de produzir efeitos de sentido. A memória, portanto, possui suas próprias características e, no discurso, recebe o nome de memória discursiva, que é esse todo complexo das formações discursivas

⁶ O nome arcaico ‘fachinal’ originado do substantivo feminino ‘faxina’ – RS, e significa trecho alagado de campo que penetra a floresta; um campo de pastagem de certa extensão, coberto de vegetação pobre, com bastante água, mas com áreas enxutas, não sendo brejo nem banhado, entremeadado de arvoredo esguio, habitável tanto por homens como por animais (HOFFMANN, 2004, p.71).

(PÊCHEUX, 1988), ou seja, “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pre-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2010, p.31).

A memória discursiva disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. Contudo, só é possível verificar essas ligações, através da discursividade, que toma os textos como discursos, em cujas materialidades estão inscritas as relações com as exterioridades. Dessa forma, a AD trabalha a “materialidade histórica da linguagem” (ORLANDI, 2010, p.68). Refere o texto à discursividade (ao discurso), que é o vestígio mais importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, como unidade de sentido em relação à situação dada.

A partir dos fatos, não se tem como afirmar ao certo se Joaquim permaneceu morando no Fachinal, o que se pode afirmar é que em 1804, “seu genro, o português Antônio José Alves de Sá” (STOLTZ, 1992, p.30; HOFFMANN, 2004, p.72), herda a posse das terras. E, mesmo sendo muito atrativo, o campo de Canela permanecia despovoado.

Entretanto, em 1816, surge um novo comprador para essas terras, seu nome Henrique José do Amaral, que tem sua posse firmada no documento de venda que data de 1817, quando passa a ser o “senhor absoluto do Fachinal” (STOLTZ, 1992, p.32). Henrique se casou com Candida do Amaral e Silva, com quem teve oito filhos, que são Genoveva, Inocência, Ana, Guiomar Olinda, Manoel Henrique, Luiz Henrique, Henriqueta e Maria Candida. Da família, várias gerações viveram naquele campo, levando mais prestígio e reconhecimento àquelas terras. Todavia, em 1822, Henrique que teve dúvidas em relação à posse de suas terras, “pede ao Império, através de um requerimento que lhe conceda por sesmaria o lugar denominado Fachinal de Cima da Serra” (STOLTZ, 1992, p.33), sendo a ele concedido.

“Aos olhos do Império, o Campestre Canella não pertencia ao Fachinal, mesmo estando localizado dentro da propriedade” (STOLTZ, 1992, p.35), entretanto, para quem estava de passagem por aquelas terras imaginava que sim e, entre os passantes, estava Joaquim da Silva Esteves, um conhecedor da região.

No ano de 1820, Joaquim da Silva Esteves se casa com Rosa Maria do Amaral, irmã de Candida do Amaral e Silva, então dona do Fachinal. Na verdade, de todo o território do Fachinal, ele destacava o Campestre Canella que lhe fazia brilhar os olhos. Portanto, gostaria muito de agregar essas terras aos seus bens,

entretanto, deveria comprá-las de seus cunhados, porém, os mesmos não haviam obtido a posse das terras. E, a não existência do documento de posse deu a Esteves a oportunidade de obtê-lo através do Império, e assim, em 1821, por uma Carta de Título, Esteves se torna o “dono legítimo e primeiro residente no Canela” (STOLTZ, 1992, p.36).

Outras marcas são apresentadas quando referidas denominações numerais a alguém, como por exemplo, “primeiro residente no Canela”. Essa denominação, ao se referir a alguém, apresenta uma “função ‘fundadora’” (ORLANDI, 2001, p.18), o definindo enquanto tal, a partir desse lugar.

“Esteves sobe a serra como posseiro [⁷] legítimo, tornando-se o Senhor do Campestre Canella, com toda beleza existente naquele largo campo com suas matas virgens em volta” (STOLTZ, 1992, p.37). Nessa passagem, a atenção se volta para a natureza, remetendo à paisagem que se destacava naquele campo, que “sempre foi reconhecido como território muito distinto e sempre respeitado pelos donos do Fachinal, mas agora considerado como não sendo parte da mesma” (STOLTZ, 1992, p.37).

A casa dos Esteves, provavelmente, foi construída em “algum ponto próximo a atual Avenida João Pessoa, antes de chegar em Canelinha (onde a maior parte do povoado começou mais tarde)” (STOLTZ, 1992, p.37). Em meados do ano 1822, a esposa de Esteves (HOFFMANN, 2004), muito doente, vem a falecer e se torna “a primeira pessoa a residir e a falecer em Canela” (STOLTZ, 1992, p.38).

Dois anos mais tarde, Esteves se casa novamente. A escolhida é Maria do Nascimento do Amaral, irmã da falecida. O casal permanece residindo no campo de Canela, na casa em que Esteves havia construído. E assim, entre os anos de 1828 e 1840, nascem seus sete filhos e “primeiros canelenses” (STOLTZ, 1992, p.38; HOFFMANN, 2004, p.73). São eles Florência Aurora da Silva, Oliverio da Silva Esteves, Manoel da Silva Esteves, Candida Bella da Silva, Joaquim da Silva Esteves Filho, Abel da Silva Esteves e Francisco da Silva Esteves.

Aqui, chamo a atenção para as marcas, que se estabeleceram tanto, quando foram referidos os nascimentos que ocorrem no então território de Canela, quanto, quando são referidos os falecimentos ocorridos, que demonstram que, mais uma

⁷ Primeiro ocupante, mansa e pacificamente, de terras particulares ou devolutas: aquele que adquire, ou ocupa terras, com a intenção de dono, sem título legítimo de propriedade (JUSBRASIL, 2013).

vez, há um sentimento de pertencimento dos residentes com a terra, com o território em que vivem e/ou viviam.

É interessante observar que, nesta formação social, algumas características se repetem nas famílias ao longo dos anos, mas não necessariamente em todas. Como exemplo, temos a Família Esteves: nela observa-se a incidência de nomes iguais entre os membros da família em diferentes gerações, assim como o casamento firmado entre parentes, sejam eles consanguíneos ou não. E por fim, quando do nascimento dos herdeiros, os homens, geralmente, recebiam o mesmo sobrenome do pai, o que, frequentemente, não acontecia com as mulheres. Com isso, delineia-se uma formação discursiva, que segue a tradição e que naturaliza um modo de diferenciar socialmente e juridicamente homens e mulheres.

No ano de 1833, já muito debilitado por razão de um acidente de cavalo, vem a falecer Henrique José do Amaral, que deixa a maior parte de seus bens a sua esposa, Candida do Amaral e Silva que se torna “a senhora do Fachinal” (STOLTZ, 1992, p.38).

Esteves, como homem de negócios que era, continuou adquirindo propriedades, uma delas na Costa da Serra, para onde sem motivo definido se mudou, em 1840, com sua família, desocupando assim o Campestre Canella, após ter lá permanecido durante vinte anos.

No ano de 1843, por motivo de doença, veio a falecer Joaquim da Silva Esteves, que em seu inventário, deixa o campo de Canela à sua filha, Candida Bella da Silva. No documento “consta que Canela foi avaliado em 200 mil réis” (STOLTZ, 1992, p.40). Contudo, pelo que se sabe, a Família Esteves não voltou a aparecer naquelas terras.

Em 1856, Candida do Amaral e Silva vende “uma parte das terras do Fachinal” (STOLTZ, 1992, p.40) ao Tenente Coronel Francisco Pacheco de Paula Machado, seu genro e sobrinho.

Já, no ano de 1862, em seu testamento, documentado ainda em vida, Candida do Amaral e Silva deixa a um de seus filhos, Manoel Henrique do Amaral e ao Tenente Felisberto Soares de Oliveira, esposo de sua neta, Vitalina Pacheco, seus bens principais. Candida do Amaral e Silva faleceu no ano de 1864, no Fachinal.

No trecho acima, observa-se que as propriedades geralmente circulavam entre os homens, que as recebiam por herança. Contudo, devo fazer uma ressalva,

afinal, o campo protagonista dessa história, o campo de Canela, será herdado por uma mulher, a filha de Joaquim da Silva Esteves, Candida Bella da Silva.

Com isso, segundo Hoffmann (2004), nota-se que,

[...] o atual município de Canela surgiu,[...] como resultado do Caminho das Tropas e, em desdobramento da presença na região dos Campos de Cima da Serra de grandes proprietários rurais que tinham na pecuária sua principal atividade, especialmente nas localidades de Fachinal e Campestre Canella (HOFFMANN, 2004, p.70).

Devo lembrar ainda, que Stoltz permanece durante páginas e páginas descrevendo nomes de senhores, de filhos, de esposas, de viúvas, de parentes, para nomear os vários interessados na posse do campo de Canella, do Campestre Canella. Ao fazer isso, evidencia a disputa por esta terra por pessoas que possuíam um lugar social privilegiado junto ao Império, que a determinaram, também, como um objeto de desejo.

Podemos compreender esse gesto de escrita do sujeito na função-autor como uma forma para abordar a falta, que sendo constitutiva do sujeito faz parte da sua condição, e assim, o sujeito passará a atribuir sentidos, a produzir registros.

Ao falar, o sujeito nada sabe desse significante que falta, nem dos significantes que o determinam. Ao mesmo tempo, por estar submetido ao seu tempo histórico, ao falar o sujeito está aprisionado, sem o saber [...] uma ficção que sustenta com efeitos de sentidos seus ideais, aquilo que ele imagina ser e o que ele imagina querer (MARIANI; MAGALHÃES, 2011, p.130).

Ou seja, é ali onde se carece de simbolização que o sujeito irá atribuir sentidos e produzirá registros, como uma forma de preencher esse espaço vazio.

Já, para mim enquanto autora dessa pesquisa, recontar uma história é o mesmo que fazer uma viagem no tempo, em que se pode imaginar através das palavras escritas, os locais ali demarcados e as pessoas ali mencionadas, o que torna os fatos, os lugares e as pessoas, muito mais verdadeiras, muito mais vivas.

Nesse capítulo, fiz a minha leitura sobre a história de um campo, enquanto território de disputas como foi nesse período inicial de ocupação, entretanto, essas disputas de posses se seguiram posteriormente ao longo dos anos.

É interessante observar que esse território em que Canela se inseria, ao ser adquirido pelos senhores, podia ser por eles referido enquanto uma propriedade

particular, o que, conseqüentemente, conferia à terra, um caráter de posse e privatização.

Tento me remeter aos 232 anos que passaram quando do início das ocupações migratórias nesse território, e volto, a um momento em que as inovações e tecnologias estavam muito longe de se tornarem realidade nesses campos e se tornarem o objetivo principal da comunidade, como será anos mais tarde, com a chegada do trem. Nesses momentos anteriores, o campo já possuía todo seu encanto que, mesmo estando em um local de difícil acesso, despertava nos passantes o interesse de um dia poder a ele retornar.

Acredito que esse território realmente chamasse a atenção de quem transitasse por ele, pois possuía uma vasta vegetação ainda intocada, com fauna e flora preservadas e uma geografia singular.

Esse foi um período muito importante e muito interessante, quando ocorreram os primeiros movimentos de ocupação de um campo que após anos de espera, se tornaria um município.

Os indígenas, os tropeiros e os senhores deram distintas significações a esses campos, mas um novo momento trará outras significações para esse território.

4 CANELA E AS VEREDAS DO TURISMO

Neste capítulo, analiso a história do município de Canela, a partir do conceito de discurso fundador e diante dos novos fatos que serão apresentados, coloco em discussão a instalação das madeireiras, descrevo os processos que levam ao surgimento do turismo e menciono os vestígios deixados pela chegada do trem.

4.1 UM NOVO MOMENTO: AS MADEIREIRAS

Com a chegada do século XX, “nos primeiros dez anos no campo do Canela, só havia a vida pacata das poucas famílias ali residentes” (STOLTZ, 1992, p.89), mas esse “era o prenúncio de uma nova cidade gaúcha” (STOLTZ, 1992, p.89).

Com o passar do tempo, as pessoas começaram a trabalhar com madeira, atividade que dava bom lucro.

Na verdade, a abundante madeira existente e de boa qualidade não pertencia à Canela. São Francisco de Paula e Espigão Preto eram os principais fornecedores da matéria-prima. Assim as serrarias davam os novos ares do futuro para a localidade. O que acontecia de fato em Canela, com as serrarias e a passagem da madeira por ali, era pura e simplesmente o beneficiamento das toras. Cortá-las e tratá-las dando o formato de tábuas para que seguissem viagem, na maioria das vezes, com destino à exportação. [...] O grosso do dinheiro ia para outras localidades, mas beneficiar a madeira projetava muitos empregos e um trabalho, senão na mesma proporção, igualmente rentável (ENGLERT, 2002, p.28).

Contudo, devemos observar com certa ressalva o início dos trabalhos com a madeira em Canela, pois, seria o beneficiamento, aqui feito, tão prejudicial à natureza, assim como o era a extração?

Sabe-se que o beneficiamento de madeira no início do século XX, não fazia uso de produtos químicos como atualmente, porém, seu resultado também causava certo impacto ao ambiente, uma vez que essa atividade também produzia serragem e pó como seus resíduos finais (informação verbal)⁸.

Apesar dessa constatação, a industrialização que já estava se aproximando apenas avançou mais rapidamente e podia ser vista com a instalação das serrarias,

⁸ DE CONTO, Suzana Maria. Anotações de aula. Disciplina Turismo e Desenvolvimento Regional. PPGTur/UCS. 05 out. 2012.

quando o Caracol desenvolveu-se, antes mesmo da expansão da cidade de Canela, que ocorreu, principalmente, com a vinda da Companhia Florestal Rio-Grandense ou somente, Cia. Florestal, no ano de 1912.

Contudo, apenas no ano seguinte a Companhia Florestal, subiu a serra com a intenção de lá comprar terras nas redondezas do Caracol e construir uma serraria experimentalmente. Sendo assim, “logo em seguida a Cia. Florestal enviou gente e material para o Caracol, onde foi construída uma serraria” (STOLTZ, 1992, p.90). “Foi decidido pela Cia. Florestal instalar, no total, cinco serrarias” (STOLTZ, 1992, p.90). “Essa empresa explorou os pinheiros nativos que ficavam entre Canela, Caracol e Salto” (CARDOSO, 2000, p.18).

Iniciaram-se as localizações e construções de estradas de rodagem e serrarias para madeira de pinho. Foram feitas estradas desde a localidade do Caracol até Banhado Grande, Estenho, Tubiana e uma que seguia do Caracol até Gramado. Eram estradas de chão batido (STOLTZ, 1992, p.90).

O impulso estava dado e a movimentação cada vez mais aumentava. O ramo das madeireiras ia cada vez melhor e a vida melhorava no Caracol. Aproveitando o crescimento econômico, algumas famílias decidiram erguer casas de comércio, e assim, aos poucos, novos estabelecimentos comerciais começaram a surgir. Outra venda de terras de grandes proporções no Caracol ocorreu ainda no ano de 1912, “quando Reinoldo Franzen comprou terras de cultura, pastagem e pinhal com casas de moradia pertencentes a Henrique Wasem” (STOLTZ, 1992, p.91). “Uma casa harmoniosa foi erguida entre 1914 e 1915 pela família Franzen” (STOLTZ, 1992, p.91).

Essa casa possui algumas peculiaridades como a madeira utilizada em sua construção ter ficado submersa por um ano em um arroio próximo de onde a casa estava sendo construída e a não utilização de pregos ou parafusos e sim um sistema de encaixes.

O formato da casa, construída por artesãos da época, recebeu mais tarde o apelido de ‘castelinho’. Um apelido carinhoso para uma casa que conseguiu manter-se até os dias atuais. Uma das casas mais antigas da região ainda em bom estado, é um dos pontos turísticos mais visitados no estado (STOLTZ, 1992, p.91).

E desde 1985, vem funcionando como museu, preservando os móveis e utensílios da época dos seus moradores e também, como casa de chá, servindo o

famoso *apfelstrudel* (torta de maçã alemã), além disso, conta também com uma loja e um armazém (CASTELINHO CARACOL, 2012).

Em 1918, a Cia. Florestal possuía um depósito de madeira em Gramado, de onde a mesma, seguia até a ferrovia partindo em direção a Porto Alegre. Com o passar dos anos, conforme o trem se aproximava, as distâncias percorridas pelas cargas de madeira em transporte rodoviário até a capital diminuía.

A movimentação aumentou em uma proporção jamais imaginada, havendo “a necessidade de mais pensões para atender os trabalhadores e clientes das serrarias” (STOLTZ, 1992, p.92). E assim, “a industrialização da madeira deu início ao movimento turístico de Canela. As poucas pensões existentes entre 1913 a 1915 eram pequenas demais e praticamente só serviam para repouso” (STOLTZ, 1992, p.92).

As madeireiras iam de vento em popa, ajudando a impulsionar um novo momento, o turismo.

4.2 O INÍCIO DO TURISMO NO CARACOL

O turismo que havia se iniciado, logo passou a ser “a principal fonte de renda do nosso município” (CARDOSO, 2004, p.94). E esse é um fato relevante tanto para o turismo, quanto para a AD, que trata os fatos diante da “sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico-discursiva” (ORLANDI, 2010, p.63).

Entretanto, lembro que, para se constituir enquanto fato, ele traz consigo a “questão da historicidade” (ORLANDI, 1996a, p.36). Segundo Orlandi (2010) a historicidade se estabelece pela ligação da história, enquanto contexto, aos sentidos que foram produzidos no texto. Porém, esse fato só recebe a devida importância quando seus fatos, como objetos empíricos da linguagem e, portanto, quantificáveis, se significam, se deslocam. Uma vez que esses fornecem sentidos que podem ser inseridos no discurso, remetendo à memória discursiva, que só se compõe enquanto tal, através dos dados empíricos, resultado “já de uma construção, de um gesto teórico” (ORLANDI, 1996a, p.38), que por sua vez, abre “a possibilidade de se trabalhar o processo de produção da linguagem e não apenas seus produtos” (ORLANDI, 1996a, p.36). Isto é, “a noção de dado é, ela própria, um efeito

ideológico do qual a análise de discurso procura desconstruir a evidência, explicitando seus modos de produção” (ORLANDI, 1996a, p.44).

Com as novas possibilidades que surgiram, Alvino Sonnenstrahl, que possuía uma singela pensão, resolveu construir no seu lugar, um hotel.

A inauguração foi em 1916 e era um dos pioneiros no Estado, localizado numa região de difícil acesso e comunicação. Não havia fornecedores de material suficiente para manter um hotel nas devidas condições, mas isso foi resolvido com o cultivo próprio de hortaliças variadas e tambos para o fornecimento de leite. O hotel se utilizava das águas dos arroios e tinha iluminação própria a carbureto. Para os veranistas o hotel oferecia canchas para esportes, cavalos de aluguel para passear pelo Caracol, natação em uma piscina natural no poço do arroio Caracol e, ainda, uma orquestra própria para entreter os hóspedes. Quem gostava de caçar ou pescar aproveitava bem o seu tempo, pois havia caça e pesca em abundância. [...]. Não faltava diversão e lazer para os turistas da época (STOLTZ, 1992, p.92).

Com os bons resultados alcançados com o hotel, Sonnenstrahl, constrói alguns chalés, muito requisitados pelas famílias vindas de Porto Alegre que “lá permaneciam durante uns três meses” (STOLTZ, 1992, p.93). “A notícia e propaganda sobre o hotel no Caracol se espalhou e a partir daí o turismo em Canela” (STOLTZ, 1992, p.93).

Os anos iam seguindo e como diversão, “em 1920, foi feita uma cancha de três quadras para carreiras de cavalo” (STOLTZ, 1992, p.92), as pessoas vinham de vários locais para participar em um determinado domingo por mês.

E, a estrada de ferro que estava projetada para alcançar Canela em pouco tempo, só chegou em 1924. Mesmo assim, antes disso, os hóspedes do hotel podiam ser recebidos na estação de trem mais próxima que se localizava em Sander e de lá, diligências os aguardavam para mais uma viagem, agora de oito horas até chegar ao seu destino final, que era o Caracol.

“O turismo, iniciado no Caracol, atraía cada vez mais gente” (STOLTZ, 1992, p.93), seja em épocas de estações estáveis ou mesmo durante o inverno, em que a atração principal era a neve, tanto para os imigrantes que já a conheciam, como para os que queriam conhecê-la, pois, após os britânicos terem inventado a temporada de inverno, essa atravessou o oceano e passou a render frutos também no Brasil, principalmente, nos municípios mais elevados. Afinal, o discurso higienista da época dava um valor científico à escolha das estações e ao ritmo das temporadas, prezando pelos bons ares das regiões serranas (BOYER, 2003).

Retornando aos “primórdios do turismo brasileiro no século XIX” (DAIBERT, 2010, p.29), devemos lembrar, que esse foi o século do discurso terapêutico dominante, em que progresso e higiene eram então as ideias-força (BOYER, 2003).

Com intenções de aumentar suas propriedades, em “1918 a Cia. Florestal comprou de Sonnenstrahl a propriedade com todas as benfeitorias” (STOLTZ, 1992, p.93). E como não era intenção da Cia. Florestal fechar o hotel, esse, permaneceu funcionando sob nova administração. Dessa vez aos cuidados do alemão Roberto José Werner. Houve melhoramentos e pequenas modificações. “Passou a chamar-se Hotel e Pensão Werner” (STOLTZ, 1992, p.93). Esse foi “o primeiro lugar na região a receber uma estrutura de acomodações, com a intenção de hospedar pessoas” (ENGLERT, 2002, p.29).

Neste trabalho, o turismo é tomado como um fato, e assim, segundo Stoltz (1992, p.94), “mesmo com o movimento do Caracol, o Canela permanecia quase despovoado. Desde o início da industrialização da madeira havia uma dezena de casas e, no decorrer dos anos, o número de serrarias, foi diminuindo”.

O turismo havia se iniciado e com ele, muitas novidades haviam de acontecer no território de Canela, uma delas seria à chegada do trem.

4.3 A CHEGADA DO TREM E SEUS IMPACTOS

João Corrêa Ferreira da Silva foi uma figura importante e de grande prestígio para Canela, quando completou 19 anos, teve a oportunidade de conhecer o Campestre Canella (ENGLERT, 2002), pertencente a Joaquim Gabriel de Souza, e como muitos que por ali transitaram se apaixonou pelo campo. De profissão ferreiro, foi funcionário das oficinas da Viação Férrea do Rio Grande do Sul.

Possuía a sensação de progresso em suas veias e, principalmente, a vontade de estender estradas de ferro, pensando em levá-las até a terra de seus sonhos: Canela (STOLTZ, 1992). O desejo de mudança para ele era visceral e se ligava de forma direta as mudanças. Mas, ele queria algo mais, queria marcar o chão com seu trabalho, queria estender linhas que pudessem abrir passagem ao novo.

João Corrêa foi, aos poucos, conquistando e recrutando pessoas que assim como ele, acreditavam que suas ideias poderiam se tornar realidade. Mais uma vez, a formação social aparece no texto para marcar o lugar ocupado pelo sujeito no

discurso, contudo, esse lugar ocupado está diretamente relacionado às formações ideológicas e discursivas.

Cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem 'individuais' nem 'universais' mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito uma com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p.166, grifo do autor).

Pêcheux e Fuchs (1993, p.167-168) consideram ainda “que uma formação discursiva existe historicamente no interior de determinadas relações de classes”, que, por sua vez, “podem fornecer elementos que se integram em novas formações discursivas, constituindo-se no interior de novas relações ideológicas, que colocam em jogo novas formações ideológicas” (PÊCHEUX; FUCHS, 1993, p.167-168).

Dando continuidade os fatos vividos por João Corrêa, Stoltz (1992) e Englert (2002) comentam que, em 1903,

[...] João Corrêa e seu irmão Agnelo subiram a serra na tentativa de comprar Canela do então proprietário Ignácio Saturnino de Moraes, sem sucesso. Decidido a não desistir facilmente, conseguiu comprar uma boa parte de terras em volta do quadro do Canela (STOLTZ, 1992, p.96; ENGLERT, 2002).

Uma parte dessas terras compradas pelos irmãos Corrêa, diretamente do capitão Felisberto Soares de Oliveira, pertenciam ao Fachinal e hoje fazem parte do município, estando localizadas “onde se encontra o Hotel Laje de Pedra” (STOLTZ, 1992, p.96; ENGLERT, 2002, p.22).

E foi assim que pôde propor ao então governador Borges de Medeiros, a construção de uma estrada de rodagem até Canela. A estrada para veículos até Canela foi feita e parte dela é a conhecida Avenida das Hortênsias, que liga Gramado a Canela (STOLTZ, 1992; ENGLERT, 2002).

Naquele mesmo ano, João Corrêa ainda insiste em comprar Canela, porém, continua sem poder tê-lo entre seus bens. Contudo, cinco anos mais tarde, ou seja, somente em 1908, enfim, consegue se tornar o quinto dono do quadro de Canela, sendo senhor absoluto do campo. E assim, após 16 anos, o sonho se torna realidade: Canela agora lhe pertencia. E agora, não só Canela como boa parte das terras em torno dela, antes pertencentes aos donos do Fachinal.

O ano de 1914 chega e, de acordo com Stoltz (1992) e Reis; Veeck e Oliveira (2009) é marcado pela inauguração de

[...] um trecho da estrada de ferro de 20 km entre Taquara e Sander, que não só facilitou o serviço de transporte de madeira das serrarias localizadas no Caracol, como também serviu aos veranistas que chegavam ali para seguir adiante até o hotel e pensões existentes em torno da cascata (STOLTZ, 1992, p.100; REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009).

O trecho até então concluído alcançou Gramado, tendo sido encampado e sua compra autorizada pelo governador Borges de Medeiros. Porém, o trem deveria chegar a Canela. Segundo Stoltz (1992), Englert (2002) e Reis, Veeck e Oliveira (2009), foi nessa ocasião que João Corrêa proferiu as seguintes palavras:

[...] ‘Canela será a Petrópolis do Rio Grande do Sul e verão, os homens de amanhã, se fomos uns utopistas ou se revelamos ao Rio Grande um dos mais belos e futuros recantos de seu território’ (STOLTZ, 1992, p.105; ENGLERT, 2002, p.24; REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009, p.44).

É muito provável que João Corrêa tenha se referido ao município de Petrópolis, no Rio de Janeiro, pois esse foi um “lugar que surgiu e se desenvolveu a partir do fluxo de visitantes” (DAIBERT, 2010, p.29), assim como estava acontecendo com Canela. Entretanto, não podemos deixar de mencionar nessa passagem, a relação entre turismo e imaginário abordada por Gastal (2005, p.13), que o define, enquanto “sentimentos construídos em relação a locais e objetos (e, por que não, a pessoas?)”. E, indo além, Gastal (2005), considera o imaginário como um reservatório em que se agregam

[...] imagens, sentimentos, lembranças, experiências, visões do real que realizam o imaginado, leituras da vida e, através de um mecanismo individual/grupal, sedimenta um modo de ver, de ser, de agir, de sentir e aspirar ao estar no mundo. [...] o imaginário emana do real, estrutura-se como ideal e retorna ao real como elemento propulsor (GASTAL, 2005, p.74, grifo do autor).

Para a autora, o imaginário é uma força que empurra, que congrega os indivíduos e os grupos, para que as suas realizações possam ser concretizadas, uma vez que se age, porque se está mergulhado nessas correntes imaginárias.

Talvez, movido por esta evidência de que Canela seria a Petrópolis do RS, por esses sentimentos que João Corrêa seguiu com a determinação de levar a estrada de ferro até Canela, o que ocorreu no período de 1921 a 1924. E assim,

após 21 anos, foi feita a ligação de Canela à capital do Estado numa extensão de 58 quilômetros (STOLTZ, 1992; ENGLERT, 2002).

Novamente, faço referência à Petrópolis, chamando a atenção para as semelhanças entre esses locais, distantes em relação ao espaço, mas próximos em relação à construção do município e da visibilidade que conquistaram. Uma vez que em Petrópolis é no ano de 1883, que a Estrada de Ferro Príncipe do Grão Pará começa a operar, diminuindo o tempo e os transtornos da viagem da Capital, Rio de Janeiro, a Petrópolis (DAIBERT, 2010).

Com esse efeito, João Corrêa foi então considerado como o fundador de Canela (STOLTZ, 1992; ENGLERT, 2002) e, porque não dizer, o fundador do turismo em Canela. Já que, nesse contexto amplo, segundo Orlandi (2010) retomamos os sentidos produzidos em outros lugares, afinal, os sentidos já-ditos, em lugares e momentos distantes, também causam efeitos em nós. No caso de Canela, essa reprodução de sentidos, vem interligada a imagem de Petrópolis, que tendo “nascido” antes, apresentava muitas semelhanças com esse pequeno espaço que começava a ganhar forma.

Durante o ano de 1924 várias pessoas compraram lotes de João Corrêa, antes da chegada do trem. Assim que a estrada de ferro e estação foram concluídas, [...], entre majestosos pinheirais e caneleiras, chegou apitando a primeira composição ferroviária e com ela o desenvolvimento e o progresso (STOLTZ, 1992, p.105; ENGLERT, 2002).

A inauguração oficial da estação Canella foi alguns dias mais tarde. Os trilhos do trem, em partes, ficavam onde hoje se situa a estrada asfaltada que vai a Taquara em que ambos corriam paralelamente. O trem que subia a serra era composto pela locomotiva, mais quatro vagões, divididos em dois de passageiros, um maleiro e um de correio e mantimentos (STOLTZ, 1992). Os vagões de passageiros eram assim separados, “um para a primeira classe e o outro para segunda classe. Havia também o carro-motor (luxo), que servia para transportar pessoas ilustres e autoridades” (CARDOSO, 2000, p.18). Além deles, havia mais o trem de carga que trazia materiais diversos e na volta levava a madeira das serrarias mais sacos de farinha de trigo e erva-mate (STOLTZ, 1992). “Saíam de Canela, em média, dois trens de carga por dia, levando a considerável quantia de sete vagões carregados de 60 dúzias de tábuas” (ENGLERT, 2002, p.28).

Assim, pode-se perceber que “quando as máquinas começam a dominar a estrutura econômica inicia-se um novo momento, a *modernidade*” (GASTAL, 2005, p.16, grifo do autor). Com sua chegada, a lógica temporal se modifica, estando relacionada agora, com uma lógica de futuro que traz consigo a ideia de progresso, uma das palavras-chave da modernidade. “Por progresso entende-se o que virá em desdobramento e, sob a lógica da máquina, o que virá será, sempre, um momento melhor” (GASTAL, 2005, p.18). Contudo, as máquinas trouxeram como consequência poluição e danos à natureza e esse será apenas o preço a ser pago por esse progresso. Entretanto, essa lógica começou a mudar a partir dos anos de 1960 quando os danos causados ao meio ambiente se tornaram reais e visíveis, sendo então, fonte de reivindicação para os movimentos ecológicos que passaram a lutar em prol da natureza.

“Pode se dizer que Canela começou com a chegada do trem” (STOLTZ, 1992, p.109), que trouxe consigo melhorias. Melhorias que expressas pelos números são suficientes para significar o que os trens, de passageiros ou de cargas, provavelmente, representavam para a população. Em certas condições podemos dizer que sim, o trem melhorou a vida das famílias que dele dependiam, mas não podemos esquecer que ele também deixou um rastro de destruição, pois, de acordo com Travi (2013),

[...] o trem foi o maior responsável pelo desmatamento de nossa região – seja para fazer a ‘estrada de madeira’, seja para a queima para alimentar suas caldeiras, ou para levar embora a madeira nobre da araucária. Quantas árvores de madeira nobre ‘desceram’ ao chão para o trem poder subir a Serra! (TRAVI, 2013, p.25).

Sendo assim, podemos considerar que Canela se transformou em diversas áreas com a chegada do trem, mas não que ela tenha começado, efetivamente, com o trem, afinal, esses campos possuem uma história anterior aos trilhos, que não deve ser ocultada por eles. Muitas famílias começaram suas vidas nesse território que dispunha apenas da imensidão dos seus campos, aqui plantaram e fixaram suas raízes, como na época dos senhores, que foram esquecidos e apagados, em razão dos trilhos. Disputas e esforços tornaram possível que esse fato acontecesse. Podemos considerar ainda que o trem trouxe mudanças, quando fez com que o município despontasse como destino turístico, produzindo também impactos. As mudanças reveladas pela possibilidade de uma vida melhor, com mais empregos,

com distâncias diminuídas e com mais visitantes, em pouco tempo, se transformou em um sonho distante, afinal, as destruições causaram a desativação das madeiras e a paralisação do trem em seu tempo, para assim permanecer e levar consigo os empregos e os visitantes. Com isso, percebemos, mais uma vez, o trabalho da memória discursiva e do esquecimento ideológico, afinal, será por suas determinações que episódios poderão ser esquecidos ou lembrados, contudo, ideias de progresso e desenvolvimento, tem o poder de apagar qualquer vestígio de sofrimento e de luta, ou seja, o trem prevalecerá acima dos demais fatos relevantes na constituição do município.

Contudo, o trem trouxe também, algo que ao se estar em terra firme, não pode ser sentido ou percebido, o movimento. Movimento que junto à velocidade, ao longo das viagens, consegue distorcer as imagens observadas pela janela, alterando sua forma. E indo mais além, modificando a maneira como nos relacionamos com o mundo, pois após a evolução dos meios de transporte, passamos a olhar o mundo através da janela.

Nessa passagem, me remeto a Lacan (1979) para pensar a janela do trem enquanto um quadro, pois, é através do olhar que buscamos uma relação com o simbólico. E, é nessa relação que cada visitante emoldura a sua própria paisagem, sendo, sobretudo, seu próprio quadro. Cabe a cada um, olhar pela janela e se deparar com a paisagem que se descortina a sua frente. Afinal, é por esta janela que nos damos conta da paisagem (CAUQUELIN, 2007). Os desenhos de uma natureza indefinida possuem o tamanho da janela, já que é ela que delimita o espaço que poderá ser olhado.

Com isso, temos apenas o enquadramento. E é ele quem define o que a moldura estará incluindo, afinal, os elementos naturais estarão harmonicamente distribuídos numa unidade recortada pela moldura (CAUQUELIN, 2007), nesse caso, a moldura da janela do trem. Não há dúvidas de que a janela e a moldura são passagens para ver paisagem ali onde, sem elas, haveria apenas a natureza.

“Porque a moldura corta e recorta, vence sozinha o infinito do mundo natural faz recuar o excedente, a diversidade. O limite que ela impõe é indispensável à constituição de uma paisagem como tal” (CAUQUELIN, 2007, p.137).

“Sem dúvida, também a janela, dado que ela está ali, pronta para receber a imagem emoldurada de uma paisagem, é o instrumento paisagístico por excelência”

(CAUQUELIN, 2007, p.138), e ela, continua atrás da moldura, a seu lado, longe, bem longe, para sempre, até o infinito.

“Pela janela, vejo, portanto, algo da natureza, extraído da natureza, recortado em seu domínio. A paisagem é justamente a apresentação culturalmente instituída dessa natureza que me envolve” (CAUQUELIN, 2007, p.143).

A chegada “a estação terminal em Canela” (STOLTZ, 1992, p.109-110) era sempre com um grande movimento de gente. Muitos dos veranistas vinham para poder respirar ar puro, recomendações médicas, principalmente, para os que sofriam de tuberculose e esperavam com isso poder viver mais tempo, “mas muitos residentes de Canela paravam do lado do trem cheirando a fumaça, entre eles muitas mães levando as crianças para fazer o mesmo, a fim de curar a coqueluche” (STOLTZ, 1992, p.110). Havia muitas mulheres que pediam ao maquinista carvão para com ele fazer chá.

“Aos ricos eles recomendavam a mudança de ares, soberana para todos os males: ir para locais privilegiados onde o prazer da estadia, por si só, levava à cura, ou ao menos, ao alívio” (BOYER, 2003, p.50-51).

Canela se tornou assim, um dos locais mais indicados para tais tratamentos, contudo, as pessoas que precisavam receber tratamento médico devido aos seus problemas respiratórios, nem sempre eram bem vindas, para exemplificar, “a prova está no folder do hotel [Werner] que no rodapé constava: ‘NB.Tuberculosos e pessoas que sofrem de outras doenças contagiosas não são aceitas’” (REIS, 2014, p.107). Porém, “muitos dos que para lá foram acabaram ficando para sempre” (STOLTZ, 1992, p.110).

Entretanto, “com o passar do tempo não era necessário problemas de saúde para visitar Canela. E os passageiros desembarcavam para conhecerem as belezas naturais da região” (ENGLERT, 2002, p.27). “Canela era um refúgio natural da Serra Gaúcha” (CARDOSO, 2000, p.20), verdadeira obra de arte em plena harmonia com a natureza.

Mais uma vez, retomo Petrópolis para comentar essa passagem, já que essas buscas também ocorreram por lá. Afinal, “muitas pessoas veraneavam na cidade não apenas pelo clima ameno ou por descanso” (DAIBERT, 2010, p.28), mas também para fugir das epidemias que estavam assolando o município do Rio de Janeiro naquela época. O século XIX foi marcado pela volta das grandes epidemias. Tudo estava na higiene e na qualidade do ar (BOYER, 2003).

A cada dia que passava mais famílias chegavam às terras de Canela como proprietárias. E, “a partir daí a cidade começou a brilhar aos olhos dos visitantes que também compraram lotes” (STOLTZ, 1992, p.111), pois queriam conhecer o local da grande caneleira e acabavam ali permanecendo.

Para melhor atender essa demanda que crescia, o primeiro hotel de veraneio foi construído pela família Corrêa, em 1927, com a intenção de realmente atender aos visitantes que aumentavam ano após ano. E assim foi criado o Grande Hotel Canela, sendo seu proprietário Danton Corrêa (filho de João Corrêa) (STOLTZ, 1992; ENGLERT, 2002).

Atualmente, o Grande Hotel se mantém como um dos principais nomes da hotelaria local, dando continuidade a tradição iniciada por seus idealizadores, embora, o mais interessante seja o museu que se localiza nas suas dependências e que mantêm, desde então, vivas as lembranças de hospitalidade familiar e a história desses personagens que fizeram de Canela, um lugar melhor.

Além desse, naquela época, também poderiam ser encontrados, o Floresta Hotel, o Hotel Bella Vista, o Paris Hotel, e as pensões Fleck, Canela, Canelinha e outras.

No ano de 1926, o território de Canela foi elevado à categoria de distrito pelo ato municipal nº 309 de Taquara, tendo sido “realizada a sessão inaugural do 6º distrito do município de Taquara com sede em Canela, na propriedade de Danton Corrêa” (STOLTZ, 1992, p.115; ENGLERT, 2002, p.29), “foi nomeado o capitão Henrique Muxfeldt para assumir o compromisso do cargo de subintendente (subprefeito e subdelegado) de Canela” (STOLTZ, 1992, p.115-116), ele também foi um dos propulsores do progresso canelense.

Em 1929, “definitivamente foi a estrada de ferro que levou o progresso e iniciou a futura cidade turística rio-grandense” (STOLTZ, 1992, p.118).

Todo perímetro de Canela teve seu loteamento organizado pelo fundador e as ruas surgiam pela necessidade de expansão da cidade, muitas vezes, sendo dedicados aos primeiros moradores daquele local. “Para abrir espaço, foi derrubada a caneleira sob a qual os tropeiros pousavam há mais de um século e em seu lugar foi construída a garagem da Viação Férrea” (STOLTZ, 1992, p.118). E, novamente, notamos uma mudança de sentidos sendo apresentada a partir de formações discursivas distintas, nesse caso, efetuada, mais uma vez, pela oposição entre a natureza e a máquina.

Entre os anos de 1920 e 1930, Stoltz (1992) comenta que

[...] era muito comum ver, principalmente aos domingos, vários canelenses [...] passeando em direção ao Laje de Pedra onde, [...], se encontrava um imenso abismo com uma ampla visão de quase 180° podendo avistar vales e morros a quilômetros de distância numa das mais belas paisagens do estado (STOLTZ, 1992, p.118).

Outra prática comum, nessa época, era passear a cavalo pelas redondezas do Caracol, com destaque “para os chapéus. As mulheres se emperquitavam como se estivessem na Inglaterra” (REIS, 2014, p.116).

E assim, “rapidamente Canela vinha sendo reconhecida como a primeira estação de veraneio do Estado e, como tal, registrava um movimento intenso. As autoridades também faziam de Canela seu local de lazer” (STOLTZ, 1992, p.118). E para isso, foi construída no atual Parque do Palácio “a casa de veraneio do Governador do Estado, conhecido como Palácio das Hortênsias” (CARDOSO, 2004, p.101). É “nesse período que se desenvolve Petrópolis como primeira estância climática brasileira” (DAIBERT, 2010, p.29). Além disso, Daibert (2010, p.28) ainda destaca que “com o passar do tempo, os políticos, diplomatas e pessoas mais abastadas da sociedade carioca escolhem Petrópolis não só como destino de veraneio, mas também como local de residência”.

As imagens divulgadas na década de 1930 eram em sua maioria daquele pequeno povoado. Passar as férias em Canela era motivo de *status* para os porto-alegrenses, uma reserva especial para aqueles que quisessem visitar, veraneiar ou residir, ainda mais se no pacote incluísse “pegar neve e visitar a Cascata do Caracol” (STOLTZ, 1992, p.132). Os veranistas adoravam sua brisa refrescante e suas hortênsias ao chegar à Estação Canella, “mais tarde recebendo o título de ‘Cidade das Hortênsias’” (STOLTZ, 1992, p.118).

“A primeira Estação de Veraneio do Estado registrava um intenso movimento turístico. Muitos veranistas não se limitavam em descansar. Também tinham como preocupação ajudar no desenvolvimento da cidade” (STOLTZ, 1992, p.132).

Em 1938, “acontece a divisão administrativa e judiciária do Estado, pela qual a sede do distrito de Canela é elevada à categoria de Vila pelo decreto nº 7.199” (STOLTZ, 1992, p.134; ENGLERT, 2002, p.31).

No ano seguinte, um grupo de canelenses sugeriu ao Governo do Estado a transformação de Canela em estação climática, pois assim traria maiores vantagens

e proporcionaria grandes benefícios de ordem material (STOLTZ, 1992). “Posteriormente, os administradores e a população de Canela começaram a trabalhar nesse sentido” (CARDOSO, 2000, p.21).

E no último ano da década, 1939, foi instalada em Canela a primeira fábrica de celulose ao sulfito da América Latina, Fábrica de Celulose e Papel S.A. (FACELPA). Os proprietários foram os irmãos Emílio e Willy Dienstmann (STOLTZ, 1992; ENGLERT, 2002). Algumas décadas mais tarde, a FACELPA passa a denominar-se Trombini Papel e Embalagens S/A que, no ano de 2012, foi vendida ao grupo Jaar. “A fábrica contribuiu muito para o desenvolvimento de Canela que ainda não era emancipada” (STOLTZ, 1992, p.135). Sua produção, em partes, “era exportada para diversos países da América, além de diversos Estados do Brasil” (STOLTZ, 1992, p.135). Esse grande empreendimento industrial trouxe divisas, mas também danos ambientais e sociais ao município (VEECK, 2003?). Embora, hoje, ela esteja, devidamente, autorizada e certificada pelas normas ambientais.

No mesmo ano também foi iniciada a construção do primeiro cassino da região em Canela [...]. Para aumentar a diversão dos turistas que procuravam opções de lazer para o período de veraneio. O cassino já tinha nome, seria o Cassino Palace Hotel, mas na época do então Presidente da República Eurico Gaspar Dutra, veio a proibição do jogo no Brasil e a construção foi suspensa em 1945. Com a paralisação total do cassino, a construção nunca mais teve continuidade, virando a atração turística conhecida como as Ruínas do Cassino com dez mil metros quadrados de área inacabada. Era considerada uma gigantesca obra na época, e teria sido um dos maiores e mais modernos hotéis do país, localizado em um local alto de panorama belíssimo (STOLTZ, 1992, p.135).

Contudo, a vila continuou a crescer e os anos de 1940 renovaram as energias da população canelense “que, como diziam, era a cidade encantada, plantada por Deus no alto da serra, no meio de um gigantesco canteiro de hortênsias” (STOLTZ, 1992, p.135).

Nessa passagem notamos um cruzamento de sentidos que significam Canela de maneiras diferentes, uma delas se refere à magia, ao encantamento e a outra, nos remete a algo divino, a religiosidade.

A nova década se inicia com o desejo da população pela emancipação da vila, sendo dispensados os maiores esforços durante os anos de 1942 a 1944. E assim, possuindo muito mais do que era necessário para sua emancipação, Stoltz (1992) e Englert (2002) evidenciam que

[...] pelo decreto-lei nº 717, [...] de 1944, é criado o município de Canela, com jurisdição sobre território pertencente ao município de Taquara, compreendendo uma área de 220 quilômetros quadrados, sendo o mesmo constituído de um só distrito, determinando que o mesmo constituía termo da comarca de Taquara (STOLTZ, 1992, p.138; ENGLERT, 2002, p.33).

Como, inicialmente, “não havia Câmara de Vereadores, o prefeito valia-se de Decretos Municipais para legislar” (CARDOSO, 2000, p.20) e um desses decretos aprovados em 1945, “criou a taxa de turismo e hospedagem” (CARDOSO, 2000, p.20). Em 1960, criou-se o Conselho Municipal de Turismo. Em 1961, instituiu-se a Festa de Turismo na Cidade das Hortênsias e ainda, criou-se a taxa de turismo sobre todos os impostos municipais.

Stoltz (1992) apresenta o símbolo do novo município que foi assim definido e significado.

O Brasão de Canela, escudo português, tem na face um campo, representando as riquezas da região, a fé e a constância de seu povo, uma caneleira de sua cor, origem do município; na ponta, um campo de prata, representando a pureza do ar e o caráter dos canelenses, dois montes verdes, saindo um terceiro formando um vale. Esse conjunto representa a magnificência da paisagem de Canela. Da direita para a esquerda há torres de prata ligadas entre si por um fio elétrico, simbolizando o sistema de Canastra. O fio fica entre o escudo e uma coroa de ouro, de quatro torres. Abaixo do escudo, ligando as bordas um listel de goles em vermelho com as palavras ‘Indústria – Canela – 28/12/1944 – Turismo’ escrito em prata. O conjunto de metais e esmalte lembram as cores nacionais e as da bandeira do Rio Grande do Sul (STOLTZ, 1992, p.142).

Esse novo símbolo instituído para o município marcará com grande importância os elementos considerados relevantes e fixadores de sentidos. Seus sentidos serão produzidos em referência: aos primórdios, aos produtores rurais que aqui chegaram, principalmente, os portugueses, representados no escudo português; a região, por sua lembrança ao imenso espaço de terras que os vários municípios representavam; ao próprio município, por lembrar a caneleira e as suas paisagens naturais; aos residentes, em consideração a sua fé, a sua constância e ao seu caráter; a economia, por sua exaltação enquanto um sistema magnífico e poderoso; e, por fim, ao turismo, por ser a sua vocação. E é, a partir desses elementos, que seus habitantes podem se identificar como canelenses e reproduzir suas representações.

Até parece que logo após a emancipação de Canela, em 1944, o movimento turístico também aumentou. Os vários hotéis existentes no município sejam os de Canela ou os do Caracol, possuíam clientela assídua.

E assim, bem aos pouquinhos, nasceu um município, que conseguia atrair visitantes tanto no verão quanto no inverno. Afinal, conforme Stoltz (1992),

[...] Canela vem recebendo turistas desde 1915, fluxo iniciado no Caracol com a chegada de algumas famílias aos hotéis e pensões ali existentes. Com a chegada do trem em 1924, também estimulou a vinda de outros tantos curiosos para conhecer a estação de veraneio tão comentada (STOLTZ, 1992, p.146).

“No princípio só havia mesmo a Cascata do Caracol para os visitantes, o que já era um prato cheio” (STOLTZ, 1992, p.147). “Entretanto, não eram só as belezas naturais e clima que vinham atraindo visitantes” (STOLTZ, 1992, p.148). Canela também estava sendo procurada por suas estruturas hoteleiras, gastronômicas e de lazer, algumas, herança dos imigrantes que um dia nela se estabeleceram e como exemplo temos os famosos cafés coloniais. Contudo, essas influências também podiam ser vistas nas casas do município.

E assim, “os visitantes subiam a serra por uma estrada que mais parecia um cenário dos contos de fada dos Irmãos Grimm, sentindo a magia no ar e a sensação de estar numa pequena cidade europeia” (STOLTZ, 1992, p.148).

“Tudo caminhava muitíssimo bem” (ENGLERT, 2002, p.35). Entretanto, ninguém imaginava o que o final da década de 1950 reservava para o próspero município de Canela. “Tudo acontecera rápido demais. O trem chegara e com ele o ciclo da madeira havia atingido um posto que jamais se pensou em se perder” (ENGLERT, 2002, p.39).

Contudo, dois acontecimentos simultâneos que nas décadas anteriores impulsionaram o município, as madeiras e o trem, agora, haviam chegado ao fim.

O término do ciclo da madeira, que desde seu início contou com uma extração desordenada, sem “nenhuma preocupação destinada à matéria-prima, como o replantio das árvores nativas” (ENGLERT, 2002, p.39), fez com que essa até então, abundante matéria-prima da região, chegasse ao fim. Assim, “as serrarias não tinham mais o que tratar” (ENGLERT, 2002, p.39) e, conseqüentemente, “o trem não tinha mais o que transportar” (ENGLERT, 2002, p.39). Seu apito foi ouvido pela

última vez, em 1963, quando ocorreu também a total desativação da estrada de ferro.

“Depois, o turismo despontou como nunca e um Cassino transformaria Canela num parque turístico inigualável” (ENGLERT, 2002, p.39). Porém, “o turismo passou a ser a crise seguinte. Não era nem sombra daquele que existira” (ENGLERT, 2002, p.39). “Apesar de continuar belíssima, Canela já não tinha mais a projeção de outros tempos” (ENGLERT, 2002, p.39). O turismo despenca, assim como os outros catalisadores do progresso e o município começa a viver apenas de suas lembranças.

Nos primórdios da cidade, quando ainda era conhecida por Campestre Canella, o gado passou por ali, e tratou de desaparecer em seguida. Campestre Canella era apenas a passagem do real e verdadeiro dinheiro e depois um simples lugar de descanso para os tropeiros. A mesma coisa acontecera com o trem, a madeira e o cassino. Uma passagem. Ciclos que mal surgiam para morrerem logo adiante. Canela mergulhava num vácuo atrás do outro. Como o seu trem de sua história já tivesse passado e com ele trazido e sonho e, com o fim dele, se encarregado de levá-lo embora (ENGLERT, 2002, p.39).

E assim, o município em plenas décadas de 1970 e 1980, convivia com um vilão invisível. “No entanto, em 1975, uma esperança renascia com um grande empreendimento que começava a ser construído” (ENGLERT, 2002, p.40), o Hotel Laje de Pedra, que surgia para participar “de maneira fundamental no urgente e necessário resgate do potencial nato do município” (ENGLERT, 2002, p.40). “Alguma coisa precisava ser feita e devolver para Canela o que sempre fora seu desde o começo” (ENGLERT, 2002, p.40), o TURISMO.

Com isso, “no ano de 1982, a ex-estação férrea, foi restaurada pela administração pública da época e transformada em um moderno centro cultural” (CARDOSO, 2000, p.25). Atualmente, esse espaço abriga a Casa do Artesão, local destinado à venda de artigos artesanais feitos por artesãos locais que se reúnem em uma associação; o Centro de Informações Turísticas e a Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer do município.

Assim, revivemos grandes momentos da história do município de Canela, relembremos lugares, pessoas e momentos marcantes que consolidaram e posicionaram o município na história do turismo do Rio Grande do Sul e do Brasil.

5 ESTETICIZAÇÕES E SIMBOLISMOS NO INTERJOGO COM O TURISMO

Neste capítulo reuni os elementos que considero relevantes para ler o imbricamento da natureza, da paisagem, da cultura, do turismo e do artesanato, nas esculturas do artesão Zé do Passarinho. No intento de apresentar os aportes possíveis deste trabalho, exploro os vestígios dessas relações e as pegadas deixadas no município de Canela.

5.1 DO EFEITO DE SENTIDO NATUREZA À PAISAGEM DO ATRATIVO TURÍSTICO CASCATA DO CARACOL

Para expor os imbricamentos dessa primeira parte, faz-se necessário acompanhar a ressignificação da natureza em paisagem, em que a cultura e o turismo exercem papel importante nesse deslizamento, permitindo que novos sentidos sejam produzidos, possibilitando também a formação de um nó entre os conceitos, tendo em vista, principalmente, seus sentidos e seus significados. E, para melhor compreender as abordagens feitas, apresento a Família Wasem e os sentidos atribuídos a Cascata do Caracol.

5.1.1 Da natureza à paisagem

A cada ciclo vivido no campo de Canela construiu-se uma relação com a natureza. E foi assim, que com os indígenas, o imenso território de Canela conheceu um sentimento de respeito mútuo entre humanos e natureza, em que o que era dela retirado servia apenas para a alimentação e para a sobrevivência. Com os tropeiros, pudemos conhecer um sentimento desbravador, mas que ainda mantinha um grande respeito pela natureza e isso se mostra através do nome por eles dado ao território. Com os senhores, aprendemos a cultivar a terra e dela retirar o alimento, mas não podemos nos esquecer de que a partir deles, começamos a nos interessar em obter posses de terras, e de preferência, as que continham belas paisagens. Com as madeiras, os primeiros movimentos turísticos, apesar de terem sido impulsionados pela natureza, e o trem, infelizmente, passamos a conhecer o lado cruel de se relacionar com a natureza, pois será a partir desse momento, que se irá à busca de

melhorias, contudo, para que essas melhorias pudessem ser executadas, danos foram causados à natureza.

Contudo, com a invenção do turismo no século XVI, surgiu um sentimento de amor pela natureza, que logo, transformou-se em um sentimento de amor pela paisagem. Séculos depois, esses mesmos sentimentos puderam ser observados no então futuro município de Canela, que como podemos lembrar, passou por diversas fases em relação à natureza, que se mostrava nos pinheiros, nas cascatas, na fauna e na flora, confirmando, mais uma vez o quanto as belezas naturais sempre chamaram a atenção e despertaram os olhares de quem por esses campos transitassem.

Sendo assim, percebemos que se modificou tanto a nossa maneira de olhar para a natureza, quanto a nossa maneira de nos relacionarmos com ela, lembrando que, grande parte dessas mudanças aconteceu, juntamente, com o advento da modernidade, que transformou, principalmente, nossa maneira de nos conectarmos com o mundo e com a paisagem, que de modo especial, recebeu novos significados a partir desses novos olhares. A começar pelas férias que passaram a ser percebidas como uma fuga dos grandes centros, em busca de repouso e de contato com a natureza, com isso, começou a aparecer cada vez mais, novas formas de hospedagem voltadas a suprir essa nova necessidade, e uma nova atmosfera veio fazendo referência à fazenda, ao rural, ao verde. Em decorrência disso, os visitantes de massa foram sendo percebidos como consumidores da natureza, devoradores de paisagens.

Aos poucos, novos sentimentos foram surgindo e agora se voltavam à preocupação e a preservação dessa natureza. “A onda ecológica pós-1968 deu uma tonalidade – o verde – e uma exigência a este amor pela Natureza” (BOYER, 2003, p.55).

Com o passar dos anos e o crescente interesse do setor turístico, fizeram surgir no município de Canela, atrativos turísticos estaduais, municipais e particulares voltados à preservação e a conservação desses remanescentes paisagísticos que estão no seu território, os quais caracterizam tanto sua atração principal, quanto lhes atribuem um nome, são eles, Parque Estadual do Caracol, Parque Municipal do Pinheiro Grosso e Parque da Ferradura.

Nesse momento, é importante frisar, que a paisagem constitui-se como uma construção ideológica, em que suas relações se expressam entre os sujeitos e os

sentidos através das significações, considerando também, suas mudanças de ordem econômica, política e histórica, ocorridas a seu respeito, nas quais se destacam a transição da paisagem, inicialmente, como alimento, como forma de sustento, através da agricultura, para a sua posterior, estetização e mercantilização, através do turismo.

Marcada pela sensibilidade, a palavra paisagem surgiu no Renascimento para indicar uma nova relação entre os seres humanos e seu ambiente. Ambiente que de natural passou a ser humano, a partir das experiências e transformações de seus habitantes.

A partir disso, podemos definir como paisagem “uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (SAUER, 1998, p.23), que se interrelacionam em seu desenvolvimento histórico.

“A forma permite definir a paisagem em função de sua estrutura e de sua dimensão espacial, isto é, em função de sua imagem (fisionomia e estrutura)” (BOBEK; SCHMITHÜSEN, 1998, p.78).

Contudo, a paisagem só é imagem, porque é produzida pela sociedade e incorporada pelo imaginário social, mas essa incorporação não se faz de forma direta, e sim, a partir dos códigos e símbolos instituídos coletivamente, através da cultura.

Faço referência, nesse momento, a Cascata do Caracol, pois, além de lembrar o desenho de um caracol, e por esse motivo, ser assim denominada, ela é um dos símbolos turísticos do Estado.

No entanto, além de se mostrar a partir da sua forma, a paisagem também se exhibe por suas dimensões que se dividem em: morfológica, um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana; funcional, relações entre as suas diversas partes; histórica, produto da ação humana ao longo do tempo; espacial, medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre; simbólica, portadora de significados, expressa valores, crenças, mitos e utopias.

A paisagem passa a significar “mais um modo de ver do que de agir” (YÁZIGI, 2002a, p.13), estando intimamente ligada a esse novo modo de ver o mundo. “De fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p.98), em um quadro.

O enquadramento da moldura, “a descontinuidade tempo-espacial, a sequência, a velocidade, a transitoriedade tornam a paisagem algo decomposto – que é preciso recompor” (MENESES, U. T. B., 2002a, p.46) para refazer sua imagem se quisermos ir além da mera sensação.

Porém, de todas as considerações já feitas, estamos interessados naquela parte da paisagem que nos diz respeito como sujeitos porque somos parte dela, vivemos com ela, somos limitados por ela e a modificamos.

A paisagem “existe, em primeiro lugar, na sua *relação* com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica” (BERQUE, 1998, p.84, grifo do autor), como, por exemplo, a turística. Essas relações são um conjunto de práticas compartilhadas comuns a um grupo humano em particular, em que as práticas foram aprendidas e transmitidas através de gerações.

Insistimos na ideia de que o sujeito em questão é um *sujeito coletivo*: é uma sociedade, dotada de uma história e de um meio. De fato, o que está em causa não é somente a visão, mas todos os sentidos; [...] todos os modos de relação do indivíduo com o mundo; enfim, não é somente o indivíduo mas tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera, isto é, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo) (BERQUE, 1998, p.87).

Já para Corrêa e Rosendahl (1998, p.10), “a paisagem e o sujeito são co-integrados em um conjunto unitário, que se autoproduz e se auto-reproduz”. Essa integração entre os sujeitos e a paisagem, sempre foi muito marcada no campo de Canela, afinal, esse campo chamava muita a atenção, e por isso, atraía muitos homens, que por ele se apaixonavam, seja por suas belezas, por suas matas virgens, por suas cascatas, por seus abismos.

Devemos considerar também, de acordo com Berque (1998), que

[...] as paisagens constituem frequentemente uma das expressões próprias de uma sociedade, no decurso de sua história de longa duração. [...] É, ainda, por meio de uma história de longa duração que se constitui um sistema ‘população/cultura/espço’, a cultura sendo o filtro transformador. A sociedade organiza, transforma e, em certos casos, escolhe seu meio ambiente graças às técnicas de enquadramento que são [...] a expressão de uma ‘civilização’. Por outro lado, a ‘cultura’ contribui para a interpretação do espaço, permite a articulação entre o imaginário e as ‘coisas do real’. Então, o filtro transformador da cultura age nos dois sentidos (BERQUE, 1998, p.89-90).

No entanto, Berque (1998) ainda ressalta que

[...] é preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada (e eventualmente reproduzida) por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política etc. (BERQUE, 1998, p.86).

Além de pensar as relações dos sujeitos com a paisagem, também devemos pensar, a ideia de paisagem nas suas relações com o tempo e nas suas vinculações com o espaço, pois ela está sempre em constante processo de desenvolvimento, dissociação, substituição e significação.

Um desses processos ocorreu com o objeto da paisagem, que de natural tornou-se cultural, pois foi-lhe atribuído um significado. “O significado cultural é introduzido no objeto e também pode ligá-lo a outros objetos” (COSGROVE, 1998, p.103), pois a cultura atribui significado a tudo, desde sons vocais até seres, objetos e lugares.

Todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem. O simbolismo é mais facilmente apreendido nas paisagens mais elaboradas – a cidade, o parque e o jardim (COSGROVE, 1998, p.108).

Assim como todo texto tem a ver com outros textos e tem uma relação necessária com a exterioridade, a paisagem também tem a ver com outras paisagens e tem uma relação necessária com a individualidade. Portanto, segundo Sauer (1998),

[...] pode haver uma sucessão dessas paisagens com uma sucessão de culturas. Elas se derivam em cada caso da paisagem natural, com o homem expressando seu lugar na natureza como um agente distinto de modificação. De especial importância é aquele clímax de cultura a que chamamos civilização. A paisagem cultural então é sujeita à mudança pelo desenvolvimento da cultura ou pela substituição de culturas. A linha de dados a partir da qual a mudança é medida, tornando-se a condição natural da paisagem. A divisão de formas em naturais e culturais é a base necessária para determinar a importância da área e o caráter da atividade humana (SAUER, 1998, p.43).

Devemos considerar ainda, as observações feitas por Bobek e Schmithüsen (1998) sobre a paisagem, pois

[...] para que uma paisagem possa ser considerada cultural, o decisivo é que a fisionomia e a dinâmica ecológica de seus elementos espaciais se encontrem determinadas em grande parte pela ação dos homens organizados em sociedade (BOBEK; SCHMITHÜSEN, 1998, p.83).

Ao considerarmos todos os elementos já relatados, sabemos que “eles levam na direção do conceito de paisagem natural que por sua vez leva à paisagem cultural” (SAUER, 1998, p.50), já que natureza e cultura se integram, se somam.

“A historicidade da paisagem, diz respeito, também, ao uso que dela fizeram as sociedades ou segmentos sociais” (MENESES, U. T. B., 2002a, p.40). Sauer (1998) enfatiza ainda que

[...] a paisagem natural é evidentemente de fundamental importância, pois ela fornece os materiais com os quais a paisagem cultural é formada. A força que modela, entretanto, está na própria cultura. Dentro dos amplos limites do meio físico da área (SAUER, 1998, p.59).

Com isso, percebemos que “a paisagem vai, portanto, muito além do real oferecido pela natureza” (CASTRO, 2002, p.123), uma vez que “a própria natureza é delimitada e ressignificada ou, para ser mais preciso, ‘culturalizada’” (MENESES, U. T. B., 2002a, p.33), já que ela sempre esteve intimamente ligada com a cultura.

É evidente a transformação da paisagem efetuada pelos sujeitos pelas suas próprias mãos, que encontram na cultura os subsídios necessários para utilizarem-se das formas naturais, muitas vezes, alterando e destruindo a paisagem.

Fato ocorrido no período de extração da madeira no município de Canela, quando as matas de araucárias foram dissipadas, dando lugar a uma clareira, um espaço vazio, marcando a passagem e a permanência do sujeito naquele território.

Sendo assim, segundo Berque (1998), ainda podemos considerar a paisagem como

[...] uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas [...] de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, a paisagem do seu ecúmeno. E assim, sucessivamente, por infinitos laços (BERQUE, 1998, p.85).

“Como marca, a paisagem pode e deve ser descrita e inventariada” (BERQUE, 1998, p.85), isto é, analisada discursivamente enquanto um texto, explicitando o que a produziu como um objeto, repleto de significados.

Essa apropriação simbólica do mundo produz estilos de vida distintos e paisagens, também distintas, que são histórica e geograficamente específicas.

“Entendendo-se as paisagens como reflexos dos espaços, toda transformação no espaço representa simultaneamente alguma transformação na paisagem, senão em sua fisionomia, certamente sobre seus significados” (CRUZ, 2002, p.108).

Como no exemplo de Wagner e Mikesell (2003), em que

[...] as terras cultivadas que aparecem tão marcadamente em muitas paisagens testemunham não apenas uma mudança radical na cobertura vegetal, mas também a presença de elementos claramente artificiais: pomares, jardins, campos arados, muros e cercas, caminhos e estradas, celeiros, estábulos, habitações e núcleos de povoados inteiros, todos em disposição regular. Em qualquer paisagem cultural, a disposição, o estilo e os materiais desses aspectos tendem a refletir a presença de um modo de vida distinto, ou *genre de vie*, interagindo com um determinado quadro natural. Obras de engenharia, arquitetura, plantas cultivadas, animais domésticos, ferramentas, veículos, vestuários e muito mais ajudam a diagnosticar determinadas culturas (WAGNER; MIKESELL, 2003, p.37, grifo do autor).

De acordo com os mesmos autores,

[...] os estágios nessa história têm significados para a paisagem atual, assim como para as do passado. Além disso, as paisagens culturais atuais do mundo refletem não apenas evoluções locais, mas também grande número de influências devido a migrações, difusão, comércio e trocas. Subjacente à maioria das áreas culturais de hoje está uma longa sucessão de diferentes culturas e desenvolvimentos culturais (WAGNER; MIKESELL, 2003, p.39-40).

Afinal, “a história de qualquer povo evoca a sua fixação numa paisagem” (WAGNER; MIKESELL, 2003, p.50).

Sob a influência e a mudança de uma determinada cultura através do tempo, a paisagem apresenta um desenvolvimento próprio, a partir de fases que se concluem em um ciclo. A introdução de uma cultura diferente irá rejuvenescer a paisagem cultural ou então irá sobrepor uma nova paisagem aquela que sobrou, uma vez que a influência humana é mais evidente nas características da vegetação.

Assim como a paisagem, a cultura é aqui entendida como “a marca da ação do homem sobre a área” (SAUER, 1998, p.30), já que a relação do homem com seu meio, habitualmente, se expressa no sentido de adaptação do homem ao meio

físico, em que, passamos a pensar nos sujeitos a partir dos seus vínculos com essa área, seja por descendência, seja por tradição.

“Neste sentido, todas as ciências humanas e sociais têm a ver com o estudo da paisagem do ponto de vista cultural” (BERQUE, 1998, p.87-89), afinal, “se tais laços não existissem, não haveria nem sociedade, nem cultura, nem paisagem” (BERQUE, 1998, p.87-89). Assim como, sem a incompletude da linguagem, não haveria “nem os sujeitos, nem os sentidos, logo, nem os discursos” (ORLANDI, 2010, p.37).

Dessa maneira, “qualquer intervenção humana na natureza envolve sua transformação em cultura, apesar de essa transformação poder não estar visível” (COSGROVE, 1998, p.102).

A paisagem cultural centraliza, portanto, “o interesse pela cultura a partir do fato de ela ser entendida como o resultado da ação humana alterando a paisagem natural” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p.10).

Percebemos que o conteúdo da paisagem é encontrado “nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana” (SAUER, 1998, p.29). Nas quais, a área física corresponde ao somatório dos recursos naturais que o sujeito tem a sua disposição na área, estando além da sua capacidade, acrescentar algo a esses recursos, ao sujeito é permitido desenvolvê-los, ignorá-los ou explorá-los, isto é, aproveitar a área.

Entretanto, a cultura também pode ser a chave para a compreensão sistemática das diferenças e semelhanças entre os homens, pois “uma cultura passa a se difundir quando os que a compartilham se deslocam” (WAGNER; MIKESELL, 2003, p.29), viajam.

A cultura pode ser considerada como o conjunto de saberes, técnicas, crenças, costumes, ideias e valores, bem como, artefatos, objetos e instrumentos materiais, conjuntos, que podem ser entendidos “como sendo parte do cotidiano e cunhado no seio das relações sociais de uma sociedade de classes” (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p.13).

Para Gastal (2002) a cultura tornou-se sinônimo de acúmulo do saber produzido. Esse que pode ser transmitido “pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (CUCHE, 1999, p.21).

A cultura ainda pode ser vista como um universo de escolhas, de seleção, de opção, em que seu valor se produz no jogo das relações sociais.

Já, conforme Corrêa e Rosendahl (2003),

[...] podem ser considerados tanto a dimensão material da cultura como a sua dimensão não-material, tanto o presente como o passado, tanto objetos e ações em escala global como regional e local, tanto aspectos concebidos como vivenciados, tanto espontâneos como planejados, tanto aspectos objetivos como intersubjetivos (CORRÊA; ROSENDAHL, 2003, p.13).

Contudo, segundo Cosgrove (1998),

[...] a cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana (COSGROVE, 1998, p.101).

Dessa maneira, a cultura de liga se forma direta a ideologia, pois ela “não é externa aos sujeitos sociais, mas, onipresente, incorpora-se à vida social” (MENESES, U. T. B., 2002b, p.88), “a cultura vem da alma, do gênio de um povo” (CUCHE, 1999, p.28).

Em outras palavras, os valores culturais não são espontâneos, não se impõem por si próprios. Não nascem com o indivíduo, não são produtos da natureza. Decorrem da ação social. As seleções e opções feitas pelos indivíduos e grupos, para serem socializadas e se transformarem em padrões, necessitam de mecanismos de identificação, enculturação, aceitação (MENESES, U. T. B., 2002b, p.92).

E, já que “a Cultura incorpora a noção de aglutinadora da vida em sociedade, ela explica porque, sob este prisma, ela pode ser considerada como um dos principais insumos ao fazer turístico” (GASTAL, 2002, p.125-126), pois de acordo com Gastal (2002)

[...] será através da ação e dos bens culturais que a materializam, que visitantes e visitados construirão suas trocas. O que a definição citada não diz, mas que é uma característica fundamental aos bens culturais, é a sua condição de bens simbólicos (GASTAL, 2002, p.125-126).

Ou seja, a cultura deverá ser um momento de interação entre visitantes e visitados, quando ela for um processo vivo, de um fazer de uma determinada comunidade.

“Também para o Turismo a cultura não é apenas um pressuposto teórico. A cultura apropriada pelo Turismo é a cultura que gera produtos e manifestações concretas, sejam elas eruditas ou populares” (GASTAL, 2002, p.121).

Sendo assim, Gastal (2002) considera que

[...] devemos partir, ainda, de dois outros pressupostos: primeiro, que todo indivíduo e coletividade possuem uma cultura, isto é, produzem saberes que se manifestam em produtos que incorporam carga simbólica. Segundo: não se produz uma cultura para turista. Cultura é um insumo turístico importante, mas é aquela cultura viva, praticada pela comunidade em seu cotidiano (GASTAL, 2002, p.129).

Isto é, para o turismo, a cultura continua sendo entendida segundo Gastal (2002) como

[...] qualquer tipo de manifestação que venha a atar, unir o convívio em sociedade. Qualquer tipo de criação, de artefato, ou de meio de continuar vivendo em sociedade é um ato cultural estrito senso. A manifestação cultural, essa forma de evidenciar essa materialização dos bens culturais, essa é uma atividade de profissionais, como qualquer atividade humana, como qualquer profissão (GASTAL, 2002, p.125, grifo do autor).

Afinal, “a cultura é o agente, a área cultural é o meio, a paisagem cultural, o resultado” (SAUER, 1998, p.59) e o turismo o catalizador, na medida em que, o conjunto dos fenômenos resultantes da viagem e da estadia temporária de pessoas fora de seu domicílio, satisfaça, no lazer, uma necessidade cultural da civilização industrial, sendo capaz de produzir um espaço, que “em quase todas suas formas, pode ser entendido como uma das manifestações da arte de agradar” (YÁZIGI, 2002b, p.152).

Por tudo isso, a paisagem foi, ao longo dos anos, consolidando-se, enquanto “um dos motores fundamentais do turismo” (MENESES, U. T. B., 2002a, p.53).

Dessa forma, Castrogiovanni (2002) destaca que

[...] é desafiante estender a todas as paisagens geográficas os necessários atributos para adjectivá-las como turísticas, pois as *paisagens turísticas* devem dar conta das motivações dos visitantes que as contemplam ou as utilizam. Para tanto, é fundamental o pleno conhecimento/estudo dos elementos que compõem tais paisagens (CASTROGIOVANNI, 2002, p.132-133, grifo do autor).

Ainda segundo Castrogiovanni (2002),

[...] sabe-se que este conjunto de símbolos, traços e signos, percebidos por olhares diversos, nem sempre são sentidos pela simbolização turística das pessoas. Tal situação também está atrelada aos estudos emotivos de quem as observa e, logicamente, também às bagagens culturais. Os múltiplos elementos interativos da paisagem apresentam-se em infinitos quadros nos quais as molduras são atribuídas às ações humanas, que representam as necessidades, os interesses, desejos e fantasias dos grupos sociais. Nem todos os *quadros* podem ser vistos. Muitos não conseguem enxergá-los. Os recursos naturais, os constantes movimentos de origem produtiva temporal, assim como as manifestações culturais, são relevantes na oferta turística (CASTROGIOVANNI, 2002, p.133, grifo do autor).

Já que essa se constitui enquanto satisfação da necessidade turística através da formação de bens e serviços, em que os “*bens* compreendem a paisagem, entendida como um conceito que traduz o aspecto global – o visível e o invisível/sentido mas não visto – de uma área” (CASTROGIOVANNI, 2002, p.132, grifo do autor).

Dessa forma, é exatamente, por seus valores e traços culturais característicos que os lugares passam a existir.

E é, o lugar, para o turismo, que segundo Sandeville Jr. (2002)

[...] torna-se um elo em uma cadeia ou rede global de consumo, contraditoriamente mais acessível e ao mesmo tempo dissociado do cotidiano da experiência ambiental. A paisagem [...], em suas múltiplas acepções e arranjos culturais e naturais, torna-se uma experiência distanciada, eventual. A experiência da natureza acaba sendo uma experiência urbana em uma grande quantidade desses casos, subordinada a alguns princípios sistematizados de comportamento ‘politicamente correto’ (SANDEVILLE JR., 2002, p.156).

O setor turístico “produz espaços delimitados e espacialmente destinados a um determinado tipo de consumo” (RODRIGUES, 2002, p.55), através dos seus serviços do turismo, que por sua vez, gera diferentes expectativas e diferentes formas de consumo do território, “no caso da procura do natural – é a natureza ‘pura’ transformada pela atividade” (RODRIGUES, 2002, p.56).

O turismo é a única prática social que consome, fundamentalmente, espaço, sendo este consumo efetivado por meio da apropriação do espaço pelo turismo, ou seja, por meio das formas de consumo (serviços de hospedagem, de restauração, de lazer, bem como o consumo de paisagem) que se estabelece entre turista e lugar visitado (CRUZ, 2002, p.109).

“Desse modo a ‘escolha’ do local precisa ser compreendida com a qualidade física e social destes locais. Precisa ser compreendida com a história destes lugares” (RODRIGUES, 2002, p.56, grifo do autor).

E assim, tratamos de uma mercadoria, cuja marca é o consumo de determinado espaço.

Entretanto, conforme Yágizi (2002b),

[...] o espaço pode ser considerado como a matéria-prima do turismo e, sem subestimar os demais fatores, as condições geográficas desempenham um papel de primeiro plano, frequentemente essencial, na atração de um lugar turístico. As condições naturais, o patrimônio cultural e histórico, o potencial técnico e o ambiente econômico são igualmente critérios geográficos que intervêm, seja sozinho, seja em combinação, nos diferentes tipos de turismo (YÁZIGI, 2002b, p.135, grifo do autor).

“Esta mercadoria, o consumo do espaço caracteriza-se pelo uso ‘efêmero do território’, num processo contínuo de desterritorialização e reterritorialização” (RODRIGUES, 2002, p.56, grifo do autor).

Em que, “as ‘amenidades’ da natureza mercantilizada, num primeiro momento, como natureza ‘pura’, e isolada, passam a ser paulatinamente transformadas com a (re)produção socioespacial” (RODRIGUES, 2002, p.57), e conforme o mesmo autor, “são várias as formas pelas quais se produz rapidamente este novo ‘espaço’, aquele que deverá proporcionar o ‘descanso’ ou o consumo da natureza ‘diferenciada’ ou, se preferirmos, das especificidades do território” (RODRIGUES, 2002, p.58).

E mesmo a paisagem, enquanto, porção visível do espaço, constitui-se como “um dos mais importantes elementos da atratividade dos lugares para o turismo” (CRUZ, 2002, p.109), pois a paisagem é o primeiro e principal contato do turista com o lugar visitado, mesmo que sua relação sempre seja transitória, passageira.

Sendo assim, de acordo com Cruz (2002),

[...] a atratividade turística de uma paisagem como criação cultural é o resultado da valorização, pela prática social do turismo, de determinados arranjos de formas (naturais ou antrópicas) num dado momento. Disso decorre o surgimento dos modelos ou de modelos de paisagens turísticas [...]. Como modelos, as paisagens turísticas podem ser manipuladas, recriadas, copiadas e coladas (no território) (CRUZ, 2002, p.109).

“E neste processo intenso, a produção é o consumo dos ‘lugares’ do turismo relacionados com a natureza, e cria, contraditoriamente, sua própria destruição” (RODRIGUES, 2002, p.60), pois “destrói-se, na maior parte dos casos, as atividades que eram consideradas ‘bucólicas’ e tradicionais” (RODRIGUES, 2002, p.59), muitas vezes, origem dos processos de reocupação do território.

Essa forma de consumo dos lugares, não deveria ser destrutiva, deveria preservar e conservar a mercadoria que deu origem à atividade.

“Porém, contraditoriamente, destrói as condições que deram origem a esta mercantilização” (RODRIGUES, 2002, p.61).

“As mercadorias que trazem o ‘conforto’ trazem os elementos destruidores da natureza ‘natural’ a ser observada e muitas vezes apropriada (aos pedaços, no sentido literal)” (RODRIGUES, 2002, p.60) pelos visitantes. Apropriada aos pedaços porque, alguns visitantes, gostam de levar um pedaço da natureza que estão contemplando para casa.

“A idéia básica, portanto, é a de utilização sustentável de recursos naturais para atividades de lazer e conhecimento, deixando benefícios econômicos para a população local, a par do respeito e conservação de culturas tradicionais” (SANDEVILLE JR., 2002, p.153).

No entanto, conforme Yázigi (2002b),

[...] é preciso ter muito claro que a paisagem interessa antes a seus próprios habitantes e que só numa relação de estima deles com ela é que despertará o interesse de transeuntes, visitantes, turistas. Não interessa a um indivíduo sair de seu pedaço para outro igualzinho, nada se ganha. Eis por que as andanças de quem sai de casa, por lazer ou negócio, cultura ou religião, prima sempre pela busca do diferencial (YÁZIGI, 2002b, p.134).

“Para o turismo, é o valor estético da paisagem que está em pauta. E a estética da paisagem turística é aquela ditada pelos padrões culturais de uma época” (CRUZ, 2002, p.110). E hoje, essa estética tem uma relação direta com a cultura de massa.

“Entende-se por valor paisagístico aquele atribuído a um local, pelo consenso do todo da sociedade ou de um de seus grupos e que identificam para um desses conjuntos sociais este lugar em relação aos demais” (MACEDO, 2002, p.187).

Atualmente, posso citar, como exemplo, os parques temáticos, que nos últimos anos, se multiplicaram, na Região das Hortênsias, principalmente, em Canela e Gramado, apresentando um mundo encantado tendo como suporte a natureza. Porém, podemos também lembrar o campo de Canela, que como disse Stoltz (1992), parecia uma cidade europeia, dos contos de fadas dos Irmãos Grimm.

A natureza é simultaneamente “investida de valores espirituais ou utilizada para acentuar a ideologia do progresso” (MENESES, U. T. B., 2002a, p.42).

“Hoje, o modelo é este, ou seja, da pasteurização da cultura, da espetacularização da natureza e da cultura, de um mercado globalizado e movido por formas de consumo massificado” (CRUZ, 2002, p.118).

Esta é a mercantilização das paisagens e das imagens da natureza, expressão das nossas condições contemporâneas, “as quais ainda não foram devidamente descritas e discutidas” (SANDEVILLE JR., 2002, p.158).

Mudanças de pensamento e comportamento diante da natureza na passagem do século, alertando para aspectos ideológicos das atuais formas de sua apropriação simbólica, sobretudo como componente do produto turístico. A mercantilização da paisagem e de imagens da natureza subjuga seu caráter anárquico e selvagem, padronizando e institucionalizando sua vivência e comportamentos (SANDEVILLE JR., 2002, p.141).

Assim, enquanto a paisagem for como uma peça de curiosidade efêmera, apenas momentânea, ela será rapidamente esquecida após o seu consumo. “São assim os produtos massificados: consumidos e esquecidos” (MENESES, J. N. C., 2006, p.22).

Porém, devemos lembrar que no discurso, é na memória discursiva que se organizam o conjunto de formulações feitas e esquecidas, que determinam o que dizemos.

Castro (2002, p.131, grifo do autor) diz, nesse sentido, que não existe uma paisagem turística apenas, mas uma paisagem “socialmente *estetizada* e valorizada”.

Estamos, enfim, falando da busca de outro lugar, já que a paisagem (isto é, o tipo de entrada mentalizada pelo turista) nada mais é do que a perspectiva de nos colocarmos numa outra configuração geográfica, cheia de história, costumes e outras coisas que queremos experimentar (YÁZIGI, 2002a, p.24).

“Em momentos assim, num barco ou numa praia, pela janela de um trem ou de uma casa em um bairro qualquer, a paisagem sempre estará atraindo nossa atenção” (NUNES, 2002, p.216).

Não é apenas nesses momentos que a paisagem chame à atenção, afinal, a paisagem é tão encantadora para os que a fizeram e a alteraram, quanto para os que a mantêm e a visitam, e assim por diante. Já que a paisagem tem esse poder de encantar, ela também tem o poder de possuir, expressar e evocar os significados dos lugares a que elas pertencem.

Canela, em especial, pode denominar-se um refúgio natural em plena harmonia com a natureza.

Sendo assim, apresento outro território bem próximo ao campo de Canela, que também precisa de reconhecimento, vem chegando a Família Wasem para se estabelecer no Caracol.

5.1.2 A Família Wasem e a Cascata do Caracol: sentidos em deslizamento

Como sequência a essa primeira parte do capítulo, apresento algumas considerações, pois, provavelmente, o autor Stoltz, seja descendente de alemães, o que lhe concedeu maior confiança para relatar os percalços, vividos por esses imigrantes. Embora, tenho observado também, que no relato de Stoltz, Wasem é a delimitação de um novo marco no território, o que fez de Wasem um dos personagens chave para o desencadeamento dos acontecimentos ocorridos no território de Canela.

Wilhelm Wasum nasceu no ano de 1822, “na aldeia de Dörrebach – Hunsrück, na Renânia, Alemanha” (STOLTZ, 1992, p.71), “situada nas proximidades do rio Mosela e da cidade de Trier, antigo reino da Prússia” (ENGLERT, 2002, p.11). Em 1845, se casou com Barbara Flasch. E, em seguida ao seu casamento e alguns acontecimentos posteriores, a Família Wasum planeja dar um novo rumo em suas vidas e decide ir “para o Brasil, país que estava recebendo imigrantes alemães desde 1824” (STOLTZ, 1992, p.71).

Para a viagem embarcam Wasum e sua esposa Barbara, juntamente, com um casal de filhos, Christina, de apenas dois anos e o pequeno Wasem de poucos meses de vida e mais alguns parentes. Segundo “o Registro Geral da chegada de colonos a São Leopoldo, na época chamada de Real Fitoria do Linho Cânhamo”

(ENGLERT, 2002, p.12) dava conta de que a viagem feita pela Família Wasum no ano de 1847, foi realizada em uma embarcação à vela, denominada Brigue Antonia (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009), que aportou no Rio de Janeiro no mês de junho daquele mesmo ano, porém, durante a travessia, muitos percalços surgiram, mas o mais difícil foi à perda do pequeno Wasum, que envolto em um lençol foi jogado ao mar após ter sido acometido por uma doença (REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009). Assim que a família chegou, todos foram registrados e o nome de Wilhelm foi traduzido para Guilherme, assim como o sobrenome que passou de Wasum para Wasem.

Nesse momento, é percebida a existência de tensões polissêmicas expressas no texto quando ocorre a tradução e/ou modificação dos nomes dos imigrantes. Uma vez que a polissemia pressupõe deslocamento, ruptura de processos de significação, produção de “movimentos que afetam os sujeitos e os sentidos na sua relação com a história e com a língua” (ORLANDI, 2010, p.36-37).

A tradução ou a troca dos nomes por imposição local funcionaram como um novo batismo. Porém, foi um fato violento, que negou ao imigrante o direito de se significar enquanto sujeito, embora, tenham concedido a ele um nome de origem teutônica.

“Após semanas de espera, a família Wasem viajou para o Rio Grande do Sul pela costa, chegando no porto da cidade de Rio Grande” (STOLTZ, 1992, p.72), seguindo até Porto Alegre na Barca de Vapor Porto Alegrense que chegou em 1º de julho de 1847 (ENGLERT, 2002; REIS; VEECK; OLIVEIRA, 2009).

“E de lá até a Colônia Alemã de São Leopoldo, em 19 de julho, Guilherme foi registrado como lavrador e foram encaminhados para a colônia Campo Ocidental, hoje Hamburgo Velho, onde se instalou com a família” (STOLTZ, 1992, p.72).

Nessa passagem do texto, quando Wasem é registrado como lavrador, um trabalhador da terra e encaminhado a um determinado local já estabelecido, estamos nos remetendo a um conhecimento específico, que derrota um saber e um fazer, mas também, um lugar na estrutura social. Trata-se de uma posição-sujeito em relação de identificação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada formação discursiva. Isso quer dizer que diferentes sujeitos, relacionados com uma mesma formação discursiva, podem ocupar distintas posições-sujeito (PÊCHEUX, 1988). Ou seja, para Pêcheux (1988),

[...] os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de *seu* discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhe são correspondentes (PÊCHEUX, 1988, p.161, grifo do autor).

Para tanto, as formações discursivas permitem compreender o processo de produção dos sentidos, em sua relação com a ideologia (ORLANDI, 2010). Podendo ser definida como aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito (PÊCHEUX, 1988).

Dito de outra maneira, toda formação social é resultado de um modo de produção dominante, em que seu processo de produção aciona as forças produtivas existentes em e sob relações de produção definidas (ALTHUSSER, 2003).

A posição ocupada por Wasem, na condição de imigrante foi de lavrador. Para as autoridades, na época, provavelmente, esse estrangeiro não possuía títulos de nobreza nem posses com as quais poderia se manter no local em que decidira viver, mas nem mesmo o local, como já foi dito, poderia ser escolhido, pois, todas as pessoas nessas mesmas condições eram encaminhadas ao mesmo sítio demarcado, deixando o sujeito limitado para estabelecer novas identificações.

“Wasem ficaria em Hamburgo Velho por exatos 17 anos” (ENGLERT, 2002, p.12) e lá “tiveram mais filhos com nomes tipicamente alemães que foram traduzidos para Pedro, Guilherme Filho, Henrique Kilian, Paulina e Guilhermina” (STOLTZ, 1992, p.72).

Com a morte de sua mãe, em 1863, Wasem decide dar novo rumo à sua vida (ENGLERT, 2002). Assim, a década de 1860, do século XIX, reservava grandes surpresas para os campos de Canela e também para a Família Wasem. “Nos primeiros meses do ano de 1864, subiu a serra gaúcha o alemão Guilherme Wasem com sua família” (STOLTZ, 1992, p.42). Segundo Stoltz (1992), eles procuravam,

[...] para viver, um ambiente semelhante ao de sua terra natal. Seu interesse era o de arrumar para si um lugar em cima da serra. E no dia em que conheceu o Campestre decidiu que seria aquele o local no qual passaria o resto de sua vida (STOLTZ, 1992, p.42).

Nesse momento, reconheço a necessidade constante de dar sentidos ao novo, num movimento de identificação, significação e ressignificação, que retorna sobre si (ORLANDI, 2001), ou seja, os imigrantes que vieram ao Brasil, apesar de

não conhecerem o país, procuravam encontrar um lugar para viver semelhante ao seu país de origem, e para isso, tentaram significar o local a eles designados, assim como, a eles mesmos enquanto sujeitos, uma vez que lugares e sujeitos se constituem simultaneamente.

Com isso, Wasem foi em busca dos donos do campo, dirigindo-se ao Fachinal. E assim, Candida Bella da Silva lhe concede a permissão de residir e usufruir o campo. E, “uma vez estabelecido no Canela na antiga casa dos Esteves, a família Wasem se tornou a segunda a residir no campo” (STOLTZ, 1992, p.43). “Desde essa data Canela jamais deixou de ser povoada” (STOLTZ, 1992, p.43).

Nesse momento do texto de Stoltz, surge uma marca, o residir e o usufruir, que pressupõe o pertencimento dos habitantes àquele território, que puderam lá fixar suas raízes e ressignificar o território.

A partir de 1866, Wasem, passa a enfrentar alguns problemas com o Tenente Coronel Francisco Pacheco de Paula Machado, que alimentava intenções de adquirir o campo de Canela. As disputas envolvendo o campo e, conseqüentemente, a posse do território, já se seguiam há algum tempo, entretanto, é a partir desse momento, que se tornam mais visíveis e frequentes no desenrolar dos acontecimentos.

Supõe-se que o Tenente Coronel tenha requisitado a medição das terras de Canela, mesmo com a presença da Família Wasem. E assim, se iniciam os conflitos “entre os donos do Canela com os donos do Fachinal” (STOLTZ, 1992, p.43; ENGLERT, 2002, p.14).

Com o início dos conflitos no campo, se subentende a existência de relações de forças muito marcadas entre os sujeitos, uma vez que elas demonstram “o lugar a partir do qual fala o sujeito” (ORLANDI, 2010, p.39) que, conseqüentemente, é constitutivo do que ele diz, afinal, o discurso está “situado no interior da *relação de forças* existentes” (PÊCHEUX, 1993, p.77, grifo do autor) que se torna muito clara, uma vez que a medição das terras é requerida por alguém que fala da posição-sujeito tenente coronel, em oposição à posição-sujeito lavrador, o que me fez crer que na época do ocorrido, o que estava em jogo realmente era a representação de cada um perante a sociedade e o Império. Trata-se de lugares numa formação social, já que a formação social determina as condições de produção do discurso, sendo seu funcionamento diretamente articulado ao funcionamento da ideologia. Sendo assim, uma formação social que não reproduz as condições de produção, ao

mesmo tempo que as produz, não sobrevive. Portanto, “a condição última da produção é a reprodução das condições de produção” (ALTHUSSER, 2003, p.53).

Ainda no ano de 1866, Candida Bella da Silva, com escritura firmada, vende a Joaquim Gabriel de Souza, o Campestre Canella. “Foi em princípio de 1867 que Joaquim Gabriel de Souza e família subiram a serra para começar uma vida nova” (STOLTZ, 1992, p.44) tornando-se “o segundo dono legítimo e o terceiro a residir no Canela” (STOLTZ, 1992, p.44).

Wasem foi então informado pelo tabelião que o campo havia sido vendido e o mesmo estava intimado a se retirar das terras, entretanto, ignorou a intimação que estavam lhe fazendo. E assim, conforme Stoltz (1992), o cerco foi montado,

[...] de um lado do campo a chegada da família Gabriel de Souza, de outro a medição judicial por parte do tenente-coronel Francisco Pacheco de Paula Machado, e de outro lado ainda a casa de onde Guilherme Wasem observava tudo com descontentamento (STOLTZ, 1992, p.44).

Contudo, naquele dia nada aconteceu, uma vez que Joaquim Gabriel de Souza embargou a medição que havia sido pedida pelo Tenente Coronel. Para não perder tempo, os novos donos começaram a construção da casa. E eles puderam contar com “o auxílio do lavrador João de Deus Vidal e seus filhos, Pedro e Felisberto” (STOLTZ, 1992, p.45). E assim, com o passar dos anos, novos canelenses nasceram, membros da Família Gabriel de Souza.

Acredita-se que, “Joaquim Gabriel de Souza tenha dado um prazo para que Guilherme Wasem se retirasse” (STOLTZ, 1992, p.45-46), mas mais uma vez, o prazo não foi obedecido e a Família Wasem deixou o campo “às pressas, abaixo de tiros de pistolas” (STOLTZ, 1992, p.45-46) não tendo muito tempo para retirar seus pertences.

O século XIX avançava, e em meados dos anos oitenta, muitos posseiros começaram a requisitar a “medição de terra para registrar oficialmente suas propriedades” (STOLTZ, 1992, p.49). Sendo assim, em 1884, teve “início a medição do Campestre Canella” (STOLTZ, 1992, p.58) para o seu registro legal.

Infelizmente, não se sabe com precisão onde estariam esses marcos, segundo Stoltz (1992), o ponto um, seria perto de onde hoje é o bairro Canelinha; ponto dois, algum ponto localizado ao sul do município; ponto três, próximo de onde hoje se encontra o centro do município; ponto quatro, próxima a Vila Meneghetti e

fechando o quadro, chega-se novamente ao ponto um. E assim, em poucas horas, deram por encerrada a medição, com uma área aproximada de 2.722.500 m². “A partir dessa data o Campestre Canella passou a ser denominado somente Canella” (STOLTZ, 1992, p.61).

A essa mudança nominal, acrescento à minha construção o conceito de paráfrase, que é produzida no interdiscurso, a partir dos processos de efeitos de sentido. “A paráfrase é a matriz do sentido” (ORLANDI, 2010, p.38), já que, a produção do sentido é estritamente indissociável da paráfrase (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), “pois não há sentido sem repetição, sem sustentação no saber discursivo” (ORLANDI, 2010, p.38).

São esses sentidos que se constituíram ao longo de uma história a que já não temos acesso que falam em nós (ORLANDI, 1990 apud ORLANDI, 2010).

Cada vez que dizemos [...], ou que nos significamos em relação a essa história, esses sentidos retornam mas, ao mesmo tempo, podem derivar para outros sítios de significação (ORLANDI, 1993 apud ORLANDI, 2010, p.38-39), produzindo novos sentidos, efeitos do jogo da língua inscrito na materialidade da história (ORLANDI, 2010, p.38-39).

Apesar de todo o esforço para legitimar Canela como sua, Joaquim Gabriel de Souza, no ano de 1887, vende sua propriedade a Ignácio Saturnino de Moraes, que “tornou-se o quarto dono do Canela” (STOLTZ, 1992, p.61). Ignácio também “desejava viver no Canella pois havia algo naquele campo que atraia homens feito ímã” (STOLTZ, 1992, p.61). No ano de 1891, falece Joaquim Gabriel de Souza.

Canela agora pertencia a Ignácio Saturnino de Moraes, mas como essas terras estavam dentro do Fachinal e seu entorno também era conhecido como Canela, mas que não era Canela, decidiu-se nomear as terras que estivessem “fora do ‘quadro’” (STOLTZ, 1992, p.62), de Canelinha.

O finado Joaquim Gabriel de Souza jamais pôde imaginar que muitos anos depois seu nome seria reconhecido como sendo um dos principais personagens da história de Canela e nem ele podia imaginar que o campo de seus sonhos, com suas belezas naturais, um dia se transformaria em uma das cidades turísticas mais visitadas do Brasil (STOLTZ, 1992, p.62).

Outra vez, retorno às marcas, para retratar um novo indício de significação que se apresenta no texto. E para isso, devo lembrar que, em homenagem aos

personagens que deram início ao povoado, geralmente, uma rua ou uma avenida recebe seu nome.

É interessante observar que Joaquim Gabriel de Souza recebe essa homenagem e a rua que leva seu nome, se localiza no atual Bairro Canelinha, ou seja, muito, provavelmente, próximo ao local onde há mais de cem anos, essa família construiu uma das primeiras moradias do município.

Após serem expulsos do campo de Canela, de acordo com Stoltz (1992),

[...] Guilherme Wasem e família se deslocaram mais para o norte onde se instalaram em outro local de grande beleza da serra gaúcha, onde não habitava ninguém e nem havia posseiros. Guilherme tomou essas terras por ocupação primária em época mansa e pacífica, e por anos o local permaneceu desconhecido, mas logo veio a receber nome próprio e é conhecido nos dias de hoje por Caracol (STOLTZ, 1992, p.46).

Nesse momento, relembro alguns conceitos que já abordei ao longo dessa narrativa, uma vez que os mesmos estão permeando a construção da minha análise. Volto à formação discursiva, chamando a atenção para o modo como foi dito que Wasem se apropriou das terras em que passaria a viver, no texto está escrito, “tomou essas terras por ocupação primária em época mansa e pacífica” (STOLTZ, 1992; JUSBRASIL, 2013). Esse trecho remete ao discurso jurídico, retomando o significado de posseiro, pois, “as palavras, expressões e proposições recebem seus sentidos da formação discursiva à qual pertencem” (PÊCHEUX, 1988, p.263). Afinal, “o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva” (ORLANDI, 2010, p.43), e, com isso, “todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2010, p.43) e ainda segundo Orlandi (2010) disponibilizam

[...] dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outra. Dizer que uma palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória (ORLANDI, 2010, p.44).

Após a morte do Tenente Coronel Francisco Pacheco de Paula Machado, a maior parte de seus bens fica “para seu genro Felisberto Soares de Oliveira e Vitalina Pacheco que a essa altura já possuíam a maior parte do Fachinal” (STOLTZ, 1992, p.47).

Conforme Stoltz (1992), nas novas terras de Wasem havia

[...] uma linda cascata entre matas virgens. Na época não havia grande interesse dos posseiros em ter cascatas e cachoeiras. De nada lhes adiantava uma cascata. Antes, preferiam terras para cultivar (STOLTZ, 1992, p.72).

Mais uma vez, notamos a presença de aspectos de belezas naturais, que remetem à paisagem que se destacava naquele novo território ocupado por Wasem. O Caracol é o território em que ele pode, finalmente, obter a posse primária. O que não ocorre com o campo de Canela, nem tendo ido em busca de justiça.

É necessário comentar que, apesar das disputas mais acirradas se darem pelo campo de Canela, Wasem consegue para sua família um recanto tão ou até mesmo mais importante do que o que gostaria de possuir, pois o Caracol irá representar alguns anos mais tarde, o início do movimento turístico por essas terras.

Novamente, retomo a formação social para abordar as mudanças que ocorreram entre os descendentes portugueses e alemães evidenciadas nessa parte do capítulo, quando das posses pelo território. Para tanto, relembro que Wasem era um lavrador, trabalhador da terra e sem títulos de poder e todos os demais donos, seja do Fachinal ou do Canela, ocupavam posições militares, que lhes conferiam maior autoridade perante a sociedade e o Império.

O novo lar de Wasem foi construído “próximo à cascata com o arroio do Caracol. A própria cascata foi batizada de Cascata Wasem” (STOLTZ, 1992, p.72), mas o nome “não pegou. Popularmente ela foi sempre referida pelo mesmo nome do arroio. O nome Caracol vem das curvas do leito do arroio em que alguns pontos do seu curso, lembra o desenho de um caracol” (STOLTZ, 1992, p.75). “Este arroio tem sua nascente no bairro Canelinha e desemboca no rio Cai” (CARDOSO, 2004, p.41).

Nessa época, o território denominado Caracol não era muito conhecido e “às vezes era mais referido como Fundos do Fachinal” (STOLTZ, 1992, p.73).

Wasem solicita a medição de suas terras, essas foram feitas no decorrer de quatro dias e dezesseis marcos foram fixados, porém, “no mapa não consta a cascata por não ser necessário, por ser menos significativo que uma vertente” (STOLTZ, 1992, p.73). Encerrando a medição foi calculada a área de 15.800.000 m².

“Hoje as terras que pertenciam a Guilherme Wasem são divididas entre Canela e Gramado pelo arroio do Caracol. Mais ou menos 70% das terras hoje

pertencem a Gramado, mas a cascata acabou ficando para Canela” (STOLTZ, 1992, p.75).

Diz-se que, “o mesmo ponto onde consta a moradia da família Wasem hoje é o mesmo ponto que representa o Caracol em qualquer mapa” (STOLTZ, 1992, p.75).

Percebe-se um ponto de vizinhança, separação, disputa, discórdia e até mesmo, competição entre Gramado e Canela. O fato se inicia em razão da cascata pertencer a Canela, algo que sempre foi muito discutido, uma vez que Gramado muitas vezes alega ter a posse da cascata pela divisão de terras e se coloca no direito de divulgá-la entre seus atrativos. Muitos guias de turismo que trabalham no município vizinho, ao levar os visitantes para conhecer o Parque Estadual do Caracol, fazem questão de dizer que estão em Gramado, podendo dessa forma, confundir o visitante quanto a estar em Canela ou Gramado. Embora esse fato já ocorra naturalmente pela proximidade entre os dois municípios, acentuando a ideia de que suas fronteiras são tênues e imprecisas.

Wasem faleceu no Caracol, no ano de 1899, mesmo ano em que seu filho Henrique se casou. Ele e a esposa foram morar no Mato Queimado, onde possuíam terras. Barbara falece cinco anos após, em 1904. Henrique faleceu, em 1920, em casa, deixando esposa e filhos. “Seu corpo foi levado de Mato Queimado para o cemitério no Caracol próximo à cascata onde foi enterrado logo acima do túmulo de seus pais” (STOLTZ, 1992, p.77). Lá também estão repousando os corpos de seus irmãos, “inclusive os que moraram fora do Caracol” (STOLTZ, 1992, p.79).

Eles, que um dia já foram a segunda família a residir no campo do Canela. Talvez Guilherme Wasem tivesse sido um homem simples e pobre tal como morreu no final do século XIX, mas ele teve uma das belas riquezas do Estado do Rio Grande do Sul, que é a Cascata do Caracol na Região das Hortênsias (STOLTZ, 1992, p.79).

Deixando Wasem por um instante, dedico as próximas linhas à Cascata do Caracol, pois “quando se fala em Canela acaba-se sempre lembrando do Caracol. Principalmente a cascata” (STOLTZ, 1992, p.78), que admirada por todos é “um dos pontos mais significativos do Estado do Rio Grande do Sul” (STOLTZ, 1992, p.69).

Porém, com o passar dos anos a cascata ganhou novos sentidos através do discurso daqueles que passaram a visitá-la a partir do ano de 1916. Esse reconhecimento culminou com a desapropriação das terras, em um acordo firmado

entre a Prefeitura Municipal de Canela e algumas entidades, em que o Caracol passou para o Serviço Estadual de Turismo (SETUR), em 1968. Após esse órgão ser extinto, através da lei 6.237, de julho de 1971, foi criada a Secretaria Estadual de Turismo (Setur/RS), e no mesmo ano o Caracol virou Parque Estadual pelo decreto 22.576 administrado pela Companhia Rio-Grandense de Turismo (CRTUR).

O Parque conta com uma área de 100 hectares, mas “apenas 25, são destinados ao turismo. O restante da área é totalmente preservado” (SALINET, 2013). Atualmente, o Parque Estadual do Caracol pertence ao Estado, porém, a administração é feita através da Prefeitura Municipal de Canela, pela Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer do município.

O Parque do Caracol, a 7 km do centro de Canela, com moderna infraestrutura possui restaurante, quadra de esporte, área de lazer, camping, feira de artesanato, churrasqueiras, ‘play ground’ e ruas asfaltadas. Para ter-se uma melhor visão da formosa cascata, foi construído um mirante de onde os visitantes podem admirar todo seu esplendor. Isso tudo, numa área de 35 ha de matas nativas, araucárias centenárias, riachos com corredeiras e desfiladeiros Na atualidade a imagem da Cascata do Caracol serve como símbolo turístico do Estado. É a segunda imagem que representa o Rio Grande do Sul depois do Laçador de Porto Alegre, e aparece em todos os folhetos, filmes e boletins turísticos da terra gaúcha, dentro e fora do Brasil (STOLTZ, 1992, p.79).

É interessante observar a mudança de sentido da cascata, pois seu atrativo principal hoje é a antiga cascata que passa de rejeitada e sem valor a imagem e símbolo do Estado. Além do seu atrativo principal, o Parque dispõe ainda de algumas atividades de lazer como trilhas para caminhadas; escadaria com 927 degraus; passeio de trem, que leva o visitante a uma aldeia que conta a história dos imigrantes italianos, portugueses e alemães ao chegarem ao Rio Grande do Sul; observatório ecológico, um elevador que permite uma visão do parque de sua plataforma coberta que se encontra a 30 m de altura. Dentro do Parque encontra-se também o horto municipal, que pode ser visitado. Ali há estufas que produzem, a partir de sementes e mudas pré-germinadas, flores que serão utilizadas para o embelezamento do próprio Parque e dos canteiros de via pública do município e das escolas municipais.

Entre os sentidos que foram atribuídos a cascata, é importante ressaltar que esses sentidos só puderam ser produzidos, pois, o lugar da falha, “é o lugar do possível: do impensado, lugar em que *‘o irrealizado venha formando sentido no interior do não-sentido’*”. (ORLANDI, 2012, p.77, grifo do autor). O que pressupõe

que, “uma falha tem em si um nó, da ligação material entre ideologia e inconsciente” (ORLANDI, 2012, p.79), que permite, portanto, a análise.

Desse modo, os sentidos se constituem ao serem referidos às suas condições de produção, estabelecendo assim, as relações que são mantidas com a memória discursiva e ainda, ao serem remetidos a uma formação discursiva, pois os sentidos estão aquém e além das palavras, propriamente ditas (ORLANDI, 2010). Com isso, “podemos dizer que o sentido não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2010, p.42).

Observemos agora, os diversos sentidos que foram sendo atribuídos à cascata. Um deles se construiu no seu descobrimento, pois possuir cascatas como bens, no século XIX, não era algo rentável, assim como o era a agricultura. Com isso, as pessoas não a valorizavam, considerando-a insignificante, um estorvo, um prejuízo. Após esse período, com o início do movimento turístico naquela localidade, passaram a mencioná-la como uma das riquezas do Estado do RS. E com a intensificação do turismo, a cascata passou a ser um dos pontos mais significativos e a imagem símbolo do Estado, uma estetização da natureza, que deixa a paisagem no limite entre a contemplação e a mercantilização. E desde a divisão das terras do Caracol entre os municípios de Gramado e Canela, a cascata representa a divisa, a separação do território; a disjunção, a mesma cascata significando de maneira diferentes para os dois municípios, e por fim, a disputa, a briga pela posse que existe entre ambos.

Contudo, recentemente, começou a circular mais um sentido referente a ela, e esse, diz respeito ao modo como as autoridades municipais cuidam dos assuntos ambientais, como o tratamento de efluentes gerados tanto no município, quanto nas empresas. Conforme Chagas (2010), o novo sentido está sendo atribuído ao fato de que, “a mesma imundice de esgoto que chega à estação de tratamento é a mesma que sai para o córrego que desemboca na cascata do caracol”. Já para Veeck (2003?), o problema se encontra nas águas do arroio Caracol que continuam poluídas pelos resíduos da fábrica de celulose, resquícios ainda da década de 1960, resultado da evolução das madeireiras.

Isto significa ‘degradar’ as condições originais. Isto significa alterar de modo bastante claro a natureza. Isto significa a criação de problemas ambientais. Mas significa, com o tempo, uma diminuição da própria atividade do turismo.

Significa alterar as próprias condições sociais que deram origem à procura do original (RODRIGUES, 2002, p.61, grifo do autor). A procura da Cascata do Caracol.

Apesar disso, o Parque Estadual do Caracol teve durante alguns anos o apoio da Pampeana Produções Educativas Ltda, com o Projeto Loboguará (Canela/RS/BR), através de seu fundador o Prof. Vitor Hugo Travi. Esse projeto “é um programa educativo que mescla aventura com estudos práticos de Ecologia e Educação Ambiental” (CANELA, 2006). O projeto possuía um espaço de apoio escolar para que experiências e relações diretas com a natureza pudessem despertar a conscientização ecológica e o respeito à natureza. O projeto oferecia aos visitantes trilhas autoguiadas, painéis ecológicos e o Centro de Interpretação Ambiental Loboguará, instalado na residência que pertenceu a Família Wasem, que se situa dentro do Parque. Com essas ações, o projeto passou a ter outro conceito junto ao visitante. Atualmente, após ter completado 21 anos de atuação em Canela e em outros municípios do Estado, o projeto se encontra situado, desde 2010, no Ecoparque Sperry, no Vale do Quilombo (CANELA, 2006; ECOPARQUE SPERRY, 2014). Hoje, a casa continua sendo um ponto de visitaçãõ agora com o nome de Centro Histórico Ambiental do Parque Estadual do Caracol (CHAPEC).

Relembrando os sentidos, podemos dizer que eles estão diretamente relacionados ao momento histórico-social em que são produzidos, justificando assim, os vários sentidos que são produzidos para a cascata durante o passar dos séculos.

E foi assim, que o Caracol se transformou, então, em um território cheio de significados para os habitantes de Canela, sejam os daquela época, sejam os de agora.

5.2 A OBRA DE ZÉ DO PASSARINHO: EXPRESSÃO E SÍNTESE

Os subsídios reunidos até aqui me permitem avançar rumo a essa segunda parte do capítulo. E, conseqüentemente, para o entrelaçamento proposto. Essas últimas considerações sintetizam o olhar do artesanato em relação à cultura e o turismo, apresentando o artesão Zé do Passarinho e a sua obra, a sua arte, os seus passarinhos como uma maneira de compreender os sentidos dessa arte, que é uma remodelação da natureza feita pelas mãos do artesão em esculturas de madeira.

Para encerrar, tento tecer a ligação desse artesão e das suas obras com a natureza, a paisagem, a cultura e, principalmente, com a história do município de Canela.

5.2.1 O artesanato

“A palavra patrimônio vem de pater, que significa pai” (BRAYNER, 2007, p.12), ou seja, “patrimônio é o que o pai deixa para o filho” (BRAYNER, 2007, p.12), entretanto, essa expressão passou a ser usada para se referir aos bens e riquezas de uma pessoa, de uma família ou de uma empresa. Com o passar dos anos, as pessoas atribuíram a esses bens, valores e significados, que indo além da sua história, passaram a se referir a uma coletividade. Assim, nasce a noção de patrimônio histórico (BRAYNER, 2007).

Contudo, a noção de patrimônio cultural surgiu apenas após a II Guerra Mundial, no ano de 1972, quando foram elaboradas a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural e a Lista do Patrimônio Mundial, na qual ficaram de fora diversas manifestações culturais e, por essa razão, em 2003, foi elaborada a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (BRAYNER, 2007).

“O patrimônio cultural de um povo é formado pelo conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo” (BRAYNER, 2007, p.12).

A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, [...] de um grupo social, [...] cuidar da conservação de edifícios, monumentos, objetos e obras de arte (escultura, quadros), [...] usos, costumes e manifestações culturais que fazem parte da vida das pessoas e que se transformam ao longo do tempo (BRAYNER, 2007, p.12).

Os bens valorizados e significados pela coletividade recebem a denominação de bem cultural. Eles se dividem em bens materiais e bens imateriais.

Os bens culturais materiais [...] são paisagens naturais, objetos, edifícios, monumentos e documentos. Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, aos modos de ser das pessoas (BRAYNER, 2007, p.16).

Contudo, Garcia Canclini (1999) ainda acrescenta que

[...] o patrimônio não inclui somente a herança de cada povo, as expressões 'mortas' de sua cultura – sítios arqueológicos, arquitetura colonial, objetos antigos em desuso –, mas também os bens atuais, visíveis e invisíveis – novos artesanatos, línguas, conhecimentos, tradições – (GARCIA CANCLINI, 1999, tradução nossa).

O artesanato é considerado como um bem cultural imaterial. E, o órgão responsável por preservar esses bens é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e dentro dele, o Departamento do Patrimônio Imaterial que protege segundo Brayner (2007),

[...] os ofícios e saberes artesanais, as maneiras de pescar, caçar, plantar, cultivar e colher, de utilizar plantas como alimentos e remédios, de construir moradias, as danças e as músicas, os modos de vestir e falar, os rituais e festas religiosas e populares, as relações sociais e familiares que revelam os múltiplos aspectos da cultura cotidiana de uma comunidade (BRAYNER, 2007, p.16).

Já, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, reconheceu a existência dos bens culturais materiais e imateriais e estabeleceu como formas de preservação, o registro, o inventário e o tombamento. Em 2000, o Decreto 3.551 de 4 de agosto, criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial (BRAYNER, 2007).

O Registro se efetua por meio da inscrição do bem em um ou mais dos seus Livros que são Livro de Registro dos Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. O bem que for inscrito nesses livros recebe o título de Patrimônio Cultural do Brasil (BRAYNER, 2007).

Após o registro do bem, a preservação passa a ser uma obrigação tanto dos órgãos federais, estaduais e municipais, como também, das organizações não governamentais (ONG), das empresas públicas e privadas e da própria comunidade em que o bem está inserido (BRAYNER, 2007).

Além do IPHAN, o Ministério da Cultura também possui programas e ações voltadas à valorização dos bens culturais imateriais, entre eles, Brayner (2007) destaca

[...] o Programa de Apoio a Comunidades Artesanais – PACA que, sob a coordenação do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP, promove a valorização de artesãos, a preservação de tecnologias

tradicionais e a melhoria das condições de produção e comercialização dos produtos (BRAYNER, 2007, p.28).

Diante da valorização atribuída aos bens culturais imateriais, vemos, frequentemente, o conceito de patrimônio cultural sendo associado a termos como identidade, tradição, história e monumento, contudo, atualmente, demais associações estão sendo efetuadas e está se vinculando esse conceito a termos como turismo, desenvolvimento urbano, mercantilização e comunicação de massa (GARCIA CANCLINI, 1999, tradução nossa).

Entretanto, não é apenas na teoria que podemos observar essas mudanças, pois, “com o advento da mundialização, a busca dos viajantes por objetos representativos da cultura local, regional e nacional é uma demanda que emerge em cena” (CAMPOS, 2012, p.212).

Porém, o artesanato, ainda conforme Garcia Canclini (1997)

[...] é visto como produto de índios ou camponeses, de acordo com sua rusticidade, com os mitos que aparecem em sua decoração, com os setores populares que tradicionalmente o fazem e o usam (GARCIA CANCLINI, 1997, p.243).

Afinal, “no consumo, os setores populares estariam sempre no final do processo, como destinatários, espectadores obrigados a reproduzir o ciclo do capital e a ideologia dos dominadores” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.205). Por isso, ainda hoje, o artesanato está associado ao que é excluído, ao pré-moderno e ao subsidiário, ao que se arraigam as tradições e aos artesãos que não chegam a ser artistas.

“O lugar reservado para o artista popular jamais vai ser de vanguarda, atributo concernente à arte contemporânea, por excelência” (CAMPOS, 2012, p.221). Porém, o que se espera, é que sua vinculação, realmente, seja com o passado, com aquilo que foi perdido.

Assim, Campos (2012) considera que o

[...] artesão do trabalho afetivo e dócil, fica mais restrito ao campo do doméstico, empurrado para a arte dita ‘ingênua’, dessa forma, faz uma incursão fraca pelo político. Confinado aos costumes e à repetição, tem pouca força de ruptura com o *status quo*, e a sua produção remete ao artesanato [...] do consumo que se esvanece e que adquire a condição de se duplicar, multiplicar, reinventar como defesa contra a extinção (CAMPOS, 2012, p.221, grifo do autor).

Contudo, conforme Garcia Canclini (1997), os interesses se voltam mais aos bens culturais, como os objetos, do

[...] que os agentes que os geram e consomem. Essa fascinação pelos produtos, o descaso pelos processos e agentes sociais que os geram, pelos usos que os modificam, leva a valorizar nos objetos mais sua repetição que sua transformação (GARCIA CANCLINI, 1997, p.211).

Ou seja, a sociedade de hoje, preza mais pela quantidade e pela massificação dos produtos artesanais, do que pela exclusividade e pelo caráter único de uma peça artesanal, e isso ocorre também, no caso das obras esculpidas por Zé do Passarinho.

Ao conceber-se a arte popular como movimento simbólico desinteressado, o artesanato aparece como o outro, nos seus vínculos com o outro, o reino dos objetos que nunca poderiam dissociar-se de seu sentido prático (GARCIA CANCLINI, 1997).

Com isso, “os artistas populares ficam reduzidos ao ‘prático-pitresco’, são incapazes de pensar um significado diferente do transmitido e usado habitualmente pela comunidade” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.243), jogam com as matrizes icônicas em função de projetos estéticos e interrelações criativas com receptores urbanos.

Exige-se que o trabalho do artista popular enquanto herança cultural de uma comunidade deva conter aspectos de memória. Nesse sentido, ele é o que resta de um tempo e de uma história (CAMPOS, 2012). Um fragmento que pode e deve assumir múltiplos sentidos e significados, assim como, os passarinhos.

E, já que, a arte popular se refere ao artesanato, segundo Chilvers (1996), o artesanato se refere ao

[...] termo aplicado a objetos utilitários e decorativos feitos segundo modelos tradicionais sem treinamento formal para uso cotidiano e ornamental [...]. Entre os produtos mais típicos contam-se os entalhes decorativos em madeira, o bordado, a renda, os cestos e a cerâmica (CHILVERS, 1996, p.421).

A princípio, “os padrões e métodos da arte popular são transmitidos de geração para geração sem muitas alterações” (CAMPOS, 2012, p.219), embora, a

continuidade da arte popular dependa apenas, da existência de uma população estável ou de estruturas sociais com baixa mobilidade.

“Desde o final do século XIX, um amplo conhecimento empírico sobre os grupos étnicos e suas expressões culturais: a religiosidade, os rituais, a medicina, as festas e o artesanato” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.210), ganharam espaço, e com eles, esforços foram feitos no que tange a conquista de um lugar dentro da cultura nacional.

Três correntes foram fundamentais para colocar o popular em cena, o folclore, as indústrias culturais e o populismo político. Embora, “nos três casos, veremos o popular como algo construído, mais que como preexistente” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.207). Em que, coube ao folclore, “a apreensão do popular como tradição. O popular como resíduo elogiado” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.209), como “restos de uma estrutura social que se apaga” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.210).

A maior parte da produção artesanal não tem aspirações estéticas [...]. A maioria dos artesãos produz para sobreviver, sem buscar renovar as formas ou a significação. O que chamamos arte não é apenas aquilo que culmina em grandes obras, mas um espaço onde a sociedade realiza sua produção visual. É nesse sentido amplo que o trabalho artístico, sua circulação e seu consumo configuram um lugar apropriado para compreender as classificações segundo as quais se organiza o social (GARCIA CANCLINI, 1997, p.246).

“De sua perspectiva, a arte popular não é uma coleção de objetos, nem a ideologia subalterna um sistema de ideias, nem os costumes repertórios fixos de práticas: todas são dramatizações dinâmicas da experiência coletiva” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.219). Ou seja, os objetos artesanais, na grande maioria das vezes, carregam em si algo da vivência de uma coletividade, algo que represente e que marque esse grupo perante os demais.

Seria possível avançar mais no conhecimento da cultura e do popular se fosse abandonada a preocupação “em distinguir o que teriam a arte e o artesanato de puro e não contaminado e se os estudássemos a partir das incertezas que provocam seus cruzamentos” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.245). Como exemplos a serem analisados teríamos, cruzamentos e convergências, indústrias culturais, turismo, oposições entre tradição e modernidade e relações econômicas e políticas

com o mercado nacional e internacional de bens simbólicos (GARCIA CANCLINI, 1997).

Ao invés de uma coleção de objetos ou de costumes objetivados, a tradição deveria ser pensada “como um mecanismo de seleção, e mesmo de invenção, projetado em direção ao passado para legitimar o presente” (GARCIA CANCLINI, 1997, p.219).

Porém, conforme Campos (2005), da maneira como está

[...] o artesão se vê pressionado entre o desejo de criar, a expectativa de permanecer como o guardião da tradição e a necessidade de reproduzir objetos facilmente comercializáveis. Frente a essas contradições o artesanato pode se constituir na imagem dialética que são imagens autenticamente históricas e não arcaicas; mantendo a relação entre o memorizado e seu lugar de emergência. Apontando para um espaço de projeção de esperança, portanto de possibilidades de reinvenção do cotidiano e do coletivo (CAMPOS, 2005).

E é então nesse espaço de possibilidades de reinvenção que as marcas de autoria inscrevem o artesão, enquanto sujeito, no social e na história, responsabilizando-o pelo que produz, criando um espaço para que a memória e a atualidade caminhem juntas.

A [...] função de autor é tocada de modo particular pela história: o autor consegue formular, no interior do formulável, e se constituir, com seu enunciado, numa história de formulações. O que significa que, embora ele se constitua pela repetição, esta é parte da história [...]. Ou seja, o autor, embora não instaure discursividade [...], produz, no entanto, um lugar de interpretação no meio dos outros. Esta é a sua particularidade. O sujeito só se faz autor se o que ele produz for interpretável. Ele inscreve sua formulação [...], ele historiciza seu dizer. Porque assume sua posição de autor (se representa nesse lugar), ele produz assim um evento interpretativo (ORLANDI, 1996b, p.70).

“Com efeito, a autoria ao mesmo tempo constrói e é construída pela interpretação” (ORLANDI, 1996b, p.75), na qual, se defini a relação do Outro (a memória discursiva) com o outro (o interlocutor), aparecendo de forma mais visível no efeito da historicidade inscrita na linguagem, que inclui o chamado efeito-leitor.

Assim se configura a determinação ideológica da autoria. O autor se produz pela possibilidade de um gesto de interpretação que lhe corresponde e que vem ‘de fora’. O lugar do autor é determinado pelo lugar da interpretação. O efeito-leitor representa, para o autor, sua exterioridade constitutiva (memória do dizer, repetição histórica) (ORLANDI, 1996b, p.75).

“A autoria é uma função do sujeito. A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções” (ORLANDI, 2010, p.74), que são enunciativas e correspondem ao locutor e ao enunciador.

É assim que pensamos a autoria como uma função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não-contradição, responsabilidade etc. (ORLANDI, 2010, p.75).

Dessa forma, podemos também, pensar o autor “como princípio de agrupamento do discurso” (ORLANDI, 2010, p.75), princípio necessário para a sua constituição como origem da textualidade, mas também como unidade origem de suas significações.

Para Orlandi (2010), isto significa dizer que

[...] não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor (ORLANDI, 1988 apud ORLANDI, 2010, p.74).

E assim, “como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor” (ORLANDI, 2010, p.76).

Diante disso, enfatizo que o artesanato, enquanto um acontecimento, traz em si, a interseção da memória com a atualidade, compreendida pelo desmatamento dos séculos passados e a luta pela preservação da araucária, na atualidade, em que, revivemos através da memória discursiva, tanto a exaltação a natureza, quanto o esquecimento ideológico marcado pelo apagamento do desmatamento, durante o período predatório da araucária, que se estende aos dias atuais.

E também, o artesão, considerando que a autoria, enquanto representativa do sujeito, sempre parte de um resto, de um furo, de um vazio, retirado da infância do artesão em seu convívio com os antepassados, da natureza como um resquício das matas de araucária e da inscrição desse artesão na ideologia do turismo como

um lugar de acolhimento e reconhecimento, tanto da sua arte, quanto de si mesmo. O artesão é o sujeito na função-autor que se dá na formação discursiva turismo.

Desse modo, ele mostra como se pode afirmar as tradições de produção e interação com a natureza em relação aos desafios deste século (GARCIA CANCLINI, 1997).

Com isso, devo lembrar que o artesanato sempre teve grande importância no município de Canela por ser uma atividade econômica bastante difundida, em que os artesãos produziam belíssimas peças que eram vendidas para visitantes de todo o Brasil e até de fora do país (CARDOSO, 2004).

Canela possuía um artesanato bastante diversificado, havia quem trabalhasse com a madeira, com as tranças e com a cestaria, entretanto, como os ensinamentos, na maioria das vezes ou não foram repassados ou não havia quem se interessasse em seguir adiante com as técnicas, acabaram sendo esquecidos. Como consequência disso, hoje, encontramos muitas peças de artesanato fabricadas em outros locais, disputando espaço com o artesanato tradicional do município.

E assim, diante do que foi exposto, nas próximas páginas, conheceremos como se dá a produção dessa arte, especialmente, o artesanato em madeira, através da história e das obras do artesão Zé do Passarinho.

5.2.2 O artesão

O antropólogo Ricardo Gomes Lima conceitua os artesãos como produtores de objetos, e também como, produtores de cultura (LIMA et. al., 2005). Já, a AD na função-autor, considera o artesão como aquele que consegue se inscrever na história e na cultura através da sua arte.

E como personagem chave dessa pesquisa, tive contato com o artesão, que acredito ser a pessoa que melhor expressa o que registrei nas linhas acima, mas deixarei que o próprio artesão se apresente.

“Meu nome é José Carlos Assumpção da Silva, mas mais conhecido aqui na comunidade, como em todo o país, pra não dizer no mundo, como Zé do Passarinho” (SILVA, 2009).

Na sequência, apresento a ligação desse artesão com o município de Canela e também os sentidos construídos em torno das suas esculturas, os passarinhos.

5.2.2.1 Zé do Passarinho: seus antepassados e seus feitos

Para compreender a ligação desse artesão, testemunho da história, voltarei no tempo e na memória, mais precisamente, no início do povoamento do campo de Canela.

“O meu bisavô paterno João de Deus Vidal, meu avô paterno Carlos Vidal e meu avô materno José Assumpção de Oliveira contavam que em Canela quando das tropeadas pela região viam tribos hostis” (SILVA, 2003, p.49).

As tribos que habitavam essas terras se abrigavam em cavernas, localizadas nas proximidades da Linha Tubiana e da Linha Caçador, até os dias atuais, vestígios desses abrigos podem ser encontrados nessas localidades (SILVA, 2003).

E quando, aconteceram as medições do quadro de Canela, feitas pelo agrimensor José Rath, para indicar os travessões Norte – Sul e Leste – Oeste desse território, seus avós ajudaram abrindo picadas que o atravessavam de uma ponta a outra (SILVA, 2003).

De acordo com Silva (2003), após as medições, seu bisavô paterno, João de Deus Vidal, então capanga da Família Gabriel de Souza, participa da expulsão da Família Wasem ocorrida naquele território, por conta dos conflitos existentes entre as duas famílias.

A Família Wasem se desloca então, para o território do Caracol, ao mesmo passo em que as primeiras estradas são abertas e as primeiras serrarias começam a se instalar para a extração da madeira, muito abundante na região. As duas primeiras serrarias se instalam nessas proximidades (SILVA, 2003).

Nesse período, seu avô materno, José Assumpção de Oliveira, “ajudou na abertura de praticamente todas as estradas” (SILVA, 2003, p.50), que compreendiam o território do Caracol e do Saiqui até o Fachinal e foi também, empregado de uma das madeireiras que se instalaram na região, a ele coube à tarefa de derrubar as araucárias (SILVA, 2014).

O percurso da madeira até as serrarias levava em torno de três dias para ser alcançado, tanto pela distância entre as serrarias como pelas toras de pinheiro (*Araucaria augustifolia*) que eram puxadas por tração animal (SILVA, 2003).

Seus avós viveram no período do apogeu desse futuro município, quando as madeiras rendiam bons frutos e a madeira extraída era nobre, contudo, após alguns anos, extrair madeira das matas transformou-se em uma atividade em declínio. Com isso, o município de Canela conseguiu manter de pé 132 araucárias centenárias fixadas na localidade de Tubiana. Essa área deve ser transformada em um parque em breve (SILVA, 2014).

Eles também participaram da construção de importantes obras que refletem a melhoria e o desenvolvimento do povoado como a Barragem do Salto⁹, no município de São Francisco de Paula, o túnel de transposição de água para a Usina da Canastra¹⁰, no trecho entre Canela e São Francisco de Paula (SILVA, 2003) e na companhia de seu pai, Arlindo Vidal da Silva, da construção da Catedral de Pedra¹¹.

Por essas razões, Zé do Passarinho sempre se interessou em conhecer o seu município e ajudar seus conterrâneos.

5.2.2.2 Zé do Passarinho: o cidadão

Atualmente, Zé do Passarinho ministra aulas de escultura e entalhes em madeira na Escola Estadual de Educação Básica Neusa Mari Pacheco, no Bairro Canelinha. Mais de 150 pessoas já participaram das aulas e das oficinas oferecidas por ele (SILVA, 2014).

As principais atividades desenvolvidas por ele é a catalogação de raízes, como o pó de pinho e a catalogação dos pássaros do município de Canela. Sobre as informações arrecadadas, ele as guarda em arquivos e já possui um acervo bastante

⁹ Distante 22 km da sede na RS 235 entre Canela e São Francisco de Paula. São represas com grandes volumes de água, todas três piscosas, servem como alimentadoras do Sistema Energético Salto, (CEEE) - Companhia Estadual de Energia Elétrica, acumulam água para a geração de energia nas Usinas de Bugres e Canastra, de 51.000 Kw/h (GERALDI, 2009a).

¹⁰ Canela possui duas usinas hidrelétricas em seu território, a Usina Hidrelétrica de Canastra e a Usina Hidrelétrica Bugres. Ambas estão localizadas no curso do rio Paranhana e contam também com águas do rio Santa Cruz, desviado por um túnel de 2.080 m de comprimento e 2,2 m de diâmetro desde a Barragem do Salto, em São Francisco de Paula (GERALDI, 2009a).

¹¹ A Igreja Matriz de Canela, 'Catedral de Pedra' como é conhecida, em estilo gótico, está situada no centro de Canela [...]. A Igreja tem 65 m de altura, toda revestida de pedra basalto, possui um carrilhão de doze sinos de bronze (GERALDI, 2009b).

grande, que como ele mesmo menciona, é admirado pelas professoras, mas não interessou a ninguém até o momento (SILVA, 2009).

Zé do Passarinho várias vezes também, foi convidado para participar de feiras e eventos, muitos deles, em outros municípios, porém, nem sempre pode estar presente. Uma das causas para isso, explica-se pelo baixo estoque que possui das peças que ele deveria estar levando a esses locais (SILVA, 2009). Além dos eventos, ele também foi objeto de diversas reportagens jornalísticas e televisivas (SILVA, 2014).

O artesão destaca em seu trabalho o prazer que esse lhe proporciona pelo fato de poder ensinar seus alunos e deixar esta arte para as futuras gerações com a esperança que, amanhã ou depois, eles sejam os escultores do município. Entretanto, ele também menciona a dificuldade que é dispor de todo material necessário para que as aulas aconteçam, apesar de serem utilizados poucos materiais (SILVA, 2009).

Sobre o apoio a ele dispensado para as aulas, ele destaca que o poder público municipal lhe cede o espaço, ou seja, as salas de aula (SILVA, 2009). Recentemente, o artesão ministrou uma oficina na Fundação Cultural de Canela, com o intuito de buscar pessoas que quisessem aprender o ofício de escultor. Entretanto, não foi o que ocorreu, na verdade, as pessoas que foram em busca da oficina a viam como uma forma de terapia. Com isso, na opinião do artesão, não tem como formar uma turma para o mercado de trabalho, pois o espaço de tempo para o ensino e a aprendizagem é muito curto, além das pessoas não visualizarem nessa atividade um emprego (SILVA, 2009; 2014).

Porém, muito entusiasmado e confiante na atual e nas futuras gerações, Zé do Passarinho quer passar para os adolescentes que são seus alunos, a importância de conservar e preservar a natureza, tendo a certeza de que das raízes em decomposição na mata, eles podem tirar o seu sustento, exercendo uma profissão (SILVA, 2009).

Com muito orgulho, ele conta que possui três seguidores em Canela, um em Gramado e mais um em Torres/RS e que todos foram seus alunos e hoje, estão trabalhando, profissionalmente, como escultores (SILVA, 2014). Um dos seus maiores exemplos é um menino que morava em seu bairro, que era alcoólatra e com sua ajuda, através das aulas, deixou o vício e hoje possui um ateliê bem organizado

no município de Torres, contando também, com o apoio do poder público municipal daquele município, sendo um pequeno mestre (SILVA, 2009).

Conhecedor da natureza e de tudo que a envolve, ele possui em sua casa uma horta e algumas ramas frutíferas como amora e framboesa, que muito gentilmente, compartilha com os compradores das suas esculturas, que levam as frutas para Porto Alegre (SILVA, 2009).

Guia de trilhas realizadas pelas matas do município, através da Associação Ecológica Canela – Planalto das Araucárias (Assecan) possui muitos conhecimentos sobre os remédios naturais, que são extraídos da própria natureza e utilizados para estancar o sangue e no tratamento de cortes. E como ele mesmo diz, a natureza é bem sábia e nos traz no dia de hoje, grandes ensinamentos que são o futuro da humanidade (SILVA, 2009).

Zé do Passarinho acredita que o turismo de Canela poderia valorizar mais as áreas distantes do centro urbano, como por exemplo, o lado norte do município, que possui paisagens naturais, igualmente, belíssimas, tanto quanto dos atrativos já conhecidos e consolidados. Para citar algumas localidades, ele menciona Linha Canastra e Linha São Paulo (SILVA, 2014).

Nessas caminhadas, realizadas pelo artesão, ele destaca que quem o acompanha, pode conhecer um pouco de como ocorre à seleção das raízes e a produção das peças (SILVA, 2014).

Seus conhecimentos se estendem também a aspectos meteorológicos, pois ele sabe identificar quando a chuva está próxima apenas pelos sinais e pelas mudanças da lua. Assim como, conta que para os feijões, cada fase da lua lhe dá uma cor específica e diferente, mesmo que suas sementes sejam extraídas de um único pé de feijão e explica mais, dizendo que, sua floração ocorre durante seis meses no ano (SILVA, 2009).

O artesão Zé do Passarinho é um grande conhecedor da natureza e dos ensinamentos que ela pode nos passar, além de possuir o dom para a arte.

5.2.2.3 O sujeito artesão na função-autor

Um autodidata aprendeu sozinho e não pôde contar com o apoio dos pais, dos professores ou da comunidade. Na escola, quando a professora pedia para que os alunos desenhassem algo, Zé do Passarinho preferia fazer esculturas, entretanto,

isso lhe rendeu alguns castigos e bilhetes endereçados aos pais por desobediência. O tempo passou e não foi suficiente para que o reconhecimento viesse, seja por parte dos familiares, seja por parte das autoridades municipais que não demonstram interesse em incentivar sua arte por considera-la “cafona” (SILVA 2009; 2014).

Entretanto, ao chegar à cidade, pôde contar com o apoio de Nydia Guimarães, que o colocou no mercado. E, com sua ajuda, em 1988, fez sua primeira exposição e começou a ser conhecido pela comunidade que o convidou a participar de outros eventos (SILVA, 2009). Essa exposição lhe rendeu bons frutos, pois, na primeira noite, vendeu todos os seus trabalhos (SILVA, 2014).

O trabalho realizado por ele é totalmente artesanal e utiliza como matéria prima, apenas as raízes que estão em decomposição na natureza, que poderão, segundo ele, ser encontradas ainda por cem anos. Essas raízes são formadas a partir da decomposição da madeira e da celulose, que em seu estágio final, resulta em uma parte resinada, matéria que lhe serve de material (SILVA, 2014).

Seu trabalho se enquadra no chamado extrativismo vegetal, que é toda atividade de coleta de produtos naturais de origem vegetal, entre eles, madeira, flores e frutos. A fiscalização dessa atividade é feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), previsto pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012, também conhecida como Código Florestal. Essa Lei obriga que qualquer pessoa ou empresa que explore, utilize, transforme ou consuma matéria prima da floresta, faça a reposição (PORTAL BRASIL, 2014). Diante disso, Zé do Passarinho transforma suas raízes, em fruteiras e petisqueiras, isto é, em artesanato utilitário e os passarinhos, a arte sacra e os presépios, em artesanato decorativo.

Suas esculturas são levadas e enviadas tanto para os estados brasileiros como para o exterior e seus principais produtos são os passarinhos, embora, às vezes, as pessoas que o procuram façam outros pedidos (SILVA, 2009).

O artesão acredita que em cada peça esculpida, em cada passarinho que as pessoas adquirem estão levando além do seu nome, o nome do município, mas na verdade, eles estão levando muito mais do que isso, estão levando um pouquinho da essência do município de Canela, as nossas raízes, o nosso apogeu, embora, levem também um pouquinho do nosso declínio (SILVA, 2014).

Seu trabalho é uma referência na área de esculturas em madeira e podem ser encontradas no comércio em uma única loja no centro do município de Canela

(SILVA, 2009). Contudo, sua principal propaganda é o boca a boca de seus fieis admiradores (SILVA, 2014).

Suas obras retratam, sobretudo, pássaros e dentre os passarinhos esculpidos tem o Canário (*Serinus Canaria*), o Tico-tico (*Zonotrichia Capensis*), o Pica-pau (*Campephilus Robustus*), a Andorinha (*Notiochelidon Cyanoleuca*), a Saíra (*Tangara Cayana*), o Inhambu (*Crypturellus Parvirostris*), a Saracura (*Aramides Saracura*), entre outros (SILVA, 2014).

Suas esculturas mais expressivas são o beija-flor em nó de pinho, que está na Castelli Escola Superior de Hotelaria, em Canela, o Divino Espírito Santo, que está na Igreja Matriz de Canela; o São Francisco de Assis, que está com a professora Vilma, no bairro Celulose de Canela; o brasão de Gramado, que está nos relógios da Avenida Borges de Medeiros, em Gramado; o Santo Antônio, que está em Milão, na Itália, além dos presépios em nó de pinho e dos passarinhos, que estão em várias partes do mundo (SILVA, 2009).

Zé do Passarinho possui um acervo composto por 8300 passarinhos que se encontram guardados no Museu de Arte do Rio Grande do Sul (MARGS), tendo sido exposto uma única vez (SILVA, 2014).

O artesão se sente feliz ao ver um trabalho concluído e isso se deve muito a sua posição, afinal, através de suas obras, ele busca fazer as pessoas que adquirem suas esculturas, igualmente, felizes (SILVA, 2014).

A produção das peças ocorre durante todo o ano. Geralmente, na parte da manhã, ele adentra as matas em busca das raízes e durante a tarde faz as entregas, porém, mesmo dedicando todo seu tempo para as esculturas, não é suficiente, pois produz sozinho (SILVA, 2009).

Durante o mês, ele consegue produzir em torno de 120 peças, incluídos nessa contagem, os vários tipos confeccionados. De uma única raiz podem ser confeccionadas em torno de 20 peças, afinal, uma raiz costuma medir em torno de 25 m de comprimento e 0,5 m de espessura. Contudo, sua produção se altera tanto de acordo com os meses do ano, quanto com a chegada de visitantes ao município (SILVA, 2014).

Como em todas as profissões, essa também apresenta dificuldades, como por exemplo, quando a tendência do mercado se modifica e o artesão deve buscar novos tipos de artesanato para conseguir sobreviver (SILVA, 2009).

Contudo, hoje, o artesão consegue viver apenas dos trabalhos feitos. O artesanato lhe proporciona estudar outros assuntos que lhe interessam como é o caso das plantas medicinais (SILVA, 2014).

Por tudo isso, seu trabalho é único, mas é único também, por sua originalidade e singularidade e, principalmente, por se distinguir da produção artesanal em massa. Suas esculturas se destacam ainda pelas particularidades explicitadas na maneira de manipular e de esculpir a madeira. Zé consegue encontrar a forma dos passarinhos já nos primeiros cortes e para finalizar, precisa apenas limpá-los. Essas peculiaridades comprovam a marca autoral do artesão. E mais, afirmam a cumplicidade existente entre a obra e o artista, já que é a escultura que define os cortes que lhe serão dados, confirmando que é a obra que escolhe o artista.

Com a apresentação do artesão retomamos o sentido de sujeito para a AD, sujeito constituído pela falta e pelo desejo,

Um cidadão do mundo que viaja através das suas obras, assumindo outras posições, sempre na companhia das lembranças de seus antepassados, que permanecem vivas nas esculturas dos seus passarinhos.

5.2.2.4 A obra e seus sentidos

Os passarinhos, enquanto objetos artesanais serão tomados como textos, ou seja, materialidades do discurso. Eles serão abordados através da araucária, da madeira, elemento marcante e sinalizador do choque do passado com o presente. Aqui, não pretendo buscar os sentidos ocultos nas obras, mas sim, as marcas em sua superfície que inscrevem a posição-sujeito autor e os movimentos de produção, reprodução e transformação dessa arte, o que importa nesse momento, é o que é dito sobre os passarinhos, a madeira, o turismo e suas múltiplas relações.

José Carlos Assumpção da Silva, o Zé do Passarinho, nasceu na localidade de Tubiana, no município de Canela (SILVA, 2009?). Descendente de lavradores, também nascidos nesse território.

Ele utiliza um canivete, quatro formões e uma machadinha para fazer seus passarinhos, os quais, aparentemente, se confundem com peças produzidas em massa, conforme pode ser observado na Figura 2, mas cada passarinho tem uma fisionomia e uma diferença mínima.

Figura 2 – Passarinhos (lado direito).



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva, 2014.

Rústicos e únicos, todos apresentam sutis inclinações de cabeça, com rabinhos e bicos diversificados, próprios de cada espécie, como pode ser conferido na Figura 3. Entretanto, somos forçados a observar suas graciosas nuances, a partir da repetição, quando temos em mãos mais de um passarinho. A inspiração para fazer os passarinhos veio da diversidade de passarinhos que voam no céu de Canela, dos quais, muitos ainda não foram identificados.

Figura 3 – Passarinhos (vista aérea).



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva, 2014.

Ele começou a esculpir, na infância, na idade de 11 anos, contudo, fazia apenas grandes carrancas. Foi no final da década de 1980 que esculpir passarinhos passou a ser sua principal atividade. Seu material essencial são as raízes das araucárias centenárias encontradas na mata, é necessário, em torno de 10 minutos para que o esboço de um passarinho seja feito.

As esculturas, iconografia animal, possuem um formato alinhado, rígido, com pés paralelos de metal revestido de plástico, com um enquadramento vertical, em postura quase totêmica. Contudo, suas representações adquirem pequenos movimentos, delicadas torções na forma de esculpir a cabeça, que ganham acabamentos arredondados que se estendem ao bico. É possível observar o gesto do corte, do canivete. E como consideração a essa passagem, Lima (2005) afirma ainda que o artesanato é um produto manual e por ser manual, é também, irregular, perfeitamente, irregular.

Entretanto, com a introdução da estética dos objetos industrializados no Brasil, nos anos de 1950, os objetos passaram a apresentar formas belas, bonitas, uniformes e homogêneas (LIMA, 2005). Contudo, essa busca pelas regularidades continua a vigorar ainda hoje, afinal, os passarinhos esculpidos no ano de 2014 receberam pequenas asas, provavelmente, numa tentativa de diversificar a peça, imposição da sociedade atual, acostumada com a espetacularização, em que se criam para os objetos, movimentos semelhantes aos movimentos feitos pelos pássaros e sons característicos, próximos aos emitidos pelos animais. Esse comportamento apresentado pela sociedade faz com que as pessoas busquem no artesanato o 'tudo igual' (LIMA, 2005) que a indústria nos oferece, porém, essa arte traz em si a expressão da sua origem e a marca de sua cultura, que não possui similares.

As esculturas em análise são apresentadas sobre uma base também feita de madeira, de formato quadrangular ou circular, que levam a assinatura do artesão, o ano em que a peça foi esculpida e o nome do município, a partir dessas marcas deixadas pelo artesão, os passarinhos se transformam em *souvenir*. Mas, muitas vezes, as marcas feitas nas peças competem com a escultura, pois ambas, carregam significados e sentidos diferentes. A assinatura reflete a marca deixada pelo turismo, ou seja, confirma a posição de *souvenir* assumida pela escultura, em que os passarinhos servem como lembrança aos visitantes por sua passagem pelo município de Canela, pois guardam a essência, a matéria-prima e a forma do

artesanato original da região. Já, as esculturas carregam em si, os vestígios de um ciclo vivido no município e que causou grandes destruições, grandes perdas. E mais ainda, carregam as memórias do artesão, que ao esculpir revive sua própria história, pois seus antepassados ao viverem nesse período também ajudaram no corte das araucárias e assim, a partir das esculturas, ele mantém a memória dos antepassados, mas, principalmente, preserva o passarinho e o que sobrou das araucárias, numa tentativa de reparação. Todas as peculiaridades descritas acima podem ser observadas na Figura 4.

Figura 4 – Passarinhos (lado esquerdo).



Fonte: Paula Carina Mayer da Silva, 2014.

Dessa forma, de acordo com Campos (2012),

[...] a obra mobiliza sentidos através da nossa *sensi-bilidade* e mantém um diálogo atual conosco, não interessa o tempo em que foi feita. Os objetos são corpos físicos que o homem constrói para eternizar a sua cultura (CAMPOS, 2012, p.224, grifo do autor).

E assim, as esculturas, ao mesmo tempo, em que confirmam uma tradição, afirmam-se como patrimônio, pois são confeccionadas a partir de um material específico, possuem um modo de fazer e características particulares, além de servirem como *souvenir* aos visitantes, levando em si, uma memória social compartilhada.

Contudo, além das marcas já mencionadas, as esculturas apresentam ainda, uma ruptura, na qual, o artesão encontra um lugar para inscrever-se como sujeito na função-autor.

Dessa forma, podemos retomar também, o sentido do sujeito para a AD, enquanto o sujeito que é constituído pela falta e pelo desejo. Para o sujeito desejante da AD, “é precisamente essa *falta* que vai acabar tornando-se o lugar do possível” (FERREIRA, 2010, p.24, grifo do autor).

Com isso, a escultura, torna-se tanto a representação em objeto da falta estruturante do sujeito artesão, quanto o significa enquanto um sujeito que pertence aquele território e que tenta preservar o que sobrou desse período de extração da madeira, mas principalmente, significa o artesão enquanto autor, pois ao significá-lo, a escultura se abre a possibilidade de significação a partir da sua própria materialidade, da sua historicidade e da sua formação discursiva, em sua relação com outros textos, existentes, possíveis ou imaginários, principalmente, por sua relação necessária com a exterioridade, que estabelece também, relações de sentido.

O efeito dessas peças se dá quando elas são procuradas pelo outro, pelo visitante que vai ao seu encontro. Colocando-se como narradoras de um momento histórico vivido no município de Canela, a partir de um período de grande apogeu das madeiras. Elas ganham vida, pelas mãos do artesão que encontrou uma forma de denunciar os danos causados naquela época.

Os passarinhos contam a história a partir dos desmatadores, dos madeiros, das serrarias. Eles não são os protagonistas da história. Eles contam a história das araucárias, as árvores gigantes. Assim, eles adquirem uma nova significação, por transmitirem um saber não reconhecido.

Nesse contexto, podemos situar os passarinhos, como um produto vivo, artesanal e autoral de significação em um contexto, pensados como patrimônio ao se materializarem como objeto significante de um período, que carregam em si a memória de um município, em determinado contexto sócio, histórico e ideológico.

Os passarinhos não chamam a atenção somente por serem feitos a partir da araucária, da madeira, mas também pelo rompimento que causam. Por serem construídos a partir de uma técnica artesanal, eles carregam a insistente crítica contra o desmatamento, constituindo assim, uma transformação do produto, do sujeito e dos sentidos. Esse rompimento caracteriza-se em um deslocamento de

significados, da raiz para a escultura, da mata para as casas, a terra e a serragem voltam ao cotidiano, voltam à vida do município de Canela.

Pensar os passarinhos é também pensar na cultura e na expressão do artesão, é pensar em um produto cultural reconhecido como arte, que circulou em exposições e eventos em diversos municípios.

Os sentidos expostos na superfície das esculturas estão expressos nos traços e nas formas suaves, simples e sutis, que reaperceptam os pássaros do município de Canela, que perderam suas casas, a copa das araucárias e seu alimento, o pinhão.

Contudo, a integração entre o homem e a natureza e a preocupação com o ecossistema andam juntas com a exploração dos recursos naturais.

Esta relação entre o artesão e o discurso desenvolvimentista, do período de expansão do município de Canela, está expressa na peça artesanal, retratada na relação do sujeito com a natureza, que constrói os sentidos expressos no discurso.

Para a arte, a natureza surge como inspiração ao ser retratada, esculpida e materializada através do produto artístico, em que, na sua fronteira limítrofe com o artesanato, produz um nó. “A arte pode inspirar-se na natureza, mas nunca pode fazer a natureza, a arte é um outro plano da realidade, o plano da natureza é um plano que decai, que morre, que apodrece” (CAMPOS, 2012, p.224).

Tais ligações produzidas tornam-se importantes meios de preservação da memória do local, assim como, da transmissão da vida cotidiana de uma população, durante uma época. Culturalizada através da arte, a natureza viaja com o visitante tentando manifestar as relações que se estabeleceram em um determinado município. A natureza, que tantas vezes é esculpida na madeira, transformada em escultura, empresta e manifesta para o outro distante, o modo de vida de uma localidade.

Traz-se para o artesanato, a memória da relação de um povo com seu território, em um determinado período da história. E assim, os passarinhos contêm em si a força de um período histórico e o artesanato que viaja no mundo lutando por dias melhores.

Dessa forma, os passarinhos permitem que seu caráter artesanal seja repensado. Ao mesmo tempo, em que reproduzem uma técnica tradicional da região, o entalhe em madeira, tecem novos propósitos, para criticar e enfrentar o desmatamento, atos que expressam a tenacidade e a força do artesão,

concretizados através da linguagem imagética construída sobre a escultura. Esculturas, que se tornaram a voz para romper com o esquecimento instituído no município sobre esse período de extração das araucárias, da madeira. Criticando o desmatamento desordenado, reclamando e ressignificando os sentidos tradicionais do fazer artesanal, aproximando-se assim, da arte.

É interessante comparar os movimentos de autoria caracterizados pela ruptura. Nos passarinhos, inicialmente, a posição-sujeito artesão abre a possibilidade para uma inscrição. A peça artesanal promove uma ruptura, ao não se encaixar nos conceitos tradicionais, que denominam o artesanato, por carregar em si o peso do que não pode ser dito. Estes espaços abertos trazem à tona a própria ruptura que o desmatamento realizou ao interromper o desenvolvimento do município, presente até então. E, por fim, os passarinhos fomentam um possível contraponto ao se apresentarem como símbolo de um sujeito sem reconhecimento, o artesão e como lembrança de um período de destruição.

6 REAPRESENTANDO CANELA, O TURISMO E O ARTESANATO

Meu intento foi ressignificar o município de Canela/RS, enquanto destino turístico, tendo como foco principal, o artesanato. E, todos esses entrelaçamentos, apenas, demonstravam que a tarefa não seria fácil, mas sim, cheia de percalços e, conseqüentemente, cheia de surpresas. Os limites através dos quais poderia empreender minha busca estavam delimitados e me trouxeram grandes desafios e surpresas. Afinal, caminhar por um terreno desconhecido me levou a considerar possibilidades nunca antes pensadas ou trabalhadas. Possibilitou-me olhar o objeto, mais uma vez, com a certeza de que ali mais descobertas seriam feitas.

Diante das interlocuções entre o turismo, a paisagem, a natureza e o artesanato, vejo a história do município de Canela como uma colcha de retalhos. Uma colcha de retalhos por sua diversidade e multiplicidade, em que as representações na colcha não são transparentes, mas sim, heterogêneas em seu conjunto. Uma colcha que evoca a memória, das pessoas e dos ciclos. Presenças e ausências que se costuram. Uma colcha de retalhos própria. Uma colcha que demarca um território específico, a história de um município. Lugar em que antigos e novos sentidos se entrelaçam. Instauram significados e valores. Produzem disputa de sentidos e mudanças de poder.

Essa pesquisa apresentou como base o dispositivo teórico-analítico da Análise do Discurso Francesa. A AD abriu espaço para que os sentidos existentes entre Canela e o turismo fossem analisados, e também, para que novos sentidos fossem pensados na ressignificação da história do município e no diálogo teórico com o turismo.

O conceito de discurso fundador apresentou-se para firmar os sentidos investidos e construídos na obra literária que conta a história do município, a partir da qual, seus habitantes se identificam. Mostrou-se como uma região do repetível, como um espaço da memória do dizer, um lugar em que é possível construir limites e sítios de significância. Considerei o discurso fundador como um fio que costura toda a análise deste trabalho.

A obra de Stoltz ofereceu à comunidade canelense e aos seus visitantes, os fragmentos do município na forma de um espelho chamado “Primórdios de Canela/Nascente turístico do RGS”. Nesse âmbito, foram estabelecidas redes parafrásticas a partir das demais obras produzidas sobre a história de Canela. Esse

espelho apresentou-se por seus sentidos fixos, através do imaginário, mas, principalmente, pela possibilidade de junção dos seus pedaços, isto é, a partir dele, cada um de nós, sejamos residentes ou visitantes, temos a chance de selecionar as peças dessa história da maneira que nos for pertinente, mais tocante ou mais verdadeira. Por essa razão, ajustamos as peças para que elas possam apresentar os furos e os vazios deixados por aquilo que não foi dito, por aquilo que não foi colocado em linguagem. Sendo assim, os discursos sobre Canela nos levam ao evidente, a sentidos já dados, estabelecidos e estabilizados, entretanto, devemos lembrar que esses mesmos sentidos, também podem ser outros, já que poderão se remeter à memória discursiva, através daquilo que pode e deve ser dito, numa forte ligação com a ideologia, pois é através dela que o discurso faz sentido.

O discurso fundador apresentou-se também, intimamente, relacionado à historicidade, enquanto um sedimento de múltiplas camadas históricas e sociais na condensação de sentidos que produzem e fixam marcos através do enunciado de acontecimentos que assinalam etapas e rupturas, observadas a partir da história do município de Canela.

A partir dessa obra, percorri os ciclos iniciais vividos no campo de Canela, com os indígenas, com os tropeiros e com os senhores. Revivi as épocas, os personagens e as dificuldades, de quem por esses campos transitou. Analisei as marcas por eles deixadas e os ensinamentos por eles demonstrados. Questionei-me quando Stoltz (1992) deixa claro que os indígenas, primeiros habitantes dessa região, haviam sumido. Os sentidos circulam nessa passagem da história através da memória e do esquecimento, confirmando um apagamento, seja por nosso histórico de escravidão, seja por nossa desconsideração com relação a esses grupos. Por esses motivos, fechamos os olhos diante deles, mas devo lembrar que os indígenas ainda percorrem esses espaços e carregam em si as marcas desse período.

Com a caneleira apresento tanto um jogo de forças, quanto mais um ponto de memória para o município, afinal, após o seu corte, que ocorreu pela busca de mudanças, o que dela restou foram apenas lembranças. Carregamos conosco esse sentimento, afinal, Canela recebe esse nome dos tropeiros em referência a caneleira que ali estava, e hoje, esse símbolo não mais existe. Com os senhores, pude mergulhar na imensidão dos seus campos, que possuíam uma beleza característica e uma capacidade de atrair olhares. Demarquei limites numa vastidão sem fim. Identifiquei posições-sujeito e disputa de forças entre os senhores e entre os

gêneros. Construí os subsídios necessários para que aqui pudesse viver. E, aprendi a admirar essas terras e delas fazer o meu lugar, o meu recanto.

Dando continuidade a essa história, alcancei o ponto central da pesquisa, o turismo. Elemento que em qualquer época e em qualquer município, tem o poder de transformar. Para o município de Canela, o turismo, trouxe novos ciclos, que assim se seguiram com as madeiras e com a chegada do trem. Com as madeiras, o pequeno povoado de Canela, presenciou um desenvolvimento rápido e muito satisfatório. Novos empregos foram gerados e novas empresas abriram suas portas. Contudo, destruições no cenário foram causadas, afinal, as grandes araucárias que aqui existiam foram ao chão, restando à mata uma enorme clareira e um vazio irreparável. E, novamente, disputa de forças serão percebidas.

O trem nos apresentou rápidas mudanças, em uma disputa de sentidos, com seu jogo de forças. Em seu lado perverso, o transporte das cargas de madeira para Porto Alegre, era o ponto final de um ciclo devastador. E, em seu lado alegre, a lembrança do apito avisando que os visitantes haviam chegado e iriam veranejar e conhecer nossas belezas naturais. Com esses novos momentos, presenciamos a fundação do município de Canela, tendo como principal incentivador, João Corrêa, que significou Canela a partir dos seus desejos de melhorias para esse pequeno povoado, mas, principalmente, a significou tendo em mente transforma-la na Petrópolis do RS, a igualando a esse próspero município do Rio de Janeiro. João Corrêa buscou para o município de Canela o destaque de suas belezas naturais e o reconhecimento de seu *status*.

E, por falar em belezas naturais, essas são infinitas e se mostram desde os primórdios do município, quando por aqui estavam os senhores. Elas aparecem nos pinheiros, nas cascatas, na fauna e na flora. No nome do município e nos diversos parques, sejam eles, municipais, estaduais ou particulares, que enquanto guardiões preservam e conservam os remanescentes que nos pertencem e nos restam. Nosso maior exemplo de beleza natural, que ainda se mantém viva, apesar de todos os percalços, é a Cascata do Caracol, que desde sua descoberta com a Família Wasem vem sendo investida de sentidos que a acompanham desde o século XIX. Seus sentidos deslizam em polissemia do insignificante, do estorvo, do prejuízo, a riqueza e ao símbolo, retornando a divisa, a disjunção e a disputa. Entretanto, não são somente esses os destaques que a Cascata do Caracol recebe, afinal, enquanto paisagem, ela representa um sentido ideológico dominante, pois mesmo com todos

seus pontos fracos sendo discutidos e refletidos, seus pontos fortes prevalecem, isto é, apagam até mesmo, os sentidos que não correspondem a sua beleza. E foi assim, que as belezas naturais do município o mantiveram durante todos esses anos, transformando Canela em um dos municípios que representa os símbolos do Estado, em especial, a Cascata do Caracol. É pertinente salientar, que as belezas naturais de um município podem sim, mantê-lo como um destino turístico visitado e frequentado durante anos, porém, é preciso também, melhorar e adaptar as estruturas existentes conforme a necessidade e o perfil dos visitantes que passam a frequentar o município.

Assim, os ciclos – indígenas, tropeiros, senhores, turismo, madeireiras, trem – e os elementos naturais – pinheiros, cascata, fauna, flora – mencionados até aqui, guardam em si, uma memória e se renovam, atualmente, se mostrando a cada novo dia do município. E, principalmente, nos levam em direção à síntese da pesquisa, o artesanato.

A escolha do material, a madeira e a escolha do artesão, Zé do Passarinho, não foram aleatórias, ambas foram feitas tendo em vista a representação da história do município de Canela através da peça artesanal. Nesse sentido, as obras e o artesão se completam e se complementam e ambos carregam em si, a historicidade do município. Zé do Passarinho é natural do município de Canela, descendente de lavradores, trabalhadores das madeireiras. Suas esculturas são feitas a partir da raiz da araucária e retratam pássaros. O sujeito-autor com sua arte relembra a história dos seus antepassados e também, mantém viva o que restou das araucárias, suas raízes, uma forma de reparação, preservação e conservação para as gerações futuras. Já, seus pássaros retratam não só o triste episódio do ciclo das madeireiras, com suas destruições e perdas, mas também, a memória social de um povo com seu território, que adquirindo novos significados, transmitem um saber não reconhecido. Os passarinhos viajam com os visitantes que os adquirem, como *souvenir*, como lembrança por sua passagem pelo município de Canela.

Por tudo isso, reuni sentidos em torno da própria história do município de Canela, do turismo, da paisagem, da natureza e do artesanato buscando ressignificar não só esses elementos-chave, que estão, intimamente, ligados e relacionados, mas também, as pessoas, os personagens, os discursos e os momentos que construíram esse município. O turismo em Canela, nos seus primórdios, apresentou-se extremamente forte e promissor, assim como, podemos

perceber pelo discurso fundador, entretanto, acredito que não podemos somente exaltar seu lado positivo, através das belezas naturais com seus diversos parques, afinal, todo setor se constrói por altos e baixos e no turismo não seria diferente, por isso, apresentei também, o fracasso e a decepção que foi não poder conter com o Cassino Palace Hotel, o grande empreendimento que mudaria o rumo e o destaque do município. E digo mais, pois manter-se no cenário turístico regional, atualmente, não é fácil e o município de Canela, apesar de todos os seus percalços, está conseguindo manter-se buscando novos atrativos, novas maneiras de chamar a atenção e de atrair novos olhares.

Para todas as descobertas que fiz, tive como base a AD, essa que me possibilitou ler a obra de Stoltz com outros olhos, olhos atentos, curiosos, reflexivos. Os conceitos que acionei a partir dele, especialmente, o de memória discursiva, me levaram a considerar momentos corriqueiros, como momentos carregados de significados que deveriam ser melhor explorados. Com a Cascata do Caracol, mergulhei em seus múltiplos sentidos e pude perceber o quanto cada período histórico, com seus personagens, é capaz de marcar um município, um destino e um atrativo. Para os visitantes que vão apreciá-la, provavelmente, esses sentidos passam despercebidos, porém, para os habitantes que possuem algum vínculo com esse território, os sentidos falam alto, gritam. E, por fim, analisar o artesanato a partir da contingência memória-atualidade, foi fazer novamente uma viagem no tempo, aos tropeiros e as madeiras, mas também, recordar momentos recentes a partir da obra, do artesão e do turismo. Essa arte me fez refletir sobre o significado que cada visitante, que adquire uma dessas peças, pode atribuir a ela.

Muitos outros significados ainda podem ser atribuídos a Canela, ao turismo e ao artesanato, basta apenas, modificar o foco e estender a pesquisa aos residentes e aos visitantes, porém, me contento, nesse momento, em poder olhar para o meu município de maneira mais verdadeira, sem amarras.

Reapresento Canela, por seus múltiplos sentidos. Sentidos que se expressam pelos momentos aqui vividos, reafirmados através da historicidade, da polissemia e da autoria. Por um novo olhar a ela direcionado que vai muito além do que se pode sentir e expressar. Por seus novos sentidos que permeiam e perpassam a natureza, a paisagem e a cultura, enquanto elementos indissociáveis. Por seu destaque, como município que despertou para o turismo vislumbrado na região.

Reapresento o turismo, por seus sucessivos ciclos. Por seus atrativos turísticos que se reinventam e ainda mantêm as belezas naturais do município. Por ser um destino turístico lembrado pelo acolhimento e pela hospitalidade de seus residentes. Por sua maneira simples de se apresentar aos visitantes, mesmo tendo que carregar na bagagem os resquícios de um turismo que se apagou e que hoje, já não é o mesmo de antes, mas que tenta retomar suas referências, ano após ano, com novos e diferentes atrativos gastronômicos e diversos eventos.

Reapresento o artesanato, por esse se constituir como um saber e um fazer que ainda não recebeu o reconhecimento necessário, mas que merece ser valorizado. Por essa possibilidade que os artesãos possuem em se ressignificarem como sujeitos e como autores, através das suas obras. Por abrir um espaço particular, um espaço individual para a arte, através da sua aura. Por ser tão grandioso e capaz de sintetizar em uma única peça a história de um município. Por ter se tornado um enigma que questiona o encontro entre Canela, sua história e o turismo.

Com essa pesquisa, recontei uma história, a do município de Canela, dei destaque a um setor, o turístico e visibilidade a uma arte, o artesanato. Conheci pessoas, personagens e um artista, Zé do Passarinho. No entanto, os sentidos e as ressignificações apresentadas não se esgotam por aqui.

REFERÊNCIAS

- ACIC. Associação Comercial Industrial de Canela. **Limites**. Disponível em: <<http://www.canelaturismo.com.br/como-chegar/>>. Acesso em: 20 dez. 2012.
- ALF. **Caminho das tropas** (Arquivo do dia: 03/07/2011). Disponível em: <<http://passofundotche.wordpress.com/2011/07/03/>>. Acesso em: 31 jul. 2014.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Tradução de Walter José Evangelista; Maria Laura Viveiros de Castro. Introdução crítica de José Augusto Guilhon Albuquerque. 9. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.
- ATHAYDE, Simone. Cientistas, engenheiros e artistas. In: ELIAS, Rodrigo (Org.). Dossiê Nação Indígena. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 91, p.30-32, abr. 2013.
- ATLASBRASIL. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/canela_rs#idh>. Acesso em: 06 jan. 2014.
- BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO, Theodor W.; LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Ltda, 1990.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. Seguido de um comentário de Oliver Dollfus. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador**. Tradução de André Telles. Prefácio de Jacques Le Goff. Apresentação à edição brasileira de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOBEK, Hans; SCHMITHÜSEN, Josef. A paisagem e o sistema lógico da geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- BRAYNER, Natália Guerra. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- CAMARA, Bernardo. Admirável índio novo. In: ELIAS, Rodrigo (Org.). Dossiê Nação Indígena Reportagem. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 91, p.36-40, abr. 2013.
- CAMPOS, Luciene Jung de. O artista popular assentado no museu. **Organon**, Porto Alegre, n. 53, p.211-229, 2012.

_____. Artesanato: resíduo elogiado ou possibilidade de crítica. In: SEMINÁRIO EXPERIMENTUM MUNDI: UTOPIA, ARTE E PSICANÁLISE, 2005, Porto Alegre. **Resumos...** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

CANELA. **Projeto LoboGuará**. 2006. Disponível em: <<http://www.canela.tur.br/loboguara.htm>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

CARDOSO, Maria Aparecida Wolff. **Vamos passear por Canela**. História e Geografia. [Porto Alegre]: EST Edições, 2004. 1 v. 3ª série. Secretaria Municipal de Educação.

_____. **Câmara Municipal de Vereadores de Canela – RS**. Monografia Histórica. Porto Alegre: EST Edições, 2000. 1 v.

CASTELINHO CARACOL. Disponível em: <<http://www.castelinhocaracol.com.br/pt>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

CASTELLS, Manuel. 1942. **A sociedade em rede**. Tradução de Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra Ltda, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v. 1).

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo. De estética, nostalgia e política. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto).

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos. Por que geografia no turismo? Um exemplo de caso: Porto Alegre. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Comunicação, 4).

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Martins, 2007. (Coleção Todas as Artes).

CHAGAS, Sandro. Crime ambiental + descaso de Governos = NATUREZA MORTA. **Fala Serra**, Canela, 30 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.falaserra.com.br/?m=201007>>. Acesso em: 11 abr. 2013.

CHILVERS, Ian. **Dicionário Oxford da Arte**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

COHN, Clarice. Tutela nunca mais. In: ELIAS, Rodrigo (Org.). Dossiê Nação Indígena. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 91, p.18-20, abr. 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

_____. Geografia cultural: introduzindo a temática, os textos e uma agenda. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto).

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999. (Verbum).

DAIBERT, André Barcelos Damasceno. **História do turismo em Petrópolis entre 1900 e 1930**. 2010. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro, 2010.

ECOPARQUE SPERRY. **O Loboguará no Ecoparque Sperry**. Disponível em: <http://www.ecoparquesperry.com.br/sperry/index.php?option=com_content&view=article&id=11&Itemid=15>. Acesso em: 06 jan. 2014.

ENGLERT, Suzana Vellinho. **Canela – a reconquista de um horizonte: memórias e estratégias do sucesso**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. 2013. **Resumo estatístico municípios**. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_municipios_detalhe.php?municipio=Canela>. Acesso em: 06 jan. 2014.

FERNANDES, Cleudemar Alves. Cenografia discursiva – a presença dos dêiticos. **Signótica**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás, Goiás, vol. 10, n. 1, p. 31-43, jan./dez. 1998.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. Análise do Discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso. **Organon**, Porto Alegre, n. 48, p.17-34, jan./jun. 2010.

FRANZOSI, Vanessa. Morre Nydia Guimarães, viúva do escritor Josué Guimarães. **Zero Hora**. Porto Alegre, 01 mai. 2012. Segundo Caderno. Disponível em: <<http://zerohora.clicrbs.com.br/rs/cultura-e-lazer/segundo-caderno/noticia/2012/05/morre-nydia-guimaraes-viuvada-do-escritor-josue-guimaraes-3744278.html>>. Acesso em: 02 jan. 2013.

GADET, Françoise. Prefácio. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. 2. ed. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

GARCIA, Elisa Frühauf. Solução caseira. In: ELIAS, Rodrigo (Org.). Dossiê Índios. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 91, p.27-29, abr. 2013.

GARCIA CANCLINI, Néstor. Los usos sociales del Patrimonio Cultural. In: ENCARNACIÓN, Aguilar Criado. **Patrimonio Etnológico**. Nuevas perspectivas de estudio. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. 1999.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GASTAL, Susana. **Turismo, imagens e imaginários**. São Paulo: Aleph, 2005. (Coleção ABC do Turismo).

_____. Turismo & cultura: por uma relação sem diletantismos. In: GASTAL, Susana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. 3. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. (Coleção Comunicação, 4).

GERALDI, Norberto. **Sistema Salto de Usinas**, 2009a. Disponível em: <<http://ngc44-canela.blogspot.com.br/2013/03/sistema-salto-de-usinas-hidroeletricas.html#.VFgfeNJDsei>>. Acesso em: 31 jul. 14.

_____. **História da Catedral de Pedra**, 2009b. Disponível em: <<http://ngc44-canela.blogspot.com.br/2013/04/historia-da-catedral-de-pedra.html#.VFgfg9JDseh>>. Acesso em: 31 jul. 14.

GIRON, Loraine Slomp. **Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade**. Porto Alegre: Suliani Letra e Vida, 2008.

GOMES, Mércio Pereira. Bom selvagem, mau selvagem. In: ELIAS, Rodrigo (Org.). Dossiê Nação Indígena. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 91, p.33-35, abr. 2013.

HOFFMANN, Norberto. **Expansão urbana e gestão turística: políticas e práticas públicas no município de Canela entre 1988 e 2002**. 2004. 180 f. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Turismo, Caxias do Sul, 2004.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília Ana (Org.). **Práticas discursivas e identitárias: sujeito e língua**. Coordenadora editorial de Lúcia Sá Rebello. Comissão Editorial de Lúcia Sá Rebello; Jane Fraga Tutikian; Freda Indursky. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

JUSBRASIL. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/297314/posseiro>>. Acesso em: 23 jan. 2013.

KNEIP, Andreas; MELLO, Antônio Augusto S. Babel indígena. In: ELIAS, Rodrigo (Org.). Dossiê Nação Indígena. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 91, p.21-23, abr. 2013.

LACAN, Jacques. **O seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise (1964)**. Versão brasileira de M. D. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1979.

LIMA, Ricardo Gomes. et al. **Artesanato de tradição: cinco pontos em discussão**. In: Artesanato Solidário/ArteSol (Org.). Olhares Itinerantes: reflexões sobre artesanato e consumo da tradição. São Paulo: Artesanato Solidário/ArteSol, 2005, v. 1, p. 13-42.

MACEDO, Sílvio Soares. Paisagem, turismo e litoral. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto).

MALDIDIÉ, Denise. Elementos para uma história da Análise do Discurso na França. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). [et al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. Tradução de Bethania S. C. Mariani [et al.]. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997. (Coleção Repertórios).

_____. **A inquietação do discurso** – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania; MAGALHÃES, Belmira. “Eu quero ser feliz”. O sujeito, seus desejos e a ideologia. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2011.

MENDES, Luna; SASSO, Guilherme dal. A alma selvagem e o espírito do capitalismo. **Jornal Tabaré**, Porto Alegre, 23 mar. 2013. Ilustrações : Carlos André Pires. Disponível em: <<http://jornaltabare.wordpress.com/2013/03/22/a-alma-selvagem-e-o-espírito-do-capitalismo/>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

MENESES, José Newton Coelho. **História & Turismo cultural**. 1. ed., 1. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (História & Reflexões, 8).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002a. (Turismo Contexto).

_____. Os “usos culturais” da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002b. (Geografia: Teoria e Realidade; 30).

NUNES, Celso. A paisagem como teatro. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto).

OLIVEIRA, Alberto Juvenal de. **Dicionário Gaúcho**. 3. ed. Porto Alegre: AGE, 2005. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=8oz2QZsQDRsC&pg=PA133&lpg=PA133&dq=significado+de+fogo+de+ch%C3%A3o&source=bl&ots=nASDZO-dhe&sig=UlqVmsmNBaBjX61dc5PWsuUAsMA&hl=pt-BR&sa=X&ei=->>

IZIVNGONaLbsASD94C4Aw&sqj=2&ved=0CDAQ6AEwAw#v=onepage&q=significad
o%20de%20fogo%20de%20ch%C3%A3o&f=false>. Acesso em: 31 jul. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 9. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2010.

_____. Discurso: fato, dado, exterioridade. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996a.

_____. Autoria e interpretação. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996b.

_____. (Org.). **Discurso fundador**. A formação do país e a construção da identidade nacional. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2001.

_____. **Discurso em análise: Sujeito, Sentido e Ideologia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi [et al.]. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988. (Coleção Repertórios).

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993. (Coleção Repertórios).

PORTAL BRASIL. **Região Norte lidera extrativismos vegetal e mineral**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/regiao-norte-lidera-extrativismos-vegetal-e-mineral>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

REGIÃO DAS MISSÕES. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/localizacao/tipos-de-turismo/regiao-das-missoes-rs>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

REIS, Antônio Olmiro dos; VEECK, Marcelo Wasem; OLIVEIRA, Pedro Antônio de. **Canela: por muitas razões**. 2. ed. Porto Alegre: EST, 2009.

REIS, Antônio Olmiro dos. **Canela passado a limpo**. Apresentação de Alessandro Martins. Canela: Evangraf, 2014.

RODRIGUES, Arlete Moysés. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. (Geografia: Teoria e Realidade; 30).

SALINET, Roberta. **Livro conta a história do Parque do Caracol em Canela, na Serra do RS**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/nossa-terra/2013/noticia/2013/06/livro-conta-historia-do-parque-do-caracol-em-canela-na-serra-do-rs.html>>. Acesso em: 06 jan. 2014.

SANDEVILLE JR., Euler. A paisagem natural tropical e sua apropriação para o turismo. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. (Turismo Contexto).

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

Setur/RS. Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul. **Rotas e Roteiros**. Disponível em:

<<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=destino&cod=4&opt=21&bd=&fg=2>>. Acesso em: 20 dez. 2012.

SILVA, José Carlos Assumpção da. **Zé do Passarinho**. Canela: 2009. Entrevista concedida a Nelson Haas; Fábio Goulart Andrade. Grupo Só Rindo Produções, Ponto de Cultura – Cultura Viva, Fundação Cultural de Canela. 1 DVD-R. 4,7Gb. 120min. Duração: 16min 38seg.

_____. O desbravamento de Canela. In: OLIVEIRA, Pedro; BARROSO, Véra Lucia Maciel (Org.). **Raizes de Canela**. Porto Alegre: EST, 2003.

_____. **Zé do Passarinho**. Canela: 17 mar. 2014. Entrevista concedida a Paula Carina Mayer da Silva. 1 DVD-R. 4,7Gb. 120min. Duração: 38min 03seg.

_____. (Zé do Passarinho). In: ESTIVALET, Cilon (Org.). **Guia da Mata Atlântica de Canela**. [Canela], [2009?].

SILVA, Riograndino da Costa e. **Notas à margem da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, 1968. Disponível em: <http://www.pampalivre.info/designacoes_da_terra_gaucha.htm>. Acesso em: 06 jan. 2014.

STOLTZ, Roger. **Primórdios de Canela/Nascente Turístico do RGS**. 1. ed. [S.l.]. [s.n.]: 1992. Direitos reservados desta edição: Fundação Cultural de Canela.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TRAVI, Vitor Hugo. A estrada de madeira. **Nova Época**, Canela, 10 maio 2013. Meio Ambiente. p. 25.

VASCONCELOS, Jose Antonio. História, Ética e Discurso Memorialista. In: XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., 2011. São Paulo. **Anais**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300870528_ARQUIVO_textocompleto.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2014.

VEECK, Marcelo Wasem. Breve histórico de Canela. In: WERNER, Gilberto (Coord.). **Projeto Turístico Cultural**. Canela: O tempero da Serra. Guia Turístico Ambiental e Cultural. Porto Alegre: G.D. Werner Editora, [2003?].

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marvin W. Os temas da geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

YÁZIGI, Eduardo. A importância da paisagem. In: YÁZIGI, Eduardo (Org.). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002a. (Turismo Contexto).

_____. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002b. (Geografia: Teoria e Realidade; 30).

APÊNDICE A – Documento de Consentimento Livre e Informado**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO****Consentimento Livre e Informado de participação em pesquisa
Artesanato e Turismo: transformações nos saberes e nas trocas**

Caxias do Sul, janeiro, 2014.

Você recebeu um convite para participar de uma pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Turismo – Mestrado, da Universidade de Caxias do Sul/PPGTUR-UCS, coordenada pela Professora Dra. Luciene Jung de Campos. O principal objetivo da pesquisa é realizar uma releitura das fronteiras da arte, reconhecendo os contornos e inserção do campo do artesanato na região turística da serra gaúcha.

Caso você aceite participar, após ter esclarecido as suas dúvidas com a pesquisadora Paula Carina Mayer da Silva que lhe fez o convite, pediremos que assine este termo de consentimento informado. O tempo necessário para a entrevista pode variar em função do número de questões levantadas e de sua disponibilidade, e será combinado com você, priorizando esse último aspecto.

A entrevista poderá ser gravada, para posterior transcrição e análise. Além disso, no protocolo da entrevista há algumas perguntas sobre identidade dos participantes para a composição de um perfil dos entrevistados. O seu consentimento em participar da entrevista, não lhe obriga a responder as perguntas que julgar inadequada, nem a permanecer à disposição do entrevistador por tempo indeterminado. Ou seja, você tem liberdade para não responder ou interromper a entrevista quando quiser ou achar que deve.

Caso você ainda tenha alguma dúvida pode manifestá-la diretamente à Paula Carina Mayer da Silva, estudante do Curso de Mestrado em Turismo da UCS/Caxias do Sul, pelo e-mail: pcmsilva@ucs.br e/ou com a coordenadora da pesquisa, Luciene Jung de Campos, pelo e-mail: ljcampos@ucs.br.

Eu, Jose Carlos Assumpção da Silva, declaro que fui informado sobre a pesquisa e após esclarecer minhas dúvidas, concordo em participar da entrevista cujo tema central é a importância da relação entre artesanato e turismo, bem como, suas transformações.

Ass.: _____

Canela, 06 de janeiro de 2014.